UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

BIANCA POLOTTO CAMBIAGHI

**Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no
município de São Carlos - SP**

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO LUIZ PASSADOR

RIBEIRÃO PRETO

2012

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof. Dra. Sonia Valle Walter Borges de Oliveira
Chefe do Departamento de Administração

BIANCA POLOTTO CAMBIAGHI

Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências. Versão Corrigida. A original encontra-se disponível na FEA-RP/USP.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO LUIZ
PASSADOR

RIBEIRÃO PRETO

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Cambiaghi, Bianca Polotto

Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos – SP. Ribeirão Preto, 2012.

148 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Orientador: Passador, João Luiz.

1. Redes de cooperação interorganizacionais. 2. Desenvolvimento local. 3. Economia solidária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor João Luiz Passador, pela convivência prazerosa e pelos incontestáveis ensinamentos, sempre colocados de maneira questionadora e animadora. Expresso minha sincera admiração por seu esforço em transformar as pessoas em seres mais humanos e por sua inteligência e sede de conhecimento.

À Professora Cláudia Souza Passador, pelo exemplo de como ser uma excelente profissional, mulher, mãe e amiga, com muita garra e determinação.

Ao Professor Edmundo Escrivão Filho, pelos ensinamentos, conversas além das salas de aula e por fazer parte de mais uma etapa de minha carreira profissional. À Professora Maria Zanin, pelos vários esclarecimentos, sempre atenciosos e transparecendo a paixão e convicção no trabalho que desempenha. Agradeço a ambos pela leitura minuciosa do meu trabalho e pelos comentários pertinentes na banca de qualificação que permitiram seu aperfeiçoamento e meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

A todos os professores que tive contato na FEA-RP, por contribuírem de alguma forma com minha formação profissional e a realização deste trabalho. Um agradecimento especial à Vania e Erika, do departamento de pós-graduação, pelos diversos esclarecimentos sempre instantâneos e atenciosos.

Àqueles a quem devo minha existência – meus pais Helena e Cesaltino, pelo total apoio e compreensão em todas as minhas tomadas de decisão. A certeza de um porto seguro repleto de amor, carinho e ensinamentos foram fundamentais para vencer mais esta etapa. Ao meu irmão Bruno, mesmo que distante, pela torcida e palavras verdadeiras que sempre me ajudaram a ter equilíbrio na vida. À minha tia Ná, uma segunda mãe, pela paixão desenfreada e infinitas orações e mensagens de carinho e força.

Ao meu amor, Bruno, companheiro de todas as horas, pela atenção, carinho, muita paciência, discussões teóricas, revisões de texto e segurança de um amor tranquilo, capaz de me dar forças e superar as várias dificuldades deste mundo.

A todos os amigos feitos na pós, uns mais outros menos intensos, em específico Carlinha, Tati, Luna, Cleo e Mirna, pelas trocas de conhecimentos e pelos bons momentos de conversa e diversão, tornando esta jornada mais fácil e tranquila. Aos amigos da Associação de Pós-Graduação, Jabá, Fer's, Ruth e William, pela prova real e injeção de esperança que a coletividade constrói e transforma.

Às minhas amigas de Rio Preto e agora São Paulo, Aninha, Sara, Ree, Lu's, Carlos, Mi, Miah, Daninha, Tata, Guto e Tati, por sempre me darem força e acreditarem na minha capacidade, pelos infinitos momentos de diversão, conversas sérias e reforçando a certeza de que os amigos são para toda a vida não importa o tempo e a distância.

Por fim à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que viabilizou a realização deste trabalho.

*Os que se empenham em competições múltiplas o tempo todo,
têm pouca disponibilidade 'psíquica' para o exercício da
solidariedade.*

(PAUL SINGER)

RESUMO

CAMBIAGHI, B. P. **Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária:** estudo de caso no município de São Carlos – SP. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2012.

Atualmente é possível perceber um contexto de recuperação da importância da presença do Estado nas sociedades contemporâneas, onde governos têm adotado políticas públicas de desenvolvimento local com foco na geração de trabalho e renda para a população, especialmente no âmbito municipal. Tais estratégias de gestão local vêm adotando os conceitos de economia solidária no combate ao desemprego e proporcionando a construção de organizações autogestionáveis, baseadas na cooperação e na valorização dos conceitos de democracia, participação e cidadania. Para implantação destas políticas públicas, novas formas de organização social têm surgido e se desenvolvido, com particular destaque para as redes que envolvem o setor público, as universidades, a sociedade civil organizada e os empreendimentos econômicos solidários. Assim, o objetivo deste trabalho foi estudar a rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária do município de São Carlos, visando identificar quais seriam os aspectos potencializadores desta alternativa de desenvolvimento a partir de redes sociais interorganizacionais. A pesquisa foi de caráter exploratório e teve como coleta de dados entrevistas semiestruturadas junto aos líderes de dez organizações participantes da rede. Os resultados obtidos apontam algumas características que podem servir de subsídios para a formação de redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária e para a construção de uma política pública nesta temática, voltada para municípios com características socioeconômicas semelhantes a São Carlos. As principais foram: heterogeneidade dos atores, presença e atuação de um ator do poder público, transversalidade na política pública municipal, presença e atuação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, envolvimento com agentes externos, criação de espaços de discussão e de divulgação da economia solidária, disponibilidade de um espaço físico e valorização da participação dos empreendimentos. Dessa forma, conclui-se que a rede de cooperação de São Carlos encontra-se em um estágio embrionário e com alto potencial de consolidação e que ela possui significativa influência no desenvolvimento da economia solidária no município, apesar de sua complexidade e particularidades. Como sugestões de pesquisas futuras estão o estudo da evolução da rede ao longo do tempo e o foco na percepção e nas necessidades dos empreendimentos, por estes serem os beneficiários diretos da atuação da rede.

Palavras-chave: redes de cooperação; desenvolvimento local; economia solidária.

ABSTRACT

CAMBIAGHI, B. P. **Cooperation network for development in solidary economy**: case of study at the city of São Carlos – SP. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2012.

Nowadays, it is possible to sense a context of recovery of the importance of the state presence in contemporary societies, where governments have been adopted policies of local development with a focus on generating employment and income for the population, especially at the municipal level. Such strategies of local management are adopting the concepts of solidary economy to struggle against unemployment and providing building “selforganizing” organizations based on cooperation and appreciation of the concepts of democracy, participation and citizenship. To implement these policies, new forms of social organization have emerged and developed, with particular emphasis on networks that involve the public sector, academia, civil society organizations and social economy enterprises. Therefore, the objective of this work was to study a cooperation network for development in solidary economy in the city of São Carlos, aiming to identify which would be potentize aspects of this alternative of development from interorganizational social networks. The research was exploratory and data collection was semi-structured interviews with the leaders of ten organizations participants of the network. The results indicate some features that can contribute for the formation of cooperation networks for development in solidary economy and to build a public policy on this topic, focusing on cities with similar socioeconomic characteristics of São Carlos. The main ones were: heterogeneity of the actors, presence and performance of an actor from the government, transversality of the municipal public policy, presence and performance of a Technological Incubator of Popular Cooperatives, engagement with external stakeholders, creation of spaces for discussion and dissemination of the solidary economy, availability of a physical space and enhancement of participation of the enterprises. Thus, the conclusion is that the cooperation network of São Carlos is at an embryonic stage, with a high potential for consolidation and that it has significant influence on the development of solidary economy in the city, despite its complexity and particularities. As suggestions for future research are the study of the network evolution over time and focus on the perception and the needs of enterprises, because they are the direct beneficiaries of the action of the network.

Key words: cooperation networks; local development; solidary economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura do trabalho.....	20
Figura 2: Lógica dos capítulos teóricos.....	21
Figura 3: Características da Economia Solidária.....	44
Figura 4: Atores e instituições organizativas do movimento da economia solidária	51
Figura 5: Representação gráfica das redes	59
Figura 6: Configurações das redes.....	63
Figura 7: Localização geográfica de São Carlos	80
Figura 8: Propriedade dos recursos dos empreendimentos de São Carlos	85
Figura 9: Histórico das ações para implantação do Centro Público Herbert de Souza	86
Figura 10: Organograma da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.....	87
Figura 11: Empreendimentos econômicos solidários do município de São Carlos	90
Figura 12: Eixos da política pública municipal de economia solidária.....	91
Figura 13: Frentes de trabalho do NuMI-EcoSol	97
Figura 14: Organograma SMDSCT.....	106
Figura 15: Configuração da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos	113
Figura 16: Classificação dos atores da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos.....	114
Figura 17: Linha do tempo da criação dos atores entrevistados.....	116
Figura 18: Histórico de ações para aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária.....	121
 Gráfico 1: Formas de organização dos empreendimentos no Brasil	 53
 Quadro 1: Principais características dos modelos de administração pública	 29
Quadro 2: Principais características das políticas de desenvolvimento no Brasil.....	32
Quadro 3: Universidades pertencentes à Rede Unitrabalho	48
Quadro 4: Universidades pertencentes à Rede ITCs	49
Quadro 5: Tipologias de redes de empresas	59
Quadro 6: Características das redes de mercado e de compromisso social.....	60
Quadro 7: Principais vantagens provenientes da atuação em redes	61
Quadro 8: Adaptação das vantagens de redes de mercado para redes de compromisso social	62
Quadro 9: Definições de redes de políticas públicas.....	65
Quadro 10: Conceitos de redes de políticas.....	66
Quadro 11: Grau de profundidade dos vínculos entre os atores de uma rede	68
Quadro 12: Elementos para categorização de redes	72
Quadro 13: Quadro resumo do projeto	79
Quadro 14: Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos	82
Quadro 15: Empreendimentos de economia solidária de São Carlos em 2008.....	84
Quadro 16: Pontos de Cultura selecionados em edital municipal	93
Quadro 17: Estratégias de atuação da INCOOP/NuMI-EcoSol	96
 Tabela 1: Perfil da economia solidária no Brasil.....	 52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ACIEPE	Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
APL	Arranjo Produtivo Local
CAC	Coordenadoria de Artes e Cultura de São Carlos
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEDOC	Centro de Documentação em Economia Solidária de São Carlos
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente de São Carlos
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTATO	Festival Multimídia Colaborativo
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPES	Centro Público de Economia Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAES	Departamento de Apoio à Economia Solidária
DDST	Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico de São Carlos
DL	Desenvolvimento Local
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ES	Economia Solidária
FADISC	Faculdades Integradas de São Carlos
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FESC	Fundação Educacional São Carlos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCOOP	Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MPT	Ministério Público do Trabalho

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NuMI-EcoSol	Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
ParqTec	Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Programa de Inclusão Digital
PMSC	Prefeitura Municipal de São Carlos
PNAE	Política Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROHAB	Fundação Progresso e Habitação São Carlos
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RCDES	Rede de Cooperação para Desenvolvimento em Economia Solidária
Rede de ITCPs	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEES	Secretaria Especial de Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SMDSCT	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos
SMTER	Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda
SP	Estado de São Paulo
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UATI	Universidade Aberta da Terceira Idade
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNIARTE	Unidos pela Arte - Associação Cultural dos Artesãos e Artistas de São Carlos
UNICEP	Centro Universitário Central Paulista
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITrabalhador	Universidade Aberta do Trabalhador
UNITRABA	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
LHO	
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Objetivos da pesquisa	18
1.1.1. Objetivo geral	18
1.1.2. Objetivos específicos	18
1.2. Relevância.....	19
1.3. Estrutura do trabalho.....	19
2. A QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA	22
2.1. Críticas ao capitalismo e neoliberalismo	22
2.2. A atuação do Estado	27
2.3. Alternativas para o modelo de desenvolvimento	31
2.4. Síntese do capítulo	34
3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA	35
3.1. Contexto histórico.....	35
3.2. Definições e características da economia solidária.....	40
3.3. Panorama atual brasileiro.....	46
3.4. Síntese do capítulo	54
4. REDES DE COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAIS	56
4.1. Conceitos gerais	56
4.2. Redes de políticas públicas	63
4.3. Síntese do capítulo	72
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	73
5.1. Caracterização da pesquisa	73
5.2. Coleta de dados	75
5.3. Análise dos dados	76
5.4. Estudo de caso	76
5.4.1. Unidade de análise.....	76
5.4.2. Pesquisa de campo.....	76
6. A REDE DE COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SÃO CARLOS	80
6.1. Breve descrição do município de São Carlos	80
6.2. Histórico da economia solidária em São Carlos	83
6.3. Os atores da rede de cooperação	90
6.3.1. Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES)	90
6.3.2. Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol)	95
6.3.3. Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp)	98
6.3.4. Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida) 99	
6.3.5. Associação Maria Fuxico	101
6.3.6. Casa Fora do Eixo São Carlos	101
6.3.7. Coordenadoria de Artes e Cultura (CAC)	103
6.3.8. Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA).....	105
6.3.9. Fundação Educacional São Carlos (FESC)	106
6.3.10. ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança	109
6.4. Características da rede de cooperação	109

6.4.1.	Configuração da rede.....	111
6.4.2.	Aproximação dos atores	115
6.4.3.	Tempo de associação dos atores.....	116
6.4.4.	Comunicação na rede.....	117
6.4.5.	Presença de um intermediador.....	118
6.4.6.	Ações desenvolvidas pela rede	119
6.4.7.	Mecanismos de coordenação	122
6.5.	Reflexões e aprendizados da rede de cooperação	123
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICES	146
	APÊNDICE A: PROTOCOLO PARA ESTUDO DE CASO	146
	APÊNDICE B: APRESENTAÇÃO E CONVITE PARA ENTREVISTA.....	147
	APÊNDICE C: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

Alguns anos após a consolidação do capitalismo e o advento da política econômica neoliberal verificam-se transformações multidimensionais nas sociedades contemporâneas. Somadas ao processo de globalização, são notáveis os avanços tecnológicos, nos meios de comunicação, informação, transportes e indústria. Mas, por outro lado, a sociedade enfrenta desordens sociais que demandam atenção. O cenário brasileiro no século XXI ainda é marcado por exclusão social, pobreza, desemprego e acentuada desigualdade de renda (VEIGA, 2010). Acompanhados de altos níveis de mortalidade infantil, analfabetismo, desnutrição, precariedade na saúde, na educação e na moradia para grande parte da população (ASSEBURG; GAIGER, 2007).

Esses indicadores provocam debates sobre novos modelos de desenvolvimento e políticas econômicas alternativas, que pregam maior intervenção do Estado e maior participação popular nas decisões públicas. A gestão descentralizada do Estado também é vista como estratégia para melhorar as condições de vida da população, por aproximar os tomadores de decisão aos problemas locais. Essa descentralização, voltada para os problemas sociais locais e que reforçam a participação popular nas decisões públicas já é colocada em prática em algumas regiões do Brasil, denominada por Paes de Paula (2005) de administração pública societal.

Na tentativa de substituir aquele desenvolvimento tido como sinônimo de crescimento econômico durante anos, o desenvolvimento local é um novo conceito em debate. A partir de diversas contribuições originadas desde os anos 1970, Amaro (2009, p.108), formula um conceito de desenvolvimento local como sendo “o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”. Para o desenvolvimento local, devem ser consideradas as potencialidades e necessidades da localidade, tendo os atores da comunidade como principais sujeitos na condução do processo de desenvolvimento. Por isto, diz-se também que o desenvolvimento local é endógeno, pois é realizado de dentro para fora (BARQUERO, 2002). Neste caso, a atuação do Estado deve ser a de agente externo e estimulador das potencialidades locais, e não protagonista e fornecedor do desenvolvimento.

Inserida no conceito multidimensional de desenvolvimento local, encontra-se a temática da economia solidária (ES), fortalecida a partir da década de 1980. Ela consiste na busca de trabalhadores desempregados e insatisfeitos com o sistema capitalista por novas

formas de organização do trabalho, onde princípios como o associativismo e a autonomia dos trabalhadores são mais importantes que o capital e o individualismo (SINGER, 2003).

Essa alternativa ao capitalismo constitui um movimento cada vez mais sólido e importante no cenário mundial (CATTANI, 2003). Como principais representantes, a economia solidária possui as cooperativas de produção, regidas por princípios de solidariedade, autogestão, cooperação, democracia e repartição dos ganhos entre todos os cooperados (SINGER, 2000). Tais princípios foram estabelecidos pela primeira cooperativa da qual se tem informação, a cooperativa dos tecelões de Rochdale de 1844, na Inglaterra, nascida no contexto da Revolução Industrial e do movimento operário em resposta às condições precárias de trabalho da época.

Outros exemplos de iniciativas de economia solidária ou também chamados empreendimentos econômicos solidários (EES) são associações, grupos de produção e de consumo, redes e clube de trocas (GAIGER, 2003a), coletivos de geração de renda, sistemas de comércio justo e de finanças, fábricas recuperadas (LAVILLE; GAIGER, 2009) que atuam em diversos setores como de produção, serviços, comércio e crédito. As atividades dos empreendimentos econômicos solidários apresentam a “solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162).

A principal característica dos empreendimentos é sua forma de organização, realizada por meio da autogestão. A autogestão confere a todos os trabalhadores a posição de donos do empreendimento e cada membro representa um voto. Desta forma, as decisões sobre os rumos do empreendimento são discutidas e consentidas por todos os membros, normalmente por meio de assembleias em que todos são iguais: proprietários e trabalhadores com direito a voz e voto. Asseburg e Gaiger (2007) defendem que os empreendimentos solidários possuem a capacidade de reduzir as desigualdades econômicas, pois os detentores do capital são os próprios detentores da força de trabalho. Ou seja, os trabalhadores como proprietários associados do empreendimento recebem o capital excedente e este é convertido em patrimônio pessoal e/ou coletivo fazendo fluir para eles próprios os frutos da atividade econômica.

Posto isto, tanto o governo federal quanto os governos locais vêm desenvolvendo ações para estimular e potencializar as iniciativas de economia solidária e cada vez mais se articulam com outros atores da sociedade. As parcerias são vistas como fator relevante para a promoção do desenvolvimento local: “cabe ressaltar que as experiências de desenvolvimento local bem estruturadas têm como característica central o fato de se apoiarem quase sempre em

parcerias” (INSTITUTO CIDADANIA, 2006, p.14). Os programas de desenvolvimento local lidam com complexos e variados problemas políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, evidenciando o desafio de articulação entre estas dimensões. Segundo Peci e Costa (2002), esse desafio de sanar problemas complexos e multissetoriais necessita da adoção de uma perspectiva integrada através da construção e/ou fortalecimento de redes. Estas redes constituem as chamadas redes de compromisso social (INOJOSA, 1999) ou redes de políticas públicas (PECI; COSTA, 2002). São assim chamadas por agruparem organizações de diferentes setores e com a finalidade de minimizar ou resolver uma questão pública.

Estudos comumente realizados por administradores analisam as redes formadas entre empresas e especificamente para obtenção de ganhos econômicos. Lopes e Baldi (2009) fazem uma análise das contribuições de diversos autores sobre redes e apontam que as vantagens obtidas por meio da formação de redes entre empresas podem ser tanto econômicas, como estratégicas. Entre as vantagens estão: redução de riscos e custos, intercâmbio de tecnologia, superação de barreiras governamentais, aprendizado empresarial, redução de competição etc.

No entanto, as redes podem apresentar diferentes objetivos e podem ser formadas por organizações participantes de diferentes setores. De acordo com Costa (2003), com o advento das redes, uma nova cultura política é criada e se caracteriza pela formação de parcerias entre governos municipal, estadual, federal; empresas; universidades; organizações não governamentais (ONG); associações; movimentos sociais e comunidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de um território e a consequente melhoria das condições de vida desta população.

Diante da situação descrita e da realidade de vários municípios brasileiros que exibem um quadro relativamente exitoso em termos de desenvolvimento da economia solidária, surge o interesse de responder a seguinte questão: Como as redes de cooperação interorganizacionais podem contribuir para o desenvolvimento em economia solidária?

Para responder à pergunta optou-se por realizar um estudo aprofundado no município de São Carlos-SP. A formação de redes entre governo, universidade, entidades civis e empresas se tornou uma estratégia frequente no município para a execução de políticas de geração de trabalho e renda. Durante o período de 2005 a 2008, foram concebidos 140 projetos de parcerias entre órgãos governamentais, universidades, centros de pesquisa, escolas técnicas e outras instituições com o intuito de promover a inovação na região (PMSC, 2008b). Somente o segundo volume do caderno *Projetos&Parcerias*, elaborado pela prefeitura municipal, divulga 49 projetos desenvolvidos nas áreas de: urbanismo e habitação, saúde,

educação e cultura, desenvolvimento sustentável, infância e juventude, assistência social, agricultura, água e esgoto, e turismo (PMSC, 2008b).

Além disso, o município vem se destacando como exemplo em termos de incentivo e prática da economia solidária, apresentando “avanços quantitativos e qualitativos, extremamente relevantes” (PMSC, 2008a). Tais avanços são apresentados em pesquisa realizada pela prefeitura municipal, apontando que em 2001, apenas três empreendimentos solidários atuavam no município reunindo cerca de 70 trabalhadores, e em 2008, ano de realização da pesquisa, o município contava com 20 empreendimentos que reuniam mais de 600 trabalhadores (PMSC, 2008a). Segundo mapeamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) há no município 23 empreendimentos de economia solidária (FBES, 2011a) em diversas atividades econômicas e estágios de desenvolvimento. Os empreendimentos solidários empregam aproximadamente 600 trabalhadores e apresentam em conjunto, um faturamento anual de aproximadamente R\$ 6 milhões (MARTINS, 2010).

Os vários atores envolvidos com o movimento constituem uma rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária. Dentre outros participantes estão o Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER); o Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza (presente em apenas 24 municípios do Brasil); o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), antiga Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); o próprio movimento dos empreendimentos econômicos solidários e diferentes organizações da sociedade civil.

1.1. Objetivos da pesquisa

A partir do contexto e do problema de pesquisa exposto, foram definidos o objetivo geral da pesquisa e seus objetivos específicos.

1.1.1. Objetivo geral

O objetivo geral da presente pesquisa é identificar os aspectos potencializadores para desenvolvimento em economia solidária a partir da rede de cooperação do município de São Carlos.

1.1.2. Objetivos específicos

- Identificar os atores participantes e a configuração da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos;

- Identificar o contexto social e histórico da formação da rede e aproximação dos atores;
- Identificar o funcionamento, as principais características e ações desenvolvidas pela rede;
- Analisar os aspectos positivos e negativos da rede, bem como apontar possíveis ações a serem realizadas para fortalecimento da economia solidária no município;
- Fornecer subsídios para a formação de redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária e para a construção de uma política pública de economia solidária.

1.2. Relevância

A principal relevância deste estudo consiste no entendimento de que o modelo da rede de São Carlos para promoção de desenvolvimento local por meio da economia solidária possa ser utilizado como referência para outras prefeituras municipais e/ou organizações que tenham como estratégia o fortalecimento e a institucionalização da economia solidária. Além de ampliar também a discussão sobre a formação de redes de cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e inclusão cidadã através da economia solidária.

Assim, o desenvolvimento da pesquisa justifica-se pelas seguintes razões. A primeira delas consiste na motivação pessoal da própria pesquisadora em compreender a realidade social e econômica do país e em contribuir de alguma forma para seu desenvolvimento mais justo e humano. Em segundo, a pesquisa desenvolvida contribui para a área de conhecimento de redes de cooperação interorganizacionais e de economia solidária, duas temáticas atuais e que devido à sua complexidade exigem análises multidisciplinares. O fato de tratar de um estudo empírico, que trata também da construção de uma política pública municipal de economia solidária, permite sua utilização como referência para outras prefeituras e órgãos públicos interessados em fomentar a economia solidária. E por último, o trabalho evidencia a nova realidade de organização social que os gestores contemporâneos estão sujeitos e não podem ignorar, fornecendo assim subsídios para sua compreensão e enfrentamento.

1.3. Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado conforme a Figura 1. No centro da figura estão dispostos os sete capítulos e no entorno os principais temas contemplados em cada um deles.

Fonte: Elaborado pela autora
Figura 1: Estrutura do trabalho

Este primeiro capítulo, introdutório, apresentou a contextualização do problema de pesquisa, seus objetivos geral e específicos e a relevância do esforço de pesquisa.

Os capítulos 2, 3 e 4 constituem o eixo teórico do trabalho. O capítulo 2 discute a questão social contemporânea, permeada de problemas sociais e econômicos para introduzir os conceitos de economia solidária, discutidos no terceiro capítulo e de redes de cooperação interorganizacionais no quarto capítulo. A lógica da Figura 2 serviu de base para orientar a estruturação e discussões dos capítulos teóricos.

O capítulo 5 apresenta a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para sua condução como coleta e análise de dados e o sexto capítulo apresenta os resultados do estudo de caso.

O último capítulo apresenta as considerações finais, seguido das referências bibliográficas consultadas e dos apêndices.

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 2: Lógica dos capítulos teóricos

2. A QUESTÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto das duas principais temáticas desta pesquisa: a economia solidária e as redes de cooperação interorganizacionais. Estas temáticas advêm da questão social contemporânea, em que a crítica ao sistema de produção capitalista e à ideologia político-econômica neoliberal fornece subsídios para repensar a atuação do Estado e o atual modelo de desenvolvimento.

Assim, o primeiro tópico discorre sobre o advento do capitalismo e da política neoliberal, que amparados pelo processo de globalização geraram diversos impactos e transformações na sociedade. Em seguida, discute-se a atuação descentralizada do Estado e uma nova forma de gestão pública que enfatiza a participação popular nas ações públicas. E por último, são apresentados novos conceitos de desenvolvimento, com enfoque no desenvolvimento local.

2.1. Críticas ao capitalismo e neoliberalismo

Configurado como um substituto da servidão na época do feudalismo, o capitalismo tem como principais características a propriedade privada dos meios de produção, a venda do trabalho (assalariamento) e a livre concorrência de mercado. Com seu fortalecimento a partir da Revolução Industrial do século XVIII, não só as relações econômicas da época como também outras dimensões da vida social se alteraram significativamente.

Desde sua consolidação o capitalismo atraiu críticos, dos quais a maioria se baseia nas obras de Karl Marx, em específico “O Capital”¹ e “Manifesto do Partido Comunista” (1848) escrito em conjunto com Friedrich Engels. No *Manifesto* são expostas as principais determinações da sociedade capitalista, e para tanto, os autores levantam a história de formação e desenvolvimento do mercado, bem como das lutas sociais e das oposições de classe, que permeiam o cenário da sociedade moderna (MUSSE, 2011). Apesar de delineado há mais de 150 anos, o marxismo dá subsídio a discussões políticas e ideológicas atuais, principalmente em épocas de crises econômicas e financeiras.

O modo de produção capitalista reúne quatro características da vida econômica:

- a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor

¹ O primeiro volume de *O Capital* foi publicado por Marx ainda vivo em 1867. Os volumes segundo e terceiro foram publicados pelo amigo Engels após a morte de Marx em 1883. Uma das versões brasileiras possui seis volumes, publicada em 2008 pela Editora Civilização Brasileira.

dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção (GAIGER, 2003a, p.187-188).

Assim, o detentor dos meios de produção – o capitalista, em busca de seu principal objetivo – o lucro, investe no desenvolvimento de novas tecnologias para redução dos custos de produção e tira o máximo de proveito dos recursos aplicados ao processo produtivo, incluindo a força de trabalho (MANCE, 2003). Uma importante consequência desta situação é o desemprego e a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho. Esse contingente de trabalhadores desempregados é o que Marx chama de exército industrial de reserva, condição que permite a manutenção e o funcionamento do capitalismo, na medida em que os trabalhadores se tornam substituíveis e com baixo poder de reivindicação de melhores condições de trabalho (MUSSE, 2011).

A política liberal foi predominante na maioria dos países até a década de 1930, quando a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 encadeou a Grande Depressão e o enfraquecimento do liberalismo clássico (PAES DE PAULA, 2005). Como resposta à crise mundial foram estabelecidas políticas econômicas keynesianas (socialdemocracia) combinadas com o Estado de bem-estar social, desencadeando na recuperação da economia e no que se chamou de 30 anos dourados do capitalismo (ESPING-ANDERSEN, 1995).

A crise dos Estados de bem-estar social na década de 60 marca o fim dos anos dourados, e mais uma vez é preciso repensar as formas de organização do trabalho e da produção, o modo de garantia da acumulação de capital e o papel do Estado como mediador de interesses privados e coletivos (PAES DE PAULA, 2005). Neste contexto é que surgem as propostas neoliberais, consolidadas e expandidas pelo Consenso de Washington² e com os governos de Margaret Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (EUA) nos anos 1980.

Desde então, o neoliberalismo se tornou uma ideologia legítima e hegemônica no cenário mundial, em consonância com o capitalismo. No entanto, seus princípios e ideias não têm se mostrado suficientes para promover o desenvolvimento e crescimento econômico esperados, principalmente nos países em desenvolvimento. Pelo contrário, a ideologia neoliberal gerou “uma severa desestruturação no mercado de trabalho mediante o crescimento do desemprego estrutural, o afrouxamento de direitos sociais, as novas formas de contratação e de gerenciamento da força de trabalho – via flexibilização, precarização e terceirização, fragmentando a classe trabalhadora” (SANTOS, 2008, p.2).

² Reunião realizada em 1989 que apresentou o receituário com 10 medidas neoliberais: ajuste estrutural do déficit público, redução do tamanho do Estado, privatização das estatais, abertura ao comércio internacional, fim das restrições ao capital externo, abertura financeira às instituições internacionais, desregulamentação da economia, reestruturação do sistema previdenciário, investimento em infraestrutura básica e fiscalização dos gastos públicos (PAES DE PAULA, 2005).

Aliada aos efeitos negativos da ideologia político-econômica, a recente crise financeira de 2008 fornece alicerces para questionar este modelo que prega a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial, a privatização de empresas e a mínima intervenção do Estado. Stiglitz (2010) aponta que a crise foi capaz de revelar falhas não só no atual modelo econômico, como também na sociedade. Isto porque, durante os últimos 30 anos o fundamentalismo do mercado foi capaz de alterar o modo como as pessoas pensam, extinguindo qualquer senso de comunidade e coletividade entre elas, ao mesmo tempo em que alcançou um rápido crescimento econômico não sustentável nem ambiental nem socialmente.

Outro fenômeno transformador dos países e suas relações é a globalização ou também chamada mundialização, onde tudo se tornou mais próximo e sem fronteiras, devido principalmente aos avanços tecnológicos nas áreas de transporte e de comunicações.

Uma perspectiva positiva considera que a globalização permitiu inovações tecnológicas gerando avanços em áreas como comunicação, informação, finanças, transporte, espacial, médica; e universalização de debates como direitos humanos, violência, fome, educação e outros. Conforme cita Batista Jr. (1998, p.126) o progresso técnico associado “à diminuição dos custos de transporte, à desregulamentação de diversos mercados e à remoção de controles e barreiras, têm facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais e a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos setores”.

No entanto, há outra perspectiva que discute os aspectos negativos relacionados à globalização. Conforme coloca Sposati (1997, p.43), o processo de globalização é desigual, pois “não atinge todos os países da mesma maneira e não atinge a todos que vivem no mesmo país do mesmo modo”. Este processo gera prejuízos nas áreas sociais, econômicas, trabalhistas e humanas para muitas pessoas que não são atingidas pelos progressos tecnológicos (SINGER, 2000).

Font e Rufí (2006, p.34-35) definem o contexto de debates sobre a globalização:

Seja como for, o certo é que, se existe um conceito contemporâneo que se converteu em hegemônico na hora de tentar explicar a essência e a razão de ser dos fenômenos de âmbito mundial, este conceito é o da globalização. Seja como causa, seja como consequência, como processo em curso ou como resultado final, o fato é que a globalização é objeto de leituras radicalmente opostas: de uma forma de ocultar e de homogeneizar as diferenças, as discontinuidades e as divisões de caráter econômico, cultural ou político, deixando pouco ou nenhum espaço para o desenvolvimento e a preservação da identidade local, chegando, inclusive, a regular a vida cotidiana dos indivíduos; até uma força que fomenta, por reação, a diferenciação entre os lugares.

Esta leitura da globalização a torna um duplo processo, como os próprios autores colocam: “de particularização do universal e de universalização do particular” (FONT; RUFÍ, 2006, p.35). Enquanto algumas questões tornam-se globais, outras requerem a necessidade de serem tratadas localmente. As principais consequências deste processo serão abordadas nos próximos tópicos, em específico, a atuação do Estado e o modelo de desenvolvimento das sociedades.

Em um texto sobre a globalização e tendências institucionais, Ladislau Dowbor (1997) elencou cinco tendências estruturadoras do futuro, as quais a humanidade deveria se atentar para de fato ser capaz de promover um desenvolvimento humano: tecnologia, globalização, polarização econômica, urbanização e transformação do trabalho. Para o autor, estas cinco tendências constituem um conjunto de eixos contraditórios, pois há embutida em cada uma delas uma contradição central.

- Tecnologia: o desenvolvimento e a inovação da tecnologia não são acompanhados por avanços nas instituições correspondentes de regulação, que resulta no uso de tecnologias em diversas finalidades nem sempre benéficas à sociedade ou ao meio ambiente;
- Globalização: a economia, os produtos, as empresas, as informações, a mídia se globalizam, mas os instrumentos de regulação continuam na esfera nacional com dificuldades de controle da esfera global, acarretando assim em uma perda geral de governabilidade;
- Polarização econômica: com o aumento considerável da polarização entre ricos e pobres, o problema se torna mais visível no espaço, levando a convívios contraditórios insustentáveis nas sociedades;
- Urbanização: o aumento da urbanização e formação de grandes cidades não é acompanhado por uma gestão descentralizada, com foco no local, o que afasta a gestão e controle dos problemas cotidianos de quem está diretamente relacionado a eles;
- Transformação do trabalho: a criação de grandes conglomerados, a adoção massiva da terceirização e a divisão da produção em diversos países para obter as vantagens de cada um, contribuem, entre outros fatores, para uma transformação estrutural do trabalho, gerando um excessivo número de desempregados e o crescimento do setor informal.

Todos esses eixos se relacionam, pois a tecnologia pode ser um resultado e ao mesmo tempo causa da globalização, que por sua vez acarreta numa maior urbanização, esta também causada pelo aumento da disparidade entre ricos e pobres, que também é resultado da transformação do trabalho, sendo este causa também da inovação tecnológica, globalização e urbanização. E apesar do texto ter sido escrito há quase 15 anos, estes eixos continuam sendo debatidos atualmente por acadêmicos e gestores públicos com o objetivo de diminuir os conflitos sociais nas sociedades contemporâneas.

As transformações estruturais do trabalho consistem basicamente no aumento do desemprego, e consequente aumento das formas alternativas de trabalho, que contemplam principalmente o setor informal e também o setor ilegal (armas, drogas, pirataria etc.). Dentre as causas, aponta-se a divisão da produção de grandes empresas capitalistas em diversos países para obter as vantagens de cada um. Desta forma, os custos de produção decrescem e os preços dos produtos são mais vantajosos do que os produtos nacionais. A concorrência se distancia e a competitividade é quase impossível de superar. Os empregos formais se tornam escassos e precários nas economias nacionais e para sua subsistência as pessoas buscam formas alternativas de trabalho ou permanecem excluídas do mercado de trabalho.

Em um estudo sobre desemprego, informalidade e precariedade no mercado de trabalho brasileiro pós-1990, Santos (2008, p.7) afirma que “as novas estratégias empresariais de produtividade e competitividade seriam um dos principais fatores explicativos das mudanças na composição ocupacional dos trabalhadores, que passam a vigorar, sobretudo, dentro de redes de terceirização e subcontratação”. A entrada de produtos importados no mercado nacional aperta a concorrência e força a busca por fatores de competitividade, dentre eles a ampliação dos espaços produtivos e a redução de custos para aumentar a margem de lucro. As empresas passam a adotar medidas gerenciais e organizacionais que afetam o processo de trabalho como demissão de trabalhadores, terceirização, subcontratação, fusão e compra de outras empresas, incluindo até a indução de formação de cooperativas que se afastam dos princípios da economia solidária para redução dos custos de contratação uma vez que as cooperativas possuem alguns benefícios fiscais.

Diante do exposto, a política econômica neoliberal e o modo de produção capitalista, amparados pela globalização, delinearam um quadro social contemporâneo contendo desigualdades entre (e dentro dos) países, pobreza, miséria, exclusão social, concentração de renda e desemprego acentuado. Neste contexto, surgem discussões sobre a forma de atuação do Estado enquanto indutor do desenvolvimento econômico e sobre o tipo de desenvolvimento que se quer e que se precisa na sociedade.

2.2. A atuação do Estado

A globalização com seu duplo caráter de universalizar o particular e particularizar o universal também influenciou o papel do Estado perante a sociedade. Algumas competências do Estado foram transferidas para instâncias superiores, de caráter global como as corporações transnacionais, as organizações multilaterais (Fundo Monetário Internacional – FMI) e os blocos econômicos (União Europeia, Mercosul) enquanto outros processos foram transferidos para as esferas inferiores, os governos subnacionais.

O enfoque nos governos subnacionais está ligado à ordem pensar globalmente e atuar localmente, a qual deixou de ser uma premissa apenas para os ecologistas e ambientalistas, mas também para as empresas multinacionais e para os gestores públicos (FONT; RUFÍ, 2006). Para os gestores públicos, melhorar a gestão e as políticas públicas na base do país, avança não apenas o local, mas também o conjunto geral de aspectos econômicos e sociais do país como um todo.

No Brasil, um conjunto de fatores resultou na descentralização das atribuições e recursos da esfera federal. Além dos impulsos da globalização e a redemocratização do país nos anos 1980, outro fator responsável pela descentralização político-administrativa foi a Constituição Federal de 1988, que estabelece a transferência de responsabilidades para os municípios. A Constituição transformou o município em terceiro ente da federação, ampliando sua autonomia sob os aspectos político, administrativo e financeiro, em decorrência da reforma na política fiscal (MEIRELLES, 2006).

Em uma análise sobre a descentralização da ação pública, Amaral Filho (2001, p.269) aponta três elementos-chaves que orientam os argumentos favoráveis a essa prática:

(i) o da proximidade e da informação, isto é: os governos locais estão mais próximos dos produtores e dos consumidores finais de bens e de serviços públicos (e privados), e por isso são mais bem informados que os governos centrais a respeito das preferências da população; (ii) o da experimentação variada e simultânea, ou seja: a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público; e (iii) o elemento relacionado a tamanho, quer dizer: quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e de eficiência.

A descentralização permite que os municípios detenham mais recursos e autonomia nas tomadas de decisão, e por consequência aumentam suas responsabilidades e deveres com a população local. Além de ampliar as competências dos municípios, Rolnik e Somekh (2000) apontam que a descentralização também confere uma intensificação da vida política local.

Entendida enquanto transferência de poder decisório para o município ou entidades e órgãos locais, a descentralização tem duas vertentes: a primeira, utilizada por tendências democratizantes, considera a descentralização uma possibilidade de tornar o governo mais acessível ao cidadão, aumentando a participação direta da

cidadania e o controle e responsabilização social; e a segunda, focalizando apenas os processos de modernização gerencial da gestão pública, entende a descentralização como a possibilidade de aumento da eficiência do governo local (ROLNIK; SOMEKH, 2000, p.83).

Esta tendência democratizante da descentralização, em que se aumenta a participação popular na gestão local é compartilhada por Dowbor (2006), ao afirmar que a participação comunitária se torna um mecanismo regulador complementar, somando-se ao mercado (regulador do setor empresarial) e ao direito público administrativo (regulador da ação dos órgãos do Estado). Em seus trabalhos sobre a democracia italiana, Robert Putnam, também identifica que os mecanismos de participação democrática não só complementam a regulação do Estado, como contribuem para um engajamento político da sociedade (FREY, 2003a). Isto porque ao participarem da tomada de decisões de assuntos referentes à sua realidade, as pessoas passam a ter um sentimento de inclusão e apropriação das políticas.

Além da descentralização conferida legalmente, alguns governos locais têm criado mecanismos para mudar sua forma de atuação e obter maior participação da população na gestão pública. Paes de Paula (2005) define dois modelos de gestão pública adotados no Brasil nos últimos anos e confere ao que ela chama de modelo de administração pública societal esta característica de inserção da sociedade no projeto político, bem como o enfoque nas iniciativas locais existentes. O outro modelo de administração pública estudado é o gerencial, iniciado em 1995 pelo MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado). O Quadro 1 aponta as principais diferenças entre os dois modelos de administração pública estudados pela autora.

Paes de Paula (2005) considera que a vertente societal se origina do histórico de mobilizações sociais ocorridas no Brasil, iniciadas no período colonial, com auge na década de 1960. Em seguida, veio a repressão da sociedade com o golpe de 1964 e o retorno das mobilizações na década de 1970. Mas é nos anos 1980 que surgiram as primeiras tentativas de tornar a administração pública mais aberta à participação popular e é quando se inicia a vertente societal de reforma e gestão do Estado. Por não se tratar somente de uma questão administrativa e gerencial da gestão pública, a vertente societal é considerada um projeto político, que busca ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política e criar instrumentos de controle social para retirar o monopólio do Estado na definição e implementação das ações públicas.

VARIÁVEL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL
Origem	Movimento internacional pela reforma do Estado, que se iniciou nos anos 1980 e se baseia principalmente nos modelos inglês e estadunidense.	Movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes.
Projeto Político	Enfatiza eficiência administrativa e se baseia no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos internacionais e o no movimento gerencialista.	Enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão.
Dimensões estruturais enfatizadas na gestão	Dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa.	Dimensão sociopolítica.
Organização administrativa do aparelho de Estado	Separação entre as atividades exclusivas e não exclusivas do Estado nos três níveis governamentais.	Não tem uma proposta para a organização do aparelho de Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública.
Abertura das instituições políticas à participação social	Participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular.	Participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular.
Abordagem de gestão	Gerencialismo: enfatiza a adaptação das recomendações gerencialistas para o setor público.	Gestão social: enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.

Fonte: Paes de Paula (2005, p.175).

Quadro 1: Principais características dos modelos de administração pública

O projeto político de gestão pública societal defende a existência de uma “esfera pública não-estatal”, que são “espaços públicos de negociação” ou “espaços deliberativos” (PAES DE PAULA, 2005, p. 156). Para existência desses espaços devem ser criados novos canais de participação cidadã, sendo os fóruns temáticos, os conselhos gestores de políticas públicas e o orçamento participativo, algumas experiências em curso no país.

Os fóruns temáticos são espaços para debate de problemas públicos, de caráter informal e com atuação paralela ao poder público. Ou seja, permitem a troca, debate e criação de ideias, no entanto não se envolvem no processo decisório. Dentre os aspectos positivos está a participação aberta a todas as pessoas interessadas e por não possuir pressão de tomar decisões, as discussões são mais livres e criativas. Como aspecto negativo apresenta problemas na fonte de financiamento, que normalmente advém das ONGs que enfrentam dificuldades. Alguns fóruns existentes são: Fórum de Reforma Urbana, Fórum Nacional da Participação Popular nas Administrações Municipais, Fórum Intermunicipal da Cultura, Fórum Ação da Cidadania, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio

Ambiente e Desenvolvimento, Fórum do Lixo e Cidadania, Fórum Brasileiro de Economia Solidária e talvez o mais conhecido nacional e internacionalmente o Fórum Social Mundial.

Os conselhos gestores de políticas públicas podem possuir caráter deliberativo, intervindo nas decisões públicas e não apenas com caráter consultivo. Um aspecto positivo é fornecer à sociedade um papel ativo na definição e implementação das políticas públicas. Mas como aspectos negativos apresenta a possibilidade de se tornar um mecanismo corporativista, sem representação heterogênea e defendendo interesses de apenas uma parcela da sociedade, além da dificuldade no financiamento e na capacitação dos conselheiros, que devem entender a estrutura de funcionamento da máquina estatal. Alguns conselhos existentes são: Conselho Nacional da Assistência Social, Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, Conselhos de Saúde, Conselho Nacional da Educação e outros.

Por último, o orçamento participativo consiste na participação da população nas discussões e definições do orçamento público. Dentre os aspectos positivos está a cultura política, que se torna mais democrática e participativa, apesar das decisões se darem em uma pequena parcela do orçamento. Quanto aos aspectos negativos estão o conflito de poder, a predominância do poder executivo e a possibilidade de se criar corporativismos locais. Alguns municípios que adotam o orçamento participativo são: Vila Velha (ES), Mauá (SP), Ribeirão Pires (SP), Santo André (SP), Distrito Federal, Recife (PE), Belo Horizonte (MG), São Carlos (SP) e a experiência mais antiga (desde 1988) e consolidada de Porto Alegre (RS).

A participação da comunidade na gestão pública é resultado da coprodução dos serviços públicos conforme apresenta Bovaird (2007). Este fenômeno nasceu nos Estados Unidos e Europa na década de 1970, e teve atenção intensificada por profissionais e acadêmicos a partir da década de 1990. A partir de definições de outros autores, Boivard (2007, p.487) apresenta a coprodução como a “prestação de serviços por meio de relacionamentos regulares e duradouros entre gestores públicos (provedores de serviços) de qualquer setor e os usuários ou membros da comunidade, onde todas as partes realizam contribuições de recursos fundamentais”. De acordo com o autor, a coprodução dos serviços públicos pode ser estendida para o planejamento, a delegação, a administração, a prestação, o monitoramento e a avaliação das atividades públicas.

Nas últimas duas décadas, pensadores e cientistas políticos voltaram sua atenção a outro ator da sociedade, além do mercado e Estado, ressaltando conceitos como terceiro setor, redes sociais e capital social (FREY, 2003a, 2003b). Para Delazari e Kauchakji (2008, p.4), os arranjos de gestão que buscam a inserção da sociedade civil em novas configurações de governança têm sido “interpretados como condições de acesso de setores da sociedade civil

no âmbito da administração pública, não apenas como demandatários, mas como sujeitos nas discussões e deliberações que definem o interesse público e a agenda pública”. Segundo Frey (2003a, p.175), estes novos conceitos “visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana”.

2.3. Alternativas para o modelo de desenvolvimento

O termo desenvolvimento originou-se nos EUA e na Europa, no período pós Segunda Guerra Mundial, definido pela ideia de industrialização dos países, crescimento econômico, tecnológico e urbano. Neste contexto, surgiram as denominações de países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, dando a ideia de que o objetivo máximo de todos os países era se tornar desenvolvido, sendo adotado como país modelo de desenvolvimento os EUA.

Durante anos, o conceito de desenvolvimento foi tido como sinônimo de crescimento econômico, representado pela industrialização. No entanto, alguns fatos históricos explicam o início de pensamentos que questionavam o conceito e a forma que se empregava o termo desenvolvimento. Alguns destes fatos, ocorridos por volta dos anos 1970, incluem: protestos e manifestações, movimentos sociais e ambientalistas, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não evoluíram sua condição, crises econômicas e financeiras. Buscando resposta aos problemas deste modelo de desenvolvimento, surgem então novas interpretações e conceitos de desenvolvimento.

No caso do Brasil, a questão de desenvolvimento passa a ser discutida na década de 1930, com a consolidação do Estado desenvolvimentista, tido como o responsável por estimular a industrialização e consequentemente, a produção e o consumo. No entanto, é a partir dos anos 1950 que o conceito de desenvolvimento chega com força no país, entrando no campo político e nos debates da sociedade civil e política (NAVARRO, 2001). As iniciativas marcantes foram os planos de Juscelino Kubitschek e dos militares, tendo como resultados altos investimentos em infraestrutura e principalmente na indústria. Essa política de desenvolvimento foi caracterizada como conservadora e autoritária, pois era imposta pelo governo central não estabelecendo nenhum diálogo com a sociedade civil, e nem considerando os esforços das instâncias estaduais e municipais (PASSADOR; NALLE JR., 2008).

Nos anos seguintes, iniciou-se um período de abertura do mercado para capital estrangeiro e de aumento no volume de importações. Este modelo de desenvolvimento

brasileiro permitiu por um lado crescimento econômico, mas por outro, ignorou as peculiaridades e necessidades de seu território, gerando desigualdades sociais, concentração de renda, pobreza e endividamento externo. Nalle Jr. aponta um resumo (Quadro 2) com as principais características das políticas de desenvolvimento adotadas no Brasil no século XX.

ASPECTO	CARACTERÍSTICA
Liderança do processo	A liderança dos processos de desenvolvimento sempre foi ocupada pelas elites, reproduzindo e imprimindo nos programas a distância entre a realidade dos governantes e a realidade dos governados.
Cidadania	Inexistência da ampla noção de cidadania, envolvendo a participação dos indivíduos nos destinos da sociedade. Ideia de participação e cidadania restringe-se ao direito de voto, utilizado na escolha dos representantes políticos.
Investimentos políticos	Investimentos em infraestrutura para o processo de industrialização e exportação. Combustíveis (petróleo), energia, estradas, portos e comunicações.
Educação	Restrita à capacitação profissional, estruturada de acordo com os interesses da iniciativa privada em termos de qualidade de mão-de-obra.
Social	Ações de curto prazo, utilizadas mais como forma de controle das massas e fonte de interesses eleitoreiros e populistas.
Atividades incentivadas	Grande incentivo à industrialização. Atividades agrícolas beneficiadas restringem-se à agricultura empresarial de exportação de produtos com baixo valor agregado (<i>commodities</i>). A industrialização favoreceu o surgimento das regiões metropolitanas e do grande êxodo rural na segunda metade do século XX.
Participação da sociedade	Elevado grau de dependência da população junto ao setor político para alcançar a satisfação das necessidades individuais. Clientelismo.

Fonte: Nalle Jr. (2006, p.50)

Quadro 2: Principais características das políticas de desenvolvimento no Brasil

Atingido também pelo efeito da crise do petróleo na década de 1970, o Brasil entra em crise de grande proporção, denominando a década perdida, e se insere no movimento de pensar novas formas de desenvolvimento e ordenação do território.

Inicialmente, os esforços foram voltados para estabelecer uma distinção entre os termos crescimento econômico e desenvolvimento. Ainda hoje, os termos são comumente utilizados como sinônimos, mas diversos são os autores que os diferenciam, como por exemplo, José Eli da Veiga ao fazer a seguinte colocação:

Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa (VEIGA, 2010, p.56).

Souza (1999) afirma que desenvolvimento é um conceito mais amplo e que envolve a melhoria de um conjunto de fatores, que não só o econômico. Para o autor, crescimento envolve variações quantitativas em determinada variável, como o aumento da produção ou da renda per capita de determinada população, enquanto desenvolvimento envolve mudanças qualitativas em aspectos sociais, culturais e políticos, como qualidade de vida, participação democrática, preservação do meio ambiente etc. Para Furtado (2004, p.485) “o

desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”.

De certa forma consolidada a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, é que novas concepções de desenvolvimento foram moldadas e passaram a fazer parte da agenda de intelectuais e gestores públicos. Algumas destas concepções mais conhecidas são desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável. Alguns autores fazem distinção entre estes termos, no entanto, ainda existe carência de definições e distinções, e de certa forma todos eles se assemelham ou se relacionam.

O desenvolvimento endógeno refere-se àquele que parte da comunidade e de suas aspirações e necessidades (BARQUERO, 2002). Por isso endógeno: de dentro para fora. O desenvolvimento não é estabelecido por um conjunto de estratégias e planos de agentes externos, mas sim pela articulação e participação da própria sociedade.

O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (WWF, 2011). Para tanto, deve conciliar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, chamados de tripé da sustentabilidade cunhado por Elkington (1994).

Já os conceitos de desenvolvimento local, regional e territorial se assemelham e em sua maioria são usados como sinônimos ou somente como desenvolvimento local (DL). Os principais especialistas brasileiros do assunto desenvolveram por meio do Instituto Cidadania um projeto com propostas para criação de uma Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. Para se manter alinhado a este esforço coletivo científico, este trabalho usará o termo desenvolvimento local e terá como base teórica as discussões e conceitos levantados na proposta.

O desenvolvimento local parte da concepção de que o processo de desenvolvimento é implementado para e pela comunidade, a partir de suas aspirações e necessidades locais. Por décadas, a condução do desenvolvimento partiu do princípio que a localidade espera passivamente por algo que venha de fora, ou seja, pela atuação de agentes externos como as esferas públicas e empresas privadas. No entanto, diversos projetos de desenvolvimento comprovam “que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação” (INSTITUTO CIDADANIA, 2006, p.9). Neste caso, o papel do poder público é o de criar mecanismos de apoio e fomento que potencializem o

processo de desenvolvimento por parte da base da sociedade. Ou seja, os agentes externos devem ser os animadores e facilitadores do processo, enquanto a localidade é a protagonista e principal sujeito do processo. É importante ressaltar que os agentes externos não devem constituir somente o poder público. Para a consolidação do desenvolvimento local é importante a construção e fortalecimento de parcerias entre diversos setores da sociedade (DOWBOR, 2006). Na mesma direção, Ávila (2006) aponta que devem ser criados planos e estratégias *a partir* do desenvolvimento local e não planos e estratégias *de* desenvolvimento local. Pois para o autor, os contingentes populacionais distribuídos nas comunidades, bairros, municípios e regiões é que projetam e assumem o próprio desenvolvimento.

Assim, o governo deve estimular as potencialidades e capacidades locais e remover os obstáculos para o processo de desenvolvimento. Neste sentido, o projeto do Instituto Cidadania propõe oito eixos distintos, porém sinérgicos ou sobrepostos, que contemplam os principais entraves ao desenvolvimento local e as propostas para superá-los: financiamento e comercialização; tecnologia; desenvolvimento institucional; informação; comunicação; educação e capacitação; trabalho, emprego e renda; e sustentabilidade ambiental.

2.4. Síntese do capítulo

Neste capítulo foram abordadas questões importantes para contextualizar a origem das temáticas deste trabalho. A consolidação do capitalismo e da ordem neoliberal, amparadas pelo processo de globalização, ocasionaram conflitos sociais e econômicos, objetos de atenção das sociedades contemporâneas. Como resposta a esta configuração política e econômica reinante por anos, surgiram novas práticas e formas de atuação do Estado, tornando-o mais próximo das reais necessidades da sociedade através dos mecanismos de descentralização do governo nacional, de participação democrática popular e de regulação das ações do Estado pela sociedade. Em paralelo, o conceito de desenvolvimento adotado há anos tem sido substituído por outros modelos que consideram outras dimensões como a social, ambiental, política e cultural, além da somente econômica.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária está imersa nos debates sobre novas formas de desenvolvimento em busca da redução de desigualdades sociais, pobreza e geração de trabalho. Ela é tida como uma estratégia para se colocar em prática os conceitos de desenvolvimento local e será discutida em detalhes neste capítulo.

Em linhas gerais, o marco de seu surgimento data de meados da década de 1980, no entanto as primeiras experiências de trabalho associativo surgiram por volta do século XIX, na época da expansão do capitalismo industrial. Atualmente, o Brasil apresenta um considerável número de iniciativas da economia solidária e demanda políticas públicas para fortalecer este fenômeno econômico e social.

Inicialmente, o capítulo apresenta um breve histórico da economia solidária no mundo. Em seguida, são apontadas algumas definições e o detalhamento de suas características. E por fim, o capítulo encerra contextualizando a evolução da economia solidária no Brasil e como ela se apresenta atualmente.

3.1. Contexto histórico

A economia solidária possui como principal antecedente histórico o cooperativismo operário criado a partir do século XIX. A Revolução Industrial ocasionou desemprego a milhares de artesãos e camponeses com a difusão de máquinas na produção das fábricas e, além disso, muitos operários passaram a trabalhar sob condições extremas de exploração como longas jornadas de trabalho, baixos salários e situações precárias de ergonomia e até de saúde e segurança.

A partir deste contexto, surgiram movimentos sindicais de trabalhadores e propostas de novas formas de organização econômica e social da sociedade. Os principais pensadores da época são o britânico Robert Owen (1771-1859), considerado o pai do cooperativismo, com suas propostas de Aldeias Cooperativas e o francês Charles Fourier (1772-1837) e seu projeto de criação de falanstérios.

(...) Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados (SINGER, 2002, p.25-26).

A criação de Aldeias Cooperativas foi uma proposta de Owen ao governo britânico para auxiliar na reconstrução da atividade econômica do país após a Revolução Francesa em 1815. O governo não aceitou sua proposta, mas com o advento do sindicalismo muitos

trabalhadores a colocaram em prática e criaram diversas sociedades cooperativas. Já os falanstérios propostos por Fourier pouco saíram do plano teórico e constituíam sociedades em que cada trabalhador teria liberdade individual para produzir o que quisesse (tivesse paixão, vocação para tal) sem se importar com a remuneração.

Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento. E ele (o falanstério) concebe um engenhoso sistema de mercado que deve conciliar as preferências por diferentes tipos de produto dos membros enquanto consumidores e por diferentes tipos de trabalho dos mesmos enquanto produtores. (SINGER, 2002, p.36).

Para não ocorrer a polarização entre ricos e pobres, Fourier propunha que deveriam existir mecanismos de redistribuição de renda mínima aos trabalhadores. As ideias de Fourier foram colocadas em prática anos depois nos Estados Unidos e renderam frutos junto com outros pensadores para criação da escola associativa a partir de 1825. Singer (2002) discute que ambos pensadores, Owen e Fourier, apesar de apresentarem projetos de sociedade diferentes, pois os falanstérios não eram tão coletivistas como as Aldeias Cooperativas, foram essenciais no protagonismo dos movimentos sociais e políticos nas décadas iniciais do século XIX. Rech (2000) também acrescenta o alemão Ferdinand Lasalle (1825-1864) e o francês Charles Guide (1847-1932) como pensadores-referência do cooperativismo operário.

Naquela época, as cooperativas eram vistas como modo de produção alternativo ao capitalismo, e por isso, o cooperativismo operário também é chamado de “cooperativismo revolucionário” (SINGER, 2002, p.35). Ao longo do tempo, o cooperativismo passou por transformações e hoje existem cooperativas similares a empresas tradicionais, de mercado, que se afastam do funcionamento e dos valores deste cooperativismo ‘original’, ‘autêntico’. A economia solidária em sua forma como é atualmente busca reviver os princípios do cooperativismo autêntico em seus empreendimentos, por isso sua citação como principal antecedente histórico.

Outro precedente histórico para elucidar as origens da economia solidária é a cooperativa de consumo Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, criada em 1844 na Inglaterra. Ela é tida como a “mãe de todas as cooperativas” (SINGER, 2002, p.39), se tornou referência por seus princípios morais que orientaram a estrutura e as regras gerais de seu funcionamento, que tardiamente se tornaram os princípios universais do cooperativismo. A cooperativa de Rochdale se tornou um modelo e suas características principais eram: autogestão, igualdade política (uma pessoa, um voto), livre entrada e saída da cooperativa, neutralidade política e religiosa, repartição das sobras e educação cooperativa.

Considera-se a autogestão a principal característica das iniciativas de economia solidária e a principal diferença das empresas capitalistas tradicionais, que são caracterizadas pela heterogestão. A autogestão não é somente uma forma de administrar, de gerir a organização, mas é um conceito de múltiplas dimensões:

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois enquanto construção social a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção, que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho. (ALBUQUERQUE, 2003, p.20-21, grifo próprio).

Desta forma, a autogestão no contexto da economia solidária está diretamente ligada ao compartilhamento de poder entre os indivíduos, ao agir coletivo no trabalho e na tomada de decisões (gestão democrática) e à repartição dos ganhos e perdas. Baseia-se na cooperação dos trabalhadores que juntos são capazes de criar outra forma de organização e de gestão e decorre de experiências passadas relacionadas ao movimento dos trabalhadores.

A partir de meados do século XIX o cooperativismo perdeu sua força como uma ferramenta de transformação social e econômica, devido a fatos históricos (aumento de salários, direito a organizações sindicais, políticas de estado de bem estar social, reconhecimento de greves) que apontam uma reconciliação dos trabalhadores ao trabalho assalariado e o consequente desinteresse dos membros das cooperativas pela autogestão. Singer (2002, p.109) afirma que “em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação”.

A consequência direta foi o desmanche (e a falência) da maior parte das cooperativas e/ou sua transformação em empresas convencionais, empregando trabalho assalariado, divisão racional do trabalho e a heterogestão. Como exceção, sobreviveram algumas cooperativas de produção, como por exemplo, a cooperativa de Mondragón na Espanha, que hoje se transformou em um aglomerado de aproximadamente 100 cooperativas dentre os setores de indústria, construção, distribuição, finanças e pesquisa. Mais tarde, o sucesso e viabilidade do Complexo de Mondragón tornaram a cooperativa uma referência dentro do movimento e também um estímulo e exemplo a ser seguido.

No final do século XX, fala-se então de um momento de ressurgimento da economia solidária, sendo difícil de datá-lo especificamente, pois ele ocorreu em diferentes períodos conforme a realidade de cada país (LAVILLE; GAIGER, 2009). As circunstâncias apontadas para a revivência do trabalho associativo baseado na cooperação e autogestão englobam tanto questões políticas como econômicas e tecnológicas, dentre as quais Singer (2002), Laville e Gaiger (2009) citam:

- A derrota das experiências socialistas incentivaram os militantes de esquerda a repensar no papel do Estado e criar novas estratégias e experiências de organização social;
- O desemprego estrutural na década de 1980, devido às políticas fiscais e monetárias do neoliberalismo;
- A transferência da produção industrial para países com baixas conquistas do movimento operário e pouca força nos sindicatos eliminou diversos postos de trabalho formal;
- O destaque das empresas japonesas no mercado mundial fez com que o modelo de produção japonês “toyotismo” repercutisse pelo mundo. O toyotismo envolve o trabalhador nas operações de produção, tornando-o conhecedor de todo o processo produtivo capaz de desempenhar diversas atividades e elimina o trabalho repetitivo e alienante;
- O microcrédito protagonizado pelo economista Muhammad Yunus com a criação do Grameen Bank em Bangladesh impulsionou a criação de cooperativas de crédito e também clubes de troca;
- A criação de novas cooperativas em muitos países, caracterizando o ‘novo cooperativismo’, buscando reviver os princípios e valores do cooperativismo autêntico, e não o praticado pelas grandes cooperativas, principalmente agropecuárias, que haviam se transformado em empresas capitalistas;
- O aumento de organizações da sociedade civil como ONGs e movimentos emancipatórios de proteção ao meio ambiente, na luta de classes, de gênero, índios, negros, quilombolas etc.

Esses fatores contribuíram para uma busca de valores democráticos, de igualdade, de cooperação e formas associativas de trabalho, que permeiam as atividades da economia solidária. O próprio termo ‘economia solidária’ foi cunhado neste período, na tentativa de englobar as iniciativas econômicas já existentes ao redor do mundo baseadas em valores de

cooperação, autonomia e gestão democrática sendo “um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado” (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 162). Segundo Cattani (2003, p.11) “as alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas”. O autor realiza um trabalho que agrupa grande parte dessas diferentes iniciativas como economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e economia solidária e as denomina de a ‘outra economia’.

No entanto, é importante destacar que os vários termos existentes nem sempre são sinônimos³. França Filho (2002) no esforço de diferenciar e compreender algumas iniciativas discute a origem e características dos termos terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular. O termo terceiro setor surgiu no continente norte americano para designar as organizações não pertencentes nem ao setor privado mercantil nem ao setor público estatal. Geralmente, suas ações se relacionam com o conceito de filantropia e as organizações do terceiro setor resumem sete características: são formais, privadas, independentes, sem fins lucrativos, envolvem participação voluntária, não são políticas e nem religiosas. A economia social teve origem no continente europeu, em específico na França, e abrangia três principais tipos de organizações: as cooperativas, as organizações mutualistas e as associações, cada qual com um estatuto jurídico específico. Ao longo do tempo, as organizações da economia social passaram a ser incorporadas pelo setor privado ou estatal e segundo o autor, a economia solidária é um movimento de “renovação e de reatualização (histórica) da economia social”, ao passo que ela “remete a uma perspectiva de regulação, colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade” (FRANÇA FILHO, 2002, p.13). Assim, o autor expõe que a economia solidária provoca o debate de uma outra forma de sustentação do modo de vida das pessoas em sociedade não centrada nem na esfera do Estado quanto do mercado. Por fim, França Filho (2002) discute o surgimento da economia popular, no contexto latino americano, em que atividades econômicas são desenvolvidas buscando articular as necessidades e as competências de membros de uma comunidade local. O autor ressalta ainda a importância de diferenciar a economia popular da economia informal, muitas vezes tidas como sinônimos. A economia informal se configura, geralmente, como práticas mercantis precárias e sem relação com o saber local ou herança de

³ Um maior detalhamento dos diferentes conceitos e termos relacionados à economia solidária pode ser encontrado em HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

determinada comunidade. Icaza e Tiriba (2009) complementam que a economia informal é identificada por fatores como ilegalidade, baixa produtividade, pequeno porte, entre outros.

Diante da existência e crescimento de experiências da economia solidária ao redor do mundo, o fenômeno passa a chamar a atenção de ativistas, acadêmicos e gestores, que buscam estudá-las, compreendê-las e atualmente apoiá-las por meio de agências de fomento e principalmente por meio de políticas públicas para reconhecer o setor e fornecer bases para sua expansão. Outro fator que contribuiu e ainda contribui de forma essencial para o fortalecimento da economia solidária é a articulação com outras instituições governamentais e da sociedade. Associações, fundações, ONGs, governos locais, entidades religiosas, universidades e até organizações privadas que possuem participação na consolidação de iniciativas de trabalho associado e que permitiram a visibilidade do movimento nos dias atuais.

3.2. Definições e características da economia solidária

Como a economia solidária é um fenômeno recente, apesar de existirem vários estudos a seu respeito, não existe uma definição única e unânime. Além disso, conforme discutido no tópico anterior, a economia solidária reúne diferentes iniciativas econômicas dispersas pelo mundo, cada qual com suas especificidades e contexto de formação e sustentabilidade. Para França Filho (2007) esta diversidade e complexidade do tema permite múltiplas possibilidades de compreensão, as quais ele destaca cinco principais:

- Discussão conceitual: reflexões com o intuito de fortalecer a compreensão teórica do tema. As abordagens transcorrem desde abordagens economicistas até antropológicas.
- Discussão contextual: análise do tema considerando-o um problema manifestado na sociedade contemporânea, relacionando-o com outras questões atuais como exclusão social, crise do trabalho, desenvolvimento sustentável etc.
- Estudo de caso: compreensão a partir de experiências concretas.
- Metodologia de intervenção: tida como instrumento e ferramenta para geração de trabalho e renda e promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades vulneráveis. Os estudos assumem caráter prescritivo para sugerir meios de intervir na realidade.
- Política pública: modalidade mais recente, em que os estudos buscam compreender e analisar as experiências dessa nova política pública, bem como seus efeitos e resultados.

A seguir serão expostas algumas definições de economia solidária baseada nos principais autores do tema. Paul Singer, considerado o principal pesquisador e pensador brasileiro, define o fenômeno como um:

(...) modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. (...) O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.* (SINGER, 2002, p. 13, grifo do autor).

Para o autor, a economia solidária supera de forma dialética o capitalismo e a produção simples de mercadorias, pois ela faz a união entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição, característica da pequena produção, ao mesmo tempo em que permite a socialização destes meios (podem ser operados por um grande número de pessoas), cuja característica é típica do capitalismo. Assim, da relação dialética entre essas modalidades, a pequena produção de mercadorias (tese) e o capitalismo (antítese), surge a economia solidária (síntese), que se distancia e supera ambos. Para Singer (2002), a economia solidária une capital e trabalho em oposição ao capitalismo, que tem como principal característica a separação entre capital e trabalho. Assim, cabe aos detentores do capital (as empresas capitalistas) contratar ou não a força de trabalho, que é mantida em ‘estoque’ no chamado exército de reserva de Marx.

Para Jean-Louis Laville, a economia solidária se define como uma economia plural, uma tentativa inédita de união de três tipos de economia: mercantil, não mercantil e não monetária, conceitos baseados nas ideias de Karl Polanyi (FRANÇA FILHO, 2007). A economia é entendida como toda forma de produzir e distribuir riquezas e pode ser:

- Mercantil: referente à economia de mercado, marcada pela impessoalidade e pela troca/venda de bens e/ou serviços por moeda equivalente;
- Não mercantil: referente à redistribuição dos recursos por instituições públicas (Estado), verticalizando a relação de troca;
- Não monetária: referente às contribuições voluntárias fundadas no princípio da reciprocidade, em específico pela lógica da dádiva, que objetiva a conservação dos laços sociais e não somente a circulação de bens e/ou serviços.

A partir destes conceitos, a economia solidária é vista como uma articulação inédita entre as três formas de economia, e não como uma nova forma econômica, que se sobrepõe às existentes. Em geral, as iniciativas de economia solidária contém “ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não

mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário)” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 13). A economia solidária é “um outro modo de definir o ato econômico – ao invés de concebê-lo como uma “nova economia”, que viria somar-se às formas dominantes de economia numa espécie de complemento que serviria de ajuste às disfunções do sistema econômico vigente, como se a economia solidária tivesse a função de ocupar-se dos pobres e excluídos do sistema econômico, constituindo uma espécie de setor à parte, com um papel funcionalmente bem definido em relação ao conjunto” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 160).

Em 2003, foi criada pelo governo federal para apoiar e fomentar o movimento, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a qual será detalhada futuramente no texto. A definição formulada pela SENAES é a adotada por este trabalho e compreende:

Economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. (...) Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (SENAES, 2011).

Este trecho faz referência aos empreendimentos de economia solidária, que consistem nos tipos de práticas econômicas e sociais encontradas na economia solidária. Agrupam as cooperativas de produção, de serviço, de consumo e de crédito, além das associações, clubes de trocas e empresas autogestionárias que são empresas recuperadas pelos próprios empregados a fim de evitar sua falência. Ademais, novamente é citada a autogestão, principal característica dos empreendimentos e que os diferencia das empresas tradicionais capitalistas.

A SENAES (2011) também define especificamente quais iniciativas podem ser consideradas como empreendimentos econômicos solidários:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.
- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

Essas características são compartilhadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e pela Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), abordadas em tópico futuro, enquanto a seguir serão discutidos outros princípios e características da economia solidária e dos empreendimentos de economia solidária.

O princípio básico da economia solidária, como já foi dito, é a autogestão. No entanto, há outros princípios que caracterizam um empreendimento de economia solidária. Gaiger (2004) junto com outros pesquisadores e instituições de todo o Brasil realizaram um trabalho inédito de retratar o tema da economia solidária no país. Para facilitar a pesquisa, foram elencadas algumas características ideais, retiradas da bibliografia de autogestão e cooperação ou identificadas nas experiências existentes de economia solidária. Com essas características ideais, criou-se um conceito-modelo de empreendimento econômico solidário que serviu de base para a pesquisa em âmbito nacional. Os oito princípios identificados são: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2004). Para o autor, estes princípios não são únicos, mas são centrais aos empreendimentos solidários verificados na pesquisa, que compreendem a agricultura familiar, a agroindústria, as cooperativas de transporte e de serviços, as unidades coletivas de reciclagem de lixo urbano, as cooperativas de produção de calçados, facções e fábricas autogestionárias no setor metalúrgico.

A cooperação no contexto da economia solidária é entendida como “prática econômica, social e cultural e como movimento dos trabalhadores associados na produção da vida social” (JESUS; TIRIBA, 2009, p.84). São pessoas, grupos e instituições que buscam atingir objetivos comuns por meio da ação coletiva. Mothé (2009) argumenta que a autogestão é uma forma de organização democrática que privilegia a democracia direta, a qual

consiste no debate das questões pelos membros por meio de assembleias. O autor aponta que a autogestão também é expressa em maior ou menor grau por outros tipos de democracia, como a representativa (cidadãos elegem uma minoria para representá-los), a participativa (assembleias de caráter apenas consultivo) e a radical (todos debatem e votam).

A Senaes (2006) aponta quatro características relativas à economia solidária, conforme a Figura 3 a seguir.

Fonte: Elaborado pela autora com base em SENAES (2006)

Figura 3: Características da Economia Solidária

Segundo França Filho (2002, 2008) a economia solidária possui outra importante característica que trata da construção conjunta da oferta e da demanda de produtos e serviços em determinada comunidade. Essa construção conjunta advém da articulação entre os produtores e/ou prestadores de serviço com os consumidores e/ou usuários de serviços, substituindo assim a auto-regulação do mercado (conceito conhecido como a mão invisível) e sugerindo um outro modo de regulação da vida em sociedade. Esta outra regulação da vida social permite a utilização do conceito de *prossumidores*, resultante da união entre produtores e consumidores.

No entanto, esta vocação da economia solidária ser uma economia de *prossumidores* nem sempre ocorre na prática (FRANÇA FILHO, 2008). Sua ocorrência é facilitada em meio a redes locais de economia solidária. Uma rede de economia solidária consiste na articulação de vários empreendimentos com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos mesmos e “fortalecer o potencial endógeno de um território na sua capacidade de promoção do seu próprio processo desenvolvimento” (FRANÇA FILHO, 2008, p.224). As redes de empreendimentos também são defendidas por Mance (1999, 2002, 2003) através das redes de colaboração solidária⁴, cujo objetivo principal é:

gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas ou que desejam construir novas relações de produção, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade em que não haja a exploração das pessoas ou a degradação do equilíbrio ecológico (MANCE, 2003, p.81).

Diante da discussão sobre a economia solidária, é possível notar que ela se configura como um fenômeno com características bastante diferentes e em sua maioria opostas ao capitalismo. Para alguns, a economia solidária é uma alternativa ao modo de produção dominante e seu objetivo é o de substituir o capitalismo. No entanto, não são todos os autores e envolvidos no movimento que defendem esta colocação. Segundo Azambuja (2009), Paul Singer e Euclides André Mance apoiam a economia solidária como uma alternativa ao sistema capitalista, enquanto Luis Razeto e Jean-Louis Laville acreditam que a economia solidária é um projeto de inserção da solidariedade nas atividades econômicas, mas que pode ser feita de várias formas e não necessariamente oposta ao capitalismo. A partir da literatura, Genauto Carvalho de França Filho e Luiz Inácio Gaiger se inserem na perspectiva de que a economia solidária apresenta valores distintos ao capitalismo e se configura como uma alternativa de projeto político de sociedade, mas não necessariamente possui como objetivo sua substituição.

Apesar dessas perspectivas, os próprios autores não se definem claramente em seus textos e em alguns momentos podem entrar em contradição. Este trabalho não irá discutir exaustivamente essas perspectivas, pois este não é seu objetivo maior, embora não deixe de considerar tal fato no decorrer da pesquisa. Aqui, será adotada uma perspectiva, em consonância com Gaiger (2003b), que a economia solidária se configura como uma alternativa à economia capitalista, com características e lógicas contrárias, mas que ainda não possui força para eliminar o capitalismo e se tornar hegemônico. Ou seja, a economia solidária “não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras,

⁴ O conceito de redes solidárias de Euclides André Mance (1999, 2002, 2003) será aprofundado no próximo capítulo.

mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003b, p.194). O autor complementa, que desta forma, a economia solidária está apta a se tornar um modo predominante de organização econômica e não ser um fenômeno temporário sujeito às flutuações da economia de mercado.

3.3. Panorama atual brasileiro

Na América Latina e no Brasil, a economia solidária surge no mesmo contexto de debates sobre novos tipos de desenvolvimento como mostrado no capítulo anterior. Durante a década de 1980, o país vivenciava a década perdida em momentos de recessão e crise econômica, além da crise estrutural do trabalho. Com maior destaque a partir de 1990, a economia solidária se torna uma alternativa aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e em condições sociais críticas.

Além de iniciativas vindas da própria sociedade civil, outro fator responsável para o aumento das experiências coletivas de trabalho foi o apoio de instituições governamentais e da sociedade em forma de entidades, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e, especialmente, as universidades e instituições de ensino superior (SINGER, 2003). As universidades atuam por meio de núcleos de estudos, pesquisa e extensão, e majoritariamente pelas Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCPs). As ITCPs surgiram a partir de 1995, sendo a primeira na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seu objetivo era disseminar conhecimentos tecnológicos e de gestão, produtos ou processos para comunidades carentes interessadas em formar cooperativas (SOUZA et al., 2003).

Segundo França Filho e Cunha (2009) existem alguns aspectos da incubação na esfera da economia solidária que a diferencia da incubação no âmbito empresarial:

- O público alvo são pessoas de baixa renda, em sua maioria, organizadas em pequenas cooperativas. Consequentemente, o foco da incubação é a constituição de processos de autogestão nos empreendimentos;
- Normalmente não incidem taxas sobre os empreendimentos;
- As incubadoras não fornecem abrigo físico às instalações dos empreendimentos incubados, exceto em alguns casos.

O corpo de atores das incubadoras consiste em docentes, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação das mais diferentes áreas, sendo que cada incubadora possui uma forma específica de atuar, respeitando sua diversidade institucional, histórico de atuação, perspectiva do grupo de atores e da realidade dos empreendimentos incubados. O papel das

ITCPs para o movimento (disseminação e desenvolvimento) da economia solidária é muito importante.

Primeiramente, elas capacitam os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade e propiciando uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel é o de articular novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. Já um terceiro relaciona-se ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, dando consistência à proposta e suporte à própria dinâmica de organização política das práticas de economia solidária. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009, p.224).

Quanto à organização das próprias incubadoras em redes nacionais, devem ser mencionadas a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), redes que congregam a maioria das universidades e instituições do país.

A Unitrabalho teve suas discussões iniciadas em 1992, mas se consolidou com estatuto aprovado (fundação de direito privado, sem fins lucrativos) e corpo diretor eleito em 1996. Sua finalidade é apoiar “os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social.” (UNITRABALHO, 2011). A Unitrabalho realiza projetos articulados em torno de três programas: Educação e Trabalho, Relações de Trabalho e Emprego, e Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável. É no terceiro eixo que a Unitrabalho “incentiva e apoia a estruturação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários”. Atualmente, a Rede conta com nove núcleos locais instalados em universidades, 57 universidades e instituições filiadas e 45 incubadoras de empreendimentos solidários. As universidades com alguma incubadora vinculada são apresentadas no Quadro 3.

A Rede de ITCPs, criada em 1998, tem como motivo de sua existência “garantir a troca, o intercâmbio, o livre debate entre as incubadoras sobre as ideias, as práticas e as ações que as caracterizam, e para representá-las em todos os espaços sociais e institucionais em que isto se faça necessário” (REDE ITCPs, 2011). Para a Rede de ITCPs, a incubação constitui um processo educativo tanto para a universidade quanto para os empreendimentos, que interagem para produzir e difundir conhecimentos, com a finalidade de “potencializar a economia solidária, aproximar a universidade dos setores populares e desenvolver ações de sentido social emancipatório”. A Rede possui um estatuto com princípios e objetivos, além do regimento sobre as regras de funcionamento. Também realiza Encontros anuais e bianuais e o Congresso da Rede a cada dois anos para incentivar a troca de informações. Atualmente, conta com 43 incubadoras organizadas regionalmente conforme Quadro 4.

NORTE (9)	
UFAM – Universidade Federal da Amazônia/Campus Manaus	IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Castanhal
UFAM – Universidade Federal da Amazônia/Campus Parintins	UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPA – Universidade Federal do Pará	UFAC – Universidade Federal do Acre
UNIR – Universidade Federal de Rondônia	UNITINS – Universidade do Tocantins
	UFRR – Universidade Federal de Roraima
NORDESTE (16)	
EFS – Universidade Estadual de Feira de Santana	UFC – Universidade Federal do Ceará UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz	UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UNEB – Universidade Estadual da Bahia	UFPB – Universidade Federal da Paraíba/Campus João Pessoa
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UFPB – Universidade Federal da Paraíba/Campus Bananeiras
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFAL – Universidade Federal de Alagoas	UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFERSA – Universidade Federal Rural Semiárido	
CENTRO-OESTE (6)	
UnB – Universidade de Brasília	UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UNEMAT – Universidade do Estado do Mato Grosso	UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	UFG – Universidade Federal de Goiás
SUDESTE (8)	
UFF – Universidade Federal Fluminense	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo/Campus Santos
UFU – Universidade Federal de Uberlândia	UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo/Campus Diadema
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo/Campus São Paulo	UNISANTOS – Universidade Católica de Santos
SUL (6)	
UEM – Universidade Estadual de Maringá/Campus Umuarama	UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UEM – Universidade Estadual de Maringá/Campus Maringá	UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UEL – Universidade Estadual de Londrina	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Fonte: Elaborado pela autora com base em Unitrabalho (2011)

Quadro 3: Universidades pertencentes à Rede Unitrabalho

NORTE (1)	
UFT – Universidade Federal do Tocantins	
NORDESTE (8)	
UNEB – Universidade do Estado da Bahia	UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNIFACS – Universidade de Salvador	FAFIRE – Faculdade Frassinetti do Recife
UCSAL – Universidade Católica de Salvador	UFC/Cariri – Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri
IF-BA – Instituto Federal da Bahia	
UFBA – Universidade Federal da Bahia	
CENTRO-OESTE (3)	
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados	
UEMS/Dourados – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Campus Dourados	
SUDESTE (17)	
FSA – Centro Universitário Fundação Santo André	UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
FGV/SP – Fundação Getúlio Vargas/São Paulo	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
USP – Universidade de São Paulo	UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos	UFSJ – Universidade Federal de São João Del Rei
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas	UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESP/Assis – Universidade Estadual de São Paulo/Campus Assis	UNICERP/Patrocínio – Centro Universitário Cerrado/Campus Patrocínio
UNESP/Franca – Universidade Estadual de São Paulo/Campus Franca	UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros	IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
SUL (14)	
FURG – Universidade Federal do Rio Grande	UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas	UNOESC/Xanxerê – Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Xanxerê
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos	FURB – Universidade Regional de Blumenau
FEEVALE – Centro Universitário Feevale	UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNIJUÍ – Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS	UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNILASALLE – Centro Universitário La Salle	UNOESTE/Cascavel – Universidade do Oeste do Paraná/Campus Cascavel

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rede ITCPs (2011)

Quadro 4: Universidades pertencentes à Rede ITCPs

Observando o Quadro 3 e o Quadro 4, ambas as redes possuem uma quantidade próxima de incubadoras vinculadas, no entanto a atuação da Unitrabalho concentra-se no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto a Rede de ITCPs é predominante no Sul e Sudeste. Pelo que consta no site institucional da Rede de ITCPs, logo após sua fundação, as incubadoras se integraram à Rede Unitrabalho transformando-se em Rede de ITCPs – Programa Nacional da Rede Unitrabalho. No entanto, em 2002, as incubadoras se desvincularam e voltaram a constituir uma articulação independente.

Outra entidade criada neste mesmo período de difusão da economia solidária e atores de apoio é a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG),

criada em 1994, com o objetivo de “representar e assessorar empresas industriais de autogestão que estavam se formando na época e, também, para impulsionar a formação de novas” (VIEITEZ; DAL RI, 2004, p.267). Desde sua fundação, a ANTEAG auxiliou a criação de mais de 32 mil postos de trabalho nos setores têxtil, agrícola e agroindustrial, alimentício, calçadista, metalúrgico, mineração, serviços, confecção, plástico, coleta seletiva, cerâmica, mobiliário, papel e papelão, artesanato e agroextrativista (ANTEAG, 2011). A assessoria consiste em organizar, apoiar e orientar empresas em situação falimentar que desejem construir uma empresa ou um empreendimento autogestionário. Além disso, a Associação firma parcerias com entidades públicas e privadas e realiza pesquisas e materiais a fim de disseminar a autogestão entre os trabalhadores.

Em se tratando da esfera pública, o incentivo ao movimento da economia solidária se consolidou com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à ES em todo o território nacional. Juntamente, foi criado de forma definitiva o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), para ser o interlocutor entre a SENAES e o movimento, sendo responsável por apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária no país (SENAES, 2011). Fala-se criado de forma definitiva, pois as atividades do FBES já aconteciam desde 2001 quando foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro) no I Fórum Social Mundial (FBES, 2011b).

De acordo com o FBES, as entidades e redes nacionais participantes do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); ANTEAG; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede de ITCPs; Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Rede Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Atualmente, o FBES conta com mais de 130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.

Os atores e instâncias organizativas envolvidas no movimento da economia solidária no país podem ser agrupados em quatro segmentos: 1) os próprios empreendimentos

econômicos solidários; 2) as entidades de apoio e fomento (EAF) que realizam atividades de capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, assistência técnica e de gestão, fomento a crédito etc.; 3) formas de auto-organização política representadas pelas redes e fóruns de economia solidária; e 4) gestores públicos e outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias ou departamentos) envolvidas na construção de políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais (SENAES, 2006; FRANÇA FILHO, 2007; FBES, 2011b). A Figura 4 a seguir ilustra os atores envolvidos no movimento.

Fonte: SENAES (2006, p.14)

Figura 4: Atores e instituições organizativas do movimento da economia solidária

A variedade de atores envolvidos no movimento demonstra a importância conferida à economia solidária nas últimas décadas. Sua capacidade de promover o desenvolvimento local é reconhecida e constitui o que França Filho (2008) chama de via sustentável-solidária. Para o autor, a economia solidária se difere do modo convencional de gerar trabalho e renda (via insercional-competitiva), na qual a população desempregada é inserida no mercado por meio de postos de trabalho formais oriundos de empresas privadas ou instituições públicas. No entanto, essa via focada na inserção econômica e competição individual típica da lógica capitalista não se mostrou suficiente para gerar emprego formal a todos. Enquanto a via da

economia solidária se pauta na ação coletiva, no foco ao território e na concepção de uma economia plural, já comentada anteriormente (FRANÇA FILHO, 2008).

Os esforços para traduzir em números a economia solidária e mostrar sua importância, crescimento e abrangência são diversos. Parte dos estudos baseiam-se no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), criado e disponibilizado pela SENAES, contendo o mapeamento da economia solidária no Brasil em termos de empreendimentos e de entidades de apoio, assessoria e fomento. A partir dos dados do SIES foi publicado o ‘Atlas da Economia Solidária no Brasil’ (SENAES, 2006) e elaborada a ferramenta ‘Farejador da Economia Solidária’ pelo FBES, que serve para facilitar a busca de produtos e serviços oferecidos ou consumidos pelos empreendimentos de economia solidária do país, facilitando assim a aproximação e comunicação entre eles.

A seguir são expostos alguns destes (e outros) dados com o intuito de fornecer uma visão deste setor no país. A Tabela 1 fornece um panorama quanto ao número de empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

Tabela 1: Perfil da economia solidária no Brasil

Região	Número de EES	% EES	Número de municípios	% municípios
Norte	1.884	13%	254	56%
Nordeste	6.549	44%	861	48%
Sudeste	2.144	14%	389	23%
Sul	2.592	17%	512	43%
Centro-Oeste	1.785	12%	258	53%
Brasil	14.954	100%	2.274	41%

Fonte: Adaptado de SENAES (2006)

Nota-se que a maior concentração de empreendimentos ocorre no Nordeste com 44%, e em todas as regiões, com exceção do Sudeste, possuem empreendimentos em quase metade dos municípios. Quanto à forma de organização dos empreendimentos, a maior parte (54%) está organizada em forma de associação, seguida dos grupos informais (33%), das cooperativas (11%) e de outras formas de organização (2%), conforme o Gráfico 1 apresenta.

Fonte: Elaborado pela autora com base em SENAES (2006)

Gráfico 1: Formas de organização dos empreendimentos no Brasil

Outro dado importante refere-se ao motivo de criação dos empreendimentos. Segundo o Atlas de Economia Solidária no Brasil (elaborado com base no SIES), os três principais motivos para a criação dos EES são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%), seguidos de dois outros motivos com destaque: possibilidade da gestão coletiva da atividade (31%) e condição para acesso a crédito (29%). Segundo o estudo, a situação se modifica conforme as regiões: o motivo “alternativa ao desemprego” é o mais citado nas regiões Sudeste (58%) e na região Nordeste (47%); na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos” (48%) e “fonte complementar de renda” (45%); e nas regiões Norte e Centro-Oeste o principal motivo citado é o “complemento de renda” (46% e 53% respectivamente).

Desta forma, verifica-se a diversidade da economia solidária pelo país. A variação também ocorre dentro das regiões, dos estados e das cidades. No entanto, a diversidade de experiências e características não minimiza a importância do movimento, pelo contrário, desperta a atenção de estudiosos e gestores públicos para compreender melhor este fenômeno e identificar suas principais necessidades e dificuldades.

De acordo com um documento propositivo para implantação e estruturação de uma Secretaria Especial de Economia Solidária (SEES), elaborado em dezembro de 2010 por representantes do movimento, a economia solidária se fortaleceu com suas recentes conquistas.

Ao longo das últimas duas décadas, a economia solidária se fortaleceu social e economicamente: ampliou sua base de empreendimentos; organizou-se em fóruns, associações representativas e redes de cooperação; ampliou a quantidade de entidades da sociedade civil de fomento e assessoria; articulou-se com o movimento sindical; estabeleceu relações com outros segmentos, tais como mulheres, agroecologia, comunidades e povos tradicionais, tecnologias sociais e cultura; foi incorporada como política pública em centenas de municípios e em 18 estados; tornou-se objeto de ensino, pesquisa e extensão em mais de 100 universidades em

todas as regiões do Brasil; foi afirmada no Congresso Nacional com a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária; tem servido como estratégia de organização coletiva de trabalhadores/as rurais e urbanos para promoção do desenvolvimento territorial sustentável e de segurança alimentar e nutricional, sobretudo, por meio do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (SECRETARIA, 2010, p.5).

Segundo os autores do documento, esses fatores contribuíram para tornar o movimento um fato social e econômico concreto e pulsante, mas que para se tornar um direito dos cidadãos, necessita se fortalecer como uma alternativa real para a economia popular, familiar e informal, tão importantes para o país. Assim, são necessárias políticas públicas concretas e efetivas para reduzir as fragilidades e obstáculos existentes.

Desde 2004, a SENAES vem implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento com políticas integradas para fortalecer e divulgar a economia solidária “visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES, 2011). As ações da SENAES já contam com orçamento próprio e o Programa foi incluído no Plano Plurianual (PPA) do governo federal 2004-2007 e também 2008-2011. A proposta do PPA 2008-2011 focou em quatro eixos: organização da comercialização dos produtos e serviços, formação e assistência técnica aos empreendimentos, fomento às finanças solidárias e elaboração de um marco jurídico para garantir o direito ao trabalho associado.

Outras ações que devem orientar as políticas públicas de economia solidária consistem: substituição de projetos por programas; a política deve se tornar de Estado e não somente de governo; institucionalizar a economia solidária, reconhecendo direitos como aposentadoria, cobertura de riscos, indenizações, benefícios médicos etc. (FRANÇA FILHO; DZIMIRA, 1999).

E talvez o maior esforço seja a mudança cultural e política dos cidadãos e governos para compreender este fenômeno e enxergá-lo como uma estratégia de transformação social, econômica e política, além de uma política emergencial para geração de trabalho e renda. Cruz (2002) afirma que essa diferença de visão se reflete na atuação do poder público gerando como resultado a aposta de alguns na organização político-econômica das iniciativas, enquanto outros apostam na capacitação técnica-operativa dos trabalhadores.

3.4. Síntese do capítulo

Este capítulo teve como intuito elucidar o fenômeno da economia solidária, principalmente no Brasil. Para tanto, apresentou-se um histórico e as origens da economia solidária, que remontam ao tempo da Revolução Industrial e à luta do movimento operário.

Atualmente, o movimento conta com uma ampla rede de atores, desde poder público, organizações do terceiro setor e da sociedade civil, empreendimentos, apoiadores e universidades através das incubadoras. Assim, o intuito foi o de compreender a magnitude social e econômica do movimento, que além de tudo se constitui como um projeto político de transformação e regulação da sociedade.

4. REDES DE COOPERAÇÃO INTERORGANIZACIONAIS

Atualmente, o termo rede é utilizado tanto na linguagem corrente quanto no meio acadêmico. No meio acadêmico, diversos são os campos do saber em que ele é estudado, admitindo assim diferentes sentidos e interpretações. Sua aparição é mais comum na área da psicologia social (relações interpessoais) (DUARTE; HANSEN, 2010), em que rede é considerada o conjunto de interações formais e informais que os indivíduos estabelecem com outros indivíduos (GRANOVETTER, 1973; MANDELL, 1999). Outro campo de interesse dos estudiosos de redes, iniciado na década de 1980 e intensificado na década de 1990, é a teoria das organizações e a sociologia econômica (MARTES, 2009).

O conceito de rede pode ser elucidado por um sistema composto por nós, pontos ou agentes que são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações) e pelas relações (vínculos, conexões, elos) que se estabelecem entre eles (MARTELETO; SILVA, 2004). De forma geral, as redes variam conforme sua: a) constituição: compostas de sujeitos sociais advindos do mesmo segmento como empresas, organizações da sociedade civil, cooperativas, movimentos sociais e universidades ou de organizações de diferentes segmentos; b) tipo de relação entre os sujeitos: informal ou formal, permanente ou esporádica, forte ou fraca; e c) esfera de atuação: econômica, política, social, cultural, que se relaciona diretamente à sua finalidade.

O caráter diversificado das redes se reflete nas experiências existentes e nos estudos empíricos. Como exemplo da área de Administração, aponta-se a recente edição especial da Revista de Administração Pública de 2009 sobre redes sociais, em que os artigos publicados apresentam diferentes enfoques e aplicações, desde artigos teóricos (LOPES; BALDI, 2009; MISOCZKY, 2009) a estudos empíricos sobre redes de empresas (JOÃO, 2009; VILLELA; PINTO, 2009), rede de organizações sem fins lucrativos (PINTO; JUNQUEIRA, 2009), rede de membros de comunidade para mobilização social (PRATES, 2009) e construção de diagrama de redes (SORDI et al., 2009).

Para maior compreensão das redes de cooperação interorganizacionais, este capítulo inicia com a discussão de alguns conceitos gerais e em seguida detalha a literatura de um tipo particular de rede que trata da implantação de políticas públicas.

4.1. Conceitos gerais

No mercado, a lógica global reestruturou os processos industriais e empresariais, aumentando a competitividade e levando as empresas a adotarem novas estratégias para sobreviverem e se diferenciarem. Dentre as estratégias competitivas adotadas encontra-se a

aproximação e cooperação entre elas, formando alianças e parcerias estratégicas também chamadas de redes (GRANDORI; SODA, 1995; VERSCHOORE; BALESTRIN, 2008).

Conforme aponta Souza (1993⁵ apud OLAVE; AMATO NETO, 2005, p.68), este cenário de transformações é caracterizado pelos seguintes acontecimentos:

o intenso ritmo das mudanças tecnológicas que acelera a obsolescência técnica de equipamentos, processos e produtos; as crescentes flutuações dos mercados; a diluição de suas fronteiras e o aumento das condições de incerteza e de risco em que devem ser tomadas as decisões dos agentes econômicos; as empresas que em muitos países defrontam com crescentes tensões nas áreas políticas, trabalhistas e de legislação.

As inovações tecnológicas ocorridas a partir da década de 1970, como a revolução das tecnologias de informação e comunicação, redução dos custos de serviços telefônicos e de transporte e generalização do uso da internet, também contribuíram para configurar uma “sociedade em rede”.

As redes são e serão os componentes fundamentais das organizações. E são capazes de formar-se e expandir-se por todas as avenidas e becos da economia global porque contam com o poder da informação propiciado pelo novo paradigma tecnológico (CASTELLS, 2005, p.225).

Dentre as motivações de se criar alianças empresariais, Doz e Humel (2000) apontam três objetivos a serem perseguidos e convertidos posteriormente em benefícios: (a) cooptação: transformar concorrentes em parceiros e fornecedores de bens e serviços complementares para gerar capacidades competitivas e permitir o desenvolvimento de novos negócios; (b) co-especialização: combinar recursos, posições, habilidades e fontes de conhecimentos antes isolados de cada empresa para tornar o conjunto de recursos mais valioso e criar novas oportunidades de valor; e (c) aprendizagem e internalização: aprender e internalizar as habilidades dos parceiros para construir novas competências.

Ebers⁶ (1997 apud LOPES; BALDI, 2009) argumenta que a predominância dos estudos sobre formação de alianças baseia-se em explicações economicistas, divididas em dois grandes grupos de motivadores: cooperação para aumentar os resultados, pois as organizações se tornam aliadas e possuem mais força para enfrentar as concorrentes e com isso reduzir a competição; e cooperação para reduzir custos, no sentido puramente econômico, por meio da realização de atividades conjuntas. No entanto, o autor muda o foco de análise propondo “uma explicação mais contextualizada para formação de redes e alianças, dando

⁵ SOUZA, M. de. Cooperação inter-empresas e difusão das inovações organizacionais. SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE, 1993.

⁶ EBERS, M. **The formation of interorganizational networks**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.

ênfase ao contexto institucional e às contingências que levam à formação desses arranjos” (LOPES; BALDI, 2009, p.1019).

De acordo com Lopes e Baldi (2009), os estudos de Ebers (1997) e de outros autores como Zukin e DiMaggio (1990), Nohria (1992) e Powell e Smith-Doerr (1994), se afastam do enfoque economicista e se inserem na abordagem de compreensão do contexto social, político e econômico das redes, visão aprofundada a partir da década de 1980, tendo como base a concepção de imersão social (*embeddedness*) de Granovetter (1985). Granovetter (1985) argumenta que os comportamentos e instituições são impelidos pelas constantes relações sociais, não sendo elementos independentes. Assim, o comportamento econômico está imerso nas relações sociais, em oposição à visão da economia como uma esfera independente e separada da sociedade, não sofrendo interferências desta. Diante da perspectiva da imersão social de Granovetter (1985), os estudos sobre redes passaram a considerar também o contexto social de formação e desenvolvimento das redes, levando-se em conta aspectos históricos, motivações, recursos dos atores envolvidos e outros.

A partir das características e motivadores da formação das redes, alguns autores criam tipologias para melhor compreendê-las. Grandori e Soda (1995), por exemplo, classificam as redes de empresas conforme o grau de formalização entre os participantes, podendo ser:

- Redes sociais: estabelecidas sem nenhum contrato formal, somente pelas relações interpessoais dos funcionários.
- Redes burocráticas: existe um contrato formal de regulação das especificações, da organização da própria rede e das relações entre as participantes.
- Redes proprietárias: existe um contrato formal e legal da regulação das especificações, da organização da rede, das relações entre as participantes e também dos direitos e propriedades de cada membro.

E cada tipo pode ser classificada em simétrica (quando todos os participantes têm mesmo poder de influência e os interesses e vantagens coletivas prevalecem sobre os individuais) ou assimétrica (quando existe um agente central), totalizando seis tipos de redes (GRANDORI; SODA, 1995).

Corrêa (1999) classificou as redes de empresa conforme o tipo de relacionamento existente entre as participantes. Para o autor, as redes podem ser estratégicas (orientada para interesses do mercado e com uma organização central), lineares (empresas envolvidas em determinada cadeia de valor) ou dinâmicas (relacionamento contínuo e intenso entre várias organizações). A representação gráfica dos tipos de redes é mostrada na Figura 5

referência não encontrada., sendo que as circunferências são as participantes da rede e as retas representam as relações entre elas.

Fonte: Corrêa (1999, p.10)

Figura 5: Representação gráfica das redes

O Quadro 5 apresenta um resumo consolidado por Olave e Amato Neto (2005) das tipologias de redes de empresas definidas por alguns dos principais autores da área.

AUTOR	TIPOLOGIA
Grandori e Soda (1995)	Redes Sociais: simétricas e assimétricas Redes Burocráticas: simétricas e assimétricas Redes Proprietárias: simétricas e assimétricas
Casarotto e Pires (1998)	Redes top-down: subcontratação, terceirização, parcerias Redes Flexíveis: consórcios
Wood Jr. e Zuffo (1998)	Estrutura Modular: cadeia de valor e terceirização das atividades de suporte Estrutura Virtual: liga temporariamente rede de fornecedores Estrutura Livre: de barreiras, define funções, papéis, tarefas
Corrêa (1999) e Verri (2000)	Rede Estratégica: desenvolve-se a partir de uma empresa que controla todas as atividades Rede Linear: cadeia de valor (participantes são elos) Rede Dinâmica: relacionamento intenso e variável das empresas entre si
Porter (1998)	Cluster: concentração setorial e geográfica de empresas. Caracterizado pelo ganho de eficiência coletiva
Bremer (1996) e Goldman et al. (1995)	Empresa Virtual: pontos de vista institucional e funcional Institucional: combinação das melhores competências essenciais de empresas legalmente independentes Funcional: concentração em competências essenciais coordenadas através de uma base de tecnologia da informação

Fonte: Olave e Amato Neto (2005, p.82)

Quadro 5: Tipologias de redes de empresas

Dentre os esforços de diferenciação das redes, encontra-se a classificação de Inojosa (1999) baseada nos objetivos da criação e a serem atingidos pela rede, sendo elas redes de mercado ou de compromisso social. O Quadro 6 aponta as principais características que diferenciam as redes apresentadas pela autora.

REDES DE MERCADO	REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços	São redes que têm como foco questões sociais
Visam a complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado	Visam complementar a ação do Estado ou suprir a sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos, que põem em risco o equilíbrio social
As relações são perpassadas pelos interesses do mercado, e podem oscilar entre cooperação e competição	As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária
A relação de parceria das redes de mercado tende a ser de subordinação ou tutela	Demanda estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição

Fonte: Inojosa (1999, p.8)

Quadro 6: Características das redes de mercado e de compromisso social

A autora aponta que as redes de mercado convivem tanto com a competição quanto a cooperação. Esta visão é compartilhada por Aranha (2009) e é característica que Tsai (2002) denomina de *coopetição*, em que as empresas ora são colaboradoras ora concorrentes, sendo necessário encontrar o caminho de equilíbrio e coordenação. Já as redes de compromisso social são formadas a partir da articulação de atores da sociedade, mantendo-se a identidade original de cada um e sua principal característica é a cooperação para alcance de um objetivo comum, normalmente a intervenção sobre algum problema que afeta o equilíbrio ou desenvolvimento da sociedade (INOJOSA, 1999).

Diante da diversidade das redes de cooperação, para sua compreensão e estudo é possível apoiar-se em diversas abordagens teóricas. As redes são estudadas por abordagens de diferentes áreas, permitindo um importante diálogo entre as várias áreas de conhecimento das ciências sociais (GRANDORI; SODA, 1995). Essa interdisciplinaridade é sustentada por Balestrin et al. (2010) ao apontar que as principais correntes teóricas utilizadas nos estudos sobre redes de cooperação são a economia industrial, a abordagem de dependência de recursos, a teoria de redes sociais, as teorias críticas, a teoria institucional, a teoria dos custos de transação e a abordagem de estratégias organizacionais. Begnis et al. (2005) acrescentam a teoria de aprendizagem organizacional e destacam a importância do capital social na formação de alianças. Alinhados às colocações dos autores supracitados, Passador e Cunha (2008) realizaram um levantamento sobre as principais vantagens provenientes das alianças interorganizacionais, conforme o Quadro 7.

REDES DE MERCADO		REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
Teoria da Economia Organizacional	Teoria das Organizações	Teoria do Capital Social
Coordenação de preços Troca estratégica de clientes Troca de informações Redução dos custos de transação Redução de incertezas Externalidades positivas da rede	Sinergia Maior participação de mercado Maior poder de competição Melhores níveis de produtividade Redução de custos Combinação de recursos Divisão de riscos Compartilhamento de tecnologias Transmissão de conhecimento Aprendizado Especialização Estabelecimento de programa de qualidade Controle sobre a concorrência	Confiança Formação de ambiente institucional Desenvolvimento local sustentável Cooperação e solidariedade Bem estar coletivo Transmissão de capital intelectual Cultura Capital sinérgico

Fonte: Passador e Cunha (2008, p.67)

Quadro 7: Principais vantagens provenientes da atuação em redes

Segundo os autores, as vantagens relacionadas às Teorias da Economia Organizacional e das Organizações referem-se às redes de mercado, enquanto às da Teoria do Capital Social referem-se às redes de compromisso social seguindo a tipologia de Inojosa (1999). No entanto, determinadas vantagens são compartilhadas por ambos os tipos de rede. Todas as vantagens levantadas para as redes de compromisso social podem ser percebidas nas redes de mercado, salvas as proporções e especificidades de cada caso, uma vez que o capital social é fruto das interações sociais entre os indivíduos e as organizações da rede. Esta perspectiva explicita o conceito de imersão social de Granovetter (1985), em que a economia está imersa nas relações sociais, não sendo uma ação isolada sem interferências do meio social. Das vantagens percebidas pelas redes de mercado algumas podem ser compartilhadas pelas redes de compromisso social como a troca estratégica de clientes, troca de informações, redução de incertezas, sinergia, combinação de recursos, compartilhamento de tecnologias, transmissão de conhecimento, aprendizado e especialização, e outras devem ser adaptadas conforme mostra o Quadro 8.

VANTAGEM DAS REDES DE MERCADO	VANTAGEM EQUIVALENTE NAS REDES DE COMPROMISSO SOCIAL
Redução dos custos de transação	Os custos relacionados aos bens e serviços das redes de mercado se equivalem aos custos necessários para realizar as atividades estabelecidas pelas organizações da rede.
Redução de custos	
Maior participação de mercado	O mercado corresponde à comunidade em que a rede atua. Aumentar a participação na comunidade significa ampliar os locais de atuação da rede e incorporar novos participantes, parceiros e apoiadores.
Maior poder de competição	O poder de competição equivale à robustez da rede. O conjunto de diversas organizações fortalece a rede e amplia sua capacidade de influenciar e atingir seu objetivo.
Melhores níveis de produtividade	A produtividade equivale à maneira de desempenhar as atividades da rede, que são aperfeiçoadas devido à troca de conhecimentos e aprendizagem conjunta.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8: Adaptação das vantagens de redes de mercado para redes de compromisso social

Outra perspectiva de redes e, neste caso, alinhada à economia solidária, é o conceito de redes de colaboração solidária de Mance (1999, 2002, 2003). Segundo o autor, as redes de colaboração solidária são constituídas de células, as conexões entre elas e os fluxos que as perpassam:

- Células: são os empreendimentos de produção e de consumo. Podem ser células de consumo (grupos de consumidores que privilegiam o que é produzido na rede), de produção (empreendimentos produtivos cujo produto possui qualidade e satisfaz os consumidores da rede), de serviço (empreendimentos cujo serviço atenda aos requisitos dos consumidores da rede) ou de comércio (empreendimentos que praticam o comércio no interior da rede).
- Conexões: são as ligações entre os empreendimentos que os transformam em células e condicionam a existência da rede. São as conexões que permitem com que as células se nutram da diversidade e cresçam em conjunto.
- Fluxos: por onde os materiais, informações e valores fluem entre as células através das conexões. O volume e a variedade dos fluxos variam conforme as demandas e necessidades de cada célula da rede.

As redes de colaboração solidária podem iniciar a partir de grupos de consumidores ou de produtores solidários e o surgimento das células de diferentes modos: (a) geração espontânea: iniciativa de quaisquer pessoas a fim de criar uma célula laboral ou de consumo; (b) cadenciamento: criação de uma célula para produzir algum bem ou prestar serviço a

alguma célula existente; (c) fissão: quando uma célula é fracionada em outra célula similar; e (d) conversão de sistema: transformação de empresas capitalistas ao sistema de colaboração solidária (MANCE, 2003). A gestão da rede necessariamente deve ser democrática, prezando a adesão e participação livre de cada pessoa e considerando os aspectos de descentralização (não há um núcleo central e novas redes surgem a partir das células), gestão participativa (autogestão), coordenação (eleita pelas células e com mandato revogável) e regionalização (organização das células em instâncias democráticas) (MANCE, 2003).

Segundo Mance (2002) é possível diferenciar a configuração das redes, sendo uma possível classificação a rede centralizada, descentralizada ou distribuída. No entanto, devido à complexidade das redes na prática, é possível encontrar em uma mesma rede os três tipos de configurações dependendo da interação a ser considerada. O autor exemplifica que uma rede pode ser considerada centralizada devido a sua articulação entorno de em algum fórum eletrônico, descentralizada em suas decisões democráticas e distribuída em relação aos fluxos de produtos e serviços. Mas a configuração geral das redes consiste na sobreposição dessas três configurações, formando assim uma nova composição tridimensional conforme Figura 6.

Fonte: Adaptado de Mance (2002, p.44-45)

Figura 6: Configurações das redes

4.2. Redes de políticas públicas

Nas últimas décadas vem ocorrendo mudanças na relação do Estado com a sociedade. Dentre elas destacam-se a descentralização das ações governamentais, a maior democracia e participação da sociedade nas questões públicas e a mobilização da sociedade diante da fraca ou ausente atuação do Estado. Mandell (1999) acrescenta a escassez de recursos e a insuficiente correspondência das ações públicas às expectativas da população como fatores para estimular a busca por métodos inovadores de efetividade das políticas públicas.

Segundo Passador et al. (2006), com o processo de redemocratização no Brasil desde os anos 1980, alguns elementos do tradicional modelo burocrático de administração pública como hierarquia, especialização, impessoalidade, normas e decisões programadas, se tornaram insuficientes e inadequados para responder às demandas atuais, sendo necessária uma gestão flexível para atender às ambições e necessidades da sociedade. Os atuais níveis de incerteza e intenso ritmo de mudanças exigem uma cooperação e sinergia interinstitucional, que remetem a busca por um novo paradigma de gestão (PECI; COSTA, 2002).

Acompanhando a tendência do mercado das empresas atuarem em conjunto (PASSADOR et al., 2006) e aprimorando outras alternativas de gestão de políticas públicas como convênios e consórcios (INOJOSA, 1999), o conceito de redes de políticas públicas tem sido empregado para identificar as relações entre diferentes atores da sociedade (Estado, iniciativa privada, terceiro setor, membros da comunidade), que atuam em torno de uma política pública de forma horizontal. Ou seja, todos os participantes contribuem para definir as estratégias dos demais e o Estado ocupa posição de igualdade em relação aos outros membros (NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007).

Neste contexto de transformações é que surgem as redes de políticas públicas (PECI; COSTA, 2002; NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007; PROCOPIUCK; FREY, 2009) ou também chamadas de redes do setor público (DUARTE; HANSEN, 2010), redes políticas (FLEURY, 2005; PROCOPIUCK; FREY, 2009), redes públicas (PASSADOR et al., 2006) e em inglês *policy networks* (MILLER, 1994; BÖRZEL, 1997), *self-organizing networks* (RHODES, 1996; KLIJN; KOPPENJAN, 2000) e *network structures* (MANDELL, 1999). Apesar dos estudos deste tipo de rede serem recentes, existem esforços na literatura da área para tentar definir este fenômeno, conforme compilado no Quadro 9.

AUTOR	DEFINIÇÃO
Miller (1994, p.379)	(...) relações sociais que são recorrentes, mas são menos formais e presas que relações sociais institucionalizadas em funções organizacionais. Entretanto, as relações em rede são regularmente suficientes que atos de fazer-sentido, construção de confiança, ou compartilhamento de valores podem ocorrer.
Rhodes (1996, p.658)	(...) redes para descrever uma série de atores interdependentes envolvidos na prestação de serviços. Essas redes são compostas de organizações que necessitam trocar recursos (por exemplo, dinheiro, informação, conhecimento) para atingir seus objetivos, para maximizar sua influência sobre os resultados, e para evitar a dependência de outros jogadores no jogo.
Börzel (1997, p.2)	(...) redes políticas como um conjunto de relações relativamente estáveis, de natureza não hierárquica e independente, que vincula a uma variedade de atores que compartilham interesses comuns em referência a uma política, e que realizam intercâmbio de recursos para perseguir esses interesses compartilhados, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns.
Mandell (1999, p.1)	(...) consiste em organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos e/ou membros da comunidade em ação, organizados de forma colaborativa para atingir consensualmente algum propósito ou propósitos.
Fleury (2005, p.77)	(...) redes, de políticas ou estruturas policêntricas, envolvendo diferentes atores, organizações ou nódulos, vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada a essa estrutura reticular, que se assenta em um poder compartilhado e relações horizontalizadas.
Nascimento e Ckgazaroff (2007, p.2)	Rede de política pública é um conceito o qual tem sido empregado para identificar relações relativamente estáveis entre diferentes atores governamentais e organizações privadas, interdependentes, que operam uma política pública.
Procopiuck e Frey (2009, p.67)	(...) representação de espaços relacionais simbólicos que atribuem sentido ao conteúdo estratégico e às ações individuais e coletivas de atores envolvidos em políticas de caráter público.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 9: Definições de redes de políticas públicas

Neste trabalho, adota-se o termo rede de política pública para representar estes vários termos, pois o objetivo de atuar frente a uma política pública está mais evidente. Esse tipo de rede é considerado uma rede de compromisso social, conforme a classificação de Inojosa (1999), uma vez que elas surgem na sociedade como uma forma de abordar questões sociais complexas, cujo equacionamento não foi exitoso nem por organizações isoladas, nem pela ação do Estado. Neste trabalho, adotou-se o termo rede de cooperação para se referir às redes de organizações atuando em conjunto para atingir objetivos relacionados a alguma fragilidade social.

Em algumas ocasiões os motivos pelos quais os participantes da rede se relacionam e agem em conjunto não são previamente conhecidos (MILLER, 1994), e “podem ser, dentre

outras possibilidades, assistência econômica, obrigação familiar, cooperação religiosa ou simplesmente amizade” (MITCHELL⁷, 1969, p.20 apud MILLER, 1994, p.379).

De acordo com Börzel (1997) os estudiosos de redes de políticas públicas podem ser divididos em três grupos: (i) autores que consideram as redes como uma metáfora para demonstrar que a implementação das políticas públicas envolve um grande número e variedade de atores; (ii) os que aceitam as redes como uma valiosa ferramenta analítica para compreender as interações e relações entre sociedade e poder público; e (iii) os que percebem as redes de políticas públicas como um método de análise da estrutura social. Considerando esses grupos, a autora divide as abordagens teóricas de compreensão das redes em duas correntes, embora não sejam mutuamente excludentes, a escola de intermediação de interesses e a escola de governação. A escola de intermediação de interesses interpreta as redes como um termo genérico para designar diferentes formas de relação entre os grupos de interesses e o Estado. Assim, as redes são tidas como um conceito genérico que se aplica a todos os tipos de relações entre atores públicos e privados. Já a escola de governação concebe as redes de políticas como um mecanismo para mobilizar recursos políticos em situações que estes recursos estão muito dispersos entre os atores públicos e privados. Assim, ao contrário da escola de intermediação de interesses, as redes só caracterizam a forma específica de interação público-privada na política pública. O Quadro 10 a seguir resume os conceitos de redes de políticas públicas de acordo com Börzel (1997).

	CONCEITO QUANTITATIVO DAS REDES	CONCEITO QUALITATIVO DAS REDES
	Escola de intermediação de interesses	Escola de governação
Redes de políticas como ferramenta analítica	As redes como uma tipologia de relações entre Estado e sociedade.	As redes como modelo para analisar as formas não hierárquicas de interação entre atores públicos e privados na implementação de políticas públicas.
Redes de políticas como enfoque teórico	A estrutura de redes como determinante do processo e resultados políticos.	As redes como uma forma específica de governação.

Fonte: Börzel (1997, p.22)

Quadro 10: Conceitos de redes de políticas

Para Klijn e Koppenjan (2000) as redes de políticas públicas são compreendidas por meio de duas perspectivas distintas: a ‘nova administração pública’ representando o esforço de se transferir mecanismos e ferramentas de gestão do setor privado para o setor público e a

⁷ MITCHELL, J. C. The concept and use of social networks. In: MITCHELL, J. C. **Social Networks in urban situations**. Manchester: The University of Manchester Press, 1969.

‘administração de redes’ com foco na coordenação e mediação interorganizacional de se construir políticas públicas. Para os autores, a compreensão das redes voltadas para políticas públicas se baseia na união das teorias da ciência política e das organizações.

A origem das redes pode ser espontânea ou induzida. Quando induzida, tem-se a presença de um sujeito unificador dos atores envolvidos, denominada de organização intermediadora (PASSADOR; CUNHA, 2008). Na gestão da rede, Peci e Costa (2002, p.9) ressaltam a importância de se ter uma organização articuladora, que atue na integração e coordenação das redes uma vez que ela desempenha o papel de um “centro animador, integrador de esforços que se empenha mais que os outros membros da rede no papel da coordenação e articulação, mas que não é o “gerente” da rede”. Para Klijn e Koppenjan (2000), o gestor da rede não é um ator central ou diretor, mas sim um mediador e estimulador, papel normalmente desempenhado pelo poder público, mas não somente. A presença deste sujeito, articulador (PECI; COSTA, 2002), intermediador (PASSADOR; CUNHA, 2008) ou gestor da rede (KLIJN; KOPPENJAN, 2000) não significa que a organização ou indivíduo está no comando da rede e/ou tem a autoridade de dizer o que os outros participantes devem fazer (MANDELL, 1999). Essa situação entraria em contradição com o próprio conceito de rede, em que os participantes possuem posição de igualdade (NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007).

Assim sendo, um importante aspecto das redes é a interdependência entre os atores. Os atores dependem um do outro, em específico, dos recursos de cada um, no entanto não se atinge uma relação de subordinação entre eles (RHODES, 1996; FLEURY, 2005). Com isso, para a gestão da rede são criados processos de institucionalização e formas de coordenação e controle da participação dos atores (NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007). Alguns autores apontam os aspectos de confiança, solidariedade e reciprocidade como mecanismos de coordenação, em que os resultados da rede são “fruto de uma ação coletiva em que atores autônomos negociam e constroem coletivamente a realidade” (LOPES; BALDI, 2009, p.1030).

Rovere (2003) aponta que a construção e desenvolvimento da rede dependem da riqueza, intensidade e profundidade dos vínculos entre os atores. Para análise do grau de profundidade dos vínculos entre os atores, o autor propõe um esquema ascendente de classificação, conforme apresentado no Quadro 11.

NÍVEL	AÇÕES	VALOR
5. Associar (acordo ou contrato de compartilhamento de recursos)	Compartilhar ações e projetos	Confiança
4. Cooperar (existe uma co-problematização e uma forma mais sistemática de ação)	Compartilhar atividades e/ou recursos	Solidariedade
3. Colaborar (no sentido de trabalhar com uma ajuda espontânea caracterizada pela falta de sistematicidade)	Prestar ajuda esporádica	Reciprocidade
2. Conhecer (interesse sobre o outro)	Conhecimento do que o outro faz	Interesse
1. Reconhecer (aceitação do outro, reconhecer que o outro existe e tem direito de existir)	Reconhecimento da existência do outro	Aceitação

Fonte: Rovere (2003 apud PECI; COSTA, 2002, p.6-7)

Quadro 11: Grau de profundidade dos vínculos entre os atores de uma rede

Sob a mesma perspectiva de análise dos vínculos sociais, Granovetter (1973) propôs os conceitos de laços fortes e laços fracos, bastante utilizados nos estudos de redes (MARTELETO; SILVA, 2004). Segundo Granovetter (1973), os laços (interações, relações) estabelecidos entre os indivíduos podem ser fortes, fracos ou ausentes. O que caracteriza a força de um laço é a combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade e das trocas envolvidas na relação dos indivíduos (quanto mais intensa essa combinação, mais fortes são os laços). E segundo o autor, os laços fracos são indispensáveis para oportunidades individuais e integração com outras comunidades. Transferindo o conceito para a análise das redes, são as relações fracas que permitem a construção e expansão das redes, pois eles conectam grupos que não tem ligações entre si, mas que podem possuir interesses em comum.

Peci e Costa (2002) apontam três principais características das redes de políticas públicas: interdependência, autonomia e flexibilidade. A interdependência, já comentada anteriormente, significa dependência entre os atores, mas não necessariamente subordinação entre eles. A interdependência causa incertezas nas relações, aspecto que deve ser focado na gestão das redes (FLEURY, 2005). A autonomia é resultado da manutenção da identidade de cada participante e da liberdade nas tomadas de decisão (PECI; COSTA, 2002). E por fim, a flexibilidade, representada pela capacidade de mudanças rápidas e ações inovadoras

(VILLELA; PINTO, 2009), considerada o principal atributo impulsionador do surgimento das redes (AGRANOFF; McGUIRE, 2001).

De acordo com Powell et al. (2005), quanto mais heterogênea é a estrutura de uma rede, ou seja, possua organizações de diferentes tipos e setores (público, privado, sem fins lucrativos etc.), mais ela se fortalece e aumenta suas chances de sobreviver perante turbulências, devido à complexidade das ligações que se estabelecem entre os atores. Por outro lado, perante a diversidade dos atores da rede, podem ocorrer divergências em relação a alguns fatores como o modo de conexão com o objetivo maior, o conteúdo das ações, a prioridade das ações e os critérios de avaliação (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1973⁸ apud NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007). Assim, a presença de interesses individuais, a disponibilidade de recursos e a preferência por determinadas ações podem interferir no comprometimento e engajamento de cada ator, e consequentemente nos objetivos e caminhos da política pública (BARDACH, 1984⁹ apud NASCIMENTO; CKGNAZAROFF, 2007).

Neste contexto de diversidade de interesses e comprometimento dos atores, Mandell (1990¹⁰ apud FLEURY, 2005) criou três variáveis para a análise das características das redes:

“compatibilidade dos membros”, que corresponde aos níveis de congruência de valores e de concordância sobre os objetivos. Nesse aspecto, o desafio está em conciliar o objetivo da rede com os objetivos particulares dos membros; “ambiente de mobilização de recursos”, que corresponde à disponibilidade de fundos e o tipo de controle sobre esses recursos; “ambiente social e político”, que corresponde às bases de poder e ao padrão de conflitos. (MANDELL, 1990 apud FLEURY, 2005, p.81).

A compreensão das redes do setor público é um esforço complexo, uma vez que essas estruturas apresentam diversos paradoxos (dicotomias) conforme destacado por Fleury (2005):

- organizações/indivíduos: as redes podem ser vistas como relações entre as organizações ou entre os indivíduos pertencentes àquelas organizações;
- transitoriedade/permanência: as relações são definidas por padrões mais ou menos estáveis, o que torna a rede flexível e suscetível à sua própria dinâmica;
- cooperação/competição, solidariedade/conflito: apesar do esforço coletivo, e ações de cooperação e solidariedade, as peculiaridades existem e podem gerar conflitos;

⁸ PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland; or why it's amazing that federal program's work at all, this being a saga of the economic development administration as told a by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation of ruined hopes.** Berkeley: University of California Press, 1973.

⁹ BARDACH, E. **The implementation Game: what happens after a bill becomes a law.** Cambridge: MIT Press, 1984.

¹⁰ MANDELL, M. Network management: strategic behavior in the public sector. In: GAGE, R.; MANDELL, M. **Strategies for managing intergovernmental policies and network.** New York: Praeger, 1990.

- igualdade/diversidade: os diferentes atores se igualam como parte de uma estrutura conjunta, no entanto mantém sua diversidade;
- racionalidade instrumental/racionalidade comunicativa: apesar das ações serem submersas em consensos comunicativos, a gestão das redes implica ações instrumentais para acordar meios e fins de forma racional e eficaz;
- construção/desconstrução: o caráter flexível permite a construção e desconstrução tanto dos padrões de interação como dos próprios sujeitos componentes da rede.

Em decorrência destas dicotomias, a constituição de redes de políticas públicas apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. Em uma discussão sobre a gestão nas redes de políticas, Fleury (2005, p.82) apresenta algumas características vistas como vantagens:

dada a pluralidade de atores envolvidos nas redes, é possível a maior mobilização de recursos e garante-se a diversidade de opiniões sobre o problema; devido à capilaridade apresentada pelas redes, a definição de prioridades é feita de forma mais democrática, envolvendo organizações de pequeno porte e mais próximas dos da origem dos problemas (SALAMON, 1995); por envolver, conjuntamente, governo e organizações não-governamentais, pode-se criar uma presença pública sem criar uma estrutura burocrática (SALAMON, 1995); devido à flexibilidade inerente à dinâmica das redes, elas seriam mais aptas a desenvolver uma gestão adaptativa que está conectada a uma realidade social volátil, tendo de articular as ações de planejamento, execução, retroalimentação e redesenho, adotando o monitoramento como instrumento de gestão, e não de controle; por serem estruturas horizontalizadas em que os participantes preservam sua autonomia, os objetivos e estratégias estabelecidos pela rede são fruto dos consensos obtidos por meio de processos de negociação entre seus participantes, o que geraria maior compromisso e responsabilidade destes com as metas compartilhadas e maior sustentabilidade.

No entanto, apesar de representarem uma inovação da estrutura e organização da gestão pública, as redes ainda apresentam dificuldades nos processos de levantamento de problemas, planejamento, implantação e avaliação dos resultados (PASSADOR et al., 2006). Algumas dificuldades encontradas são:

- criação de mecanismos de tomada de decisão coletivos eficientes (FLEURY, 2005; PECI; COSTA, 2002);
- processos de geração de consensos e negociação podem ser lentos e não responderem a demandas que necessitam ações imediatas devido ao número de participantes (FLEURY, 2005);
- responsabilidades diluídas podem não garantir o cumprimento das metas (FLEURY, 2005; PECI; COSTA, 2002);
- falta de mecanismos próprios para uso e troca de informações, além do baixo uso de tecnologias de informação auxiliares (PECI; COSTA, 2002; FARLIE et al., 2011);

- falta ou baixa percepção da necessidade de adoção de novos modelos de gestão (AGRONOFF; McGUIRE, 2001; PECI; COSTA, 2002);
- dificuldades no acompanhamento e avaliação dos resultados (PASSADOR et al., 2006);
- redução da possibilidade de prestar contas (*accountability*) e definir responsáveis (AGRONOFF; McGUIRE, 2001; PECI; COSTA, 2002; FLEURY, 2005);
- exclusão de grupos, instituições, pessoas ou regiões devido aos critérios para participação não explícitos e universais (FLEURY, 2005);
- baixa ou falta de participação da comunidade e de mecanismos facilitadores desta participação (PASSADOR et al., 2006);
- insegurança quanto à continuidade de parceiros do governo devido a mudança de partido e gestores públicos em períodos de pós-eleições (TEIXEIRA et al., 2007).

Para categorizar as redes de políticas públicas alguns autores utilizam os tipos desenvolvidos para as redes de mercado e fazem as adaptações necessárias. Outros, cientes do caráter multidisciplinar das redes, utilizam conceitos como promoção de desenvolvimento local, participação popular, prestação de serviços públicos, processos coletivos de tomada de decisão e outros. Börzel (1997) faz uma compilação de alguns tipos de redes encontrados na literatura da área:

- estável/instável: de acordo com o nível de institucionalização;
- restrita/aberta: de acordo com o número de participantes;
- setorial/transetorial: conforme a configuração das políticas;
- homogênea/heterogênea: considera o equilíbrio de poder;
- conforme a função principal da rede (redes de problemas, rede de produtores, redes intergovernamentais, rede de profissionais etc.).

Neste sentido, buscando auxiliar os pesquisadores e a construção de conhecimento da área de redes, Cunha et al. (2010) identificaram na literatura os elementos apresentados no Quadro 12 considerados relevantes para auxiliar na categorização das redes.

No entanto, percebe-se que algumas categorias podem não se aplicar às redes de políticas públicas, como por exemplo, a orientação do elo da cadeia em produção ou comprador e o tipo de competição que pode ser ausente. Assim, considera-se relevante o esforço dos autores, mas deve-se atentar à necessidade de adaptações em algumas categorias para serem utilizadas nas redes de políticas públicas.

ELEMENTO A SER ANALISADO	POSSÍVEIS CATEGORIAS
Formação	natural induzida
Tipo de alianças	horizontal vertical
Orientação das relações	fins comerciais (competitividade) fins sociais
Orientação do elo da cadeia	<i>production-driven</i> (produção) <i>buyer-driven</i> (comprador)
Presença de uma organização central	estimulante e fortalecedor concorrente
Governança	sem formalização institucional presença de um agente intermediário coordenação por uma organização central
Institucionalização	formal (contratual) informal
Unidade de análise	indivíduo organização rede
Tipo de competição	entre organizações entre redes
Proximidade	geográfica organizacional tecnológica
Parcerias	do mesmo setor de setores diferentes
Necessidades e sinergias das alianças	complementação fortalecimento

Fonte: Cunha et al. (2010, p.11).

Quadro 12: Elementos para categorização de redes

4.3. Síntese do capítulo

O objetivo do presente capítulo foi compreender a temática de redes de cooperação entre organizações. Inicialmente, discutiu-se o conceito de redes e a origem do termo. As redes mais estudadas, em específico na área de Administração, são compostas por empresas para obter ganhos econômicos. No entanto, existem as redes de compromisso social, compostas, em sua maioria, por organizações de diferentes setores e que se unem para minimizar ou resolver um problema público comum. Um tipo de rede que se enquadra neste conceito são as redes de políticas públicas, as quais foram detalhadas suas características, bem como vantagens e desvantagens.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos escolhidos para conduzir esta pesquisa, bem como seu detalhamento e justificativas.

5.1. Caracterização da pesquisa

Para qualquer classificação que se deseja fazer, é necessário se basear em algum critério. Com relação às pesquisas, os critérios de classificação podem ser quanto aos objetivos gerais, à abordagem do problema e à estratégia de pesquisa utilizada.

Quanto aos objetivos gerais, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas (GIL, 2002), sendo esta pesquisa considerada do tipo exploratória, pois buscou proporcionar maior familiaridade com o tema de redes de cooperação voltadas para a potencialização da economia solidária. Para Gil (2002) as pesquisas exploratórias são bastante flexíveis e consideram variados aspectos relativos ao objeto de estudo.

Com relação à abordagem do problema, esta se configura como qualitativa. Richardson (1989, p.38) aponta que a abordagem qualitativa é “adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Haguette (2007) afirma que ela permite enfatizar as especificidades de um fenômeno em relação às suas origens e razão de ser. Ou seja, “fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societais” (HAGUETTE, 2007, p.63). Como o objeto de estudo desta pesquisa se configura como um fenômeno único e complexo, que é a organização em rede de atores do município de São Carlos para promoção de desenvolvimento local por meio da economia solidária, a abordagem qualitativa se mostrou adequada e justificável.

Por fim, a estratégia adotada para operacionalizar a pesquisa foi o método do estudo de caso. Segundo Gil (2002, p.58) é um dos métodos mais úteis para pesquisas exploratórias e configura-se pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”, estando alinhado aos objetivos desta pesquisa. Para Yin (2005), a estratégia de pesquisa deve ser escolhida com base em três condições: o tipo de questão da pesquisa, o controle do pesquisador sobre os acontecimentos e o tempo em que ocorre o fenômeno em estudo. Posto isso, o autor coloca que o estudo de caso é adequado quando a questão de pesquisa envolve perguntas do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador não possui ou tem pouco controle sobre os eventos e quando o fenômeno é contemporâneo e se insere no contexto da vida real. Portanto, justifica-se a escolha da estratégia de estudo de caso para esta pesquisa, uma vez que ela atende a estas três

condições. Esta escolha também se apoia na defesa de Halinen e Törnroos (2005) quanto ao uso do método de estudo de caso para investigar redes interorganizacionais.

A escolha de uma estratégia de pesquisa deve ser acompanhada do conhecimento de suas vantagens e também desvantagens. O estudo de caso é considerado vantajoso, porque estimula novas descobertas, possui um planejamento flexível, possui ênfase em várias dimensões do objeto e os procedimentos de coleta e análise de dados podem ser considerados simples quando comparados com outros delineamentos (GIL, 2002). Esta simplicidade não deve ser confundida com falta de rigor científico, uma vez que existem procedimentos sistemáticos para sua condução (YIN, 2005). Como desvantagem, por se tratar do estudo exaustivo de um único fenômeno, não permite fazer generalizações dos resultados obtidos (GIL, 2002). Yin (2005) responde esta afirmação defendendo que o estudo de caso permite, da mesma forma que experimentos únicos, generalizações a proposições teóricas, e não a populações ou universos.

Segundo França Filho (2007), o fenômeno da economia solidária pode ser compreendido por cinco perspectivas já explicitadas no capítulo dois. Em se tratando da presente pesquisa, ela é considerada transversal, pois perpassa por todas as perspectivas definidas pelo autor:

- Discussão conceitual: apesar de não ser exaustiva, a discussão conceitual apresentada no trabalho foi adequada e necessária para compreender a economia solidária e orientar a pesquisa de campo;
- Discussão contextual: conforme explicitado no capítulo dois e no contexto histórico de surgimento da economia solidária, nota-se que ela se manifesta a partir de e se relaciona diretamente com outras temáticas atuais como desemprego, desigualdade social, pobreza e desenvolvimento local;
- Estudo de caso: a pesquisa trata de um estudo da experiência concreta de desenvolvimento em economia solidária do município de São Carlos;
- Metodologia de intervenção: ao identificar os aspectos potencializadores de desenvolvimento em economia solidária a partir de redes de cooperação interorganizacionais, sugere-se a utilização e disseminação de tal estratégia;
- Política pública: para realização da presente pesquisa fez-se necessária a compreensão da construção da política pública de economia solidária no município de São Carlos e como ela se configura.

5.2. Coleta de dados

A coleta de dados pode ser feita em diversas fontes. Yin (2005) apresenta as seis fontes de evidências mais utilizadas em pesquisas: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Para o autor, existem três princípios a serem seguidos para maximizar o potencial das fontes de evidências: 1) utilizar várias fontes de evidência; 2) criar um banco de dados para o estudo de caso e 3) manter o encadeamento de evidências. Procurando atender estes princípios e levando-se em conta a realidade que a pesquisa se insere, foram utilizadas as seguintes fontes de evidências: documentação, registros em arquivos, entrevistas e observação direta. Assim, os dados obtidos foram de dois tipos: dados primários (entrevistas e observação direta) e dados secundários (pesquisa bibliográfica).

De acordo com Richardson (1989, p.160), nas pesquisas em Ciências Sociais é muito importante que haja interação face a face entre o pesquisador e o objeto de estudo, para proporcionar “melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos”. E segundo o autor, a melhor técnica de proporcionar esta interação face a face é a entrevista. Apesar de possíveis desconfortos que possam ocorrer com o uso de entrevistas, a técnica permite detectar observações não esperadas dos entrevistados e que podem contribuir para o cumprimento dos objetivos propostos e acrescentar aos resultados. A escolha pelas entrevistas em profundidade também se deu pelo fato da pesquisadora não conhecer previamente a população entrevistada e com isso necessitar de uma técnica flexível. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, em que a pesquisadora foi a campo com algumas perguntas pré-formuladas e com certa ordem preestabelecida (RICHARDSON, 1989).

Para realizar a coleta de dados em um estudo de caso, Yin (2005) cita uma lista de habilidades comumente exigidas do pesquisador para minimizar possíveis deficiências nesta fase e gerar um relato do objeto de estudo o mais próximo possível da realidade. Os itens da lista básica são apresentados a seguir e serviram para orientar a ação da pesquisadora:

- Capacidade de fazer boas perguntas e interpretar as respostas;
- Ser um bom ouvinte e não se influenciar por suas ideologias e preconceitos;
- Ser adaptável e flexível, encarando eventos novos como oportunidades;
- Compreensão clara das questões em estudo;
- Ser imparcial e receptivo a possíveis provas contraditórias.

Conforme afirma Yin (2005), o desenvolvimento do protocolo para o estudo de caso é uma das principais estratégias para aumentar a confiabilidade do método e serve para orientar

o pesquisador na coleta de dados. Ele deve conter os procedimentos, regras e instrumentos a serem adotados na coleta de dados, além de definir as variáveis e proposições abordadas nos roteiros de entrevistas. O protocolo elaborado para o estudo de caso desta pesquisa encontra-se no apêndice A.

5.3. Análise dos dados

As técnicas utilizadas para análise dos dados foram a análise documental para os dados secundários e a análise de conteúdo para os dados primários (RICHARDSON, 1989; BARDIN, 2008). As respostas fornecidas pelos entrevistados foram integralmente transcritas¹¹ e juntamente com as observações diretas feitas pela pesquisadora, foram analisadas por meio do agrupamento de informações.

A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2008, p.33), que se aplicam a discursos bastante diversificados. A autora aponta três fases de análise de conteúdo: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Em consonância, Hair Jr. et al. (2010), apontam três fases do processo de análise de dados qualitativos: 1) redução de dados coletados por meio da categorização e codificação; 2) visualização de dados por meio de diagramas e tabelas; e 3) realização/verificação de conclusões. Para a análise de dados da pesquisa em questão foram seguidas as orientações e colocações tanto de Bardin (2008) quanto de Hair Jr. et al. (2010).

5.4. Estudo de caso

5.4.1. Unidade de análise

A unidade de análise do estudo de caso foi a rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária do município de São Carlos.

5.4.2. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo¹² ocorreu entre 27 de outubro de 2011 e 9 de dezembro de 2011, por meio de entrevistas com dez líderes das seguintes organizações participantes da rede:

- Prefeitura Municipal de São Carlos (PMSC):
 - Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER):

¹¹ Todas as entrevistas foram gravadas totalizando aproximadamente nove horas de áudio. As transcrições foram feitas com o auxílio do *software Express Scribe* (<http://www.nch.com.au/scribe/index.html>) gerando documentos de texto que totalizam cerca de 270 páginas. Tanto os documentos de áudio quanto os de texto encontram-se arquivados, e por razões éticas e de inviabilização de anexar à dissertação, serão disponibilizados por meio de solicitação e justificativa enviada para o email bia_polotto@yahoo.com.br.

¹² As entrevistas foram feitas em quatro visitas ao município, de dois dias cada, além da participação da pesquisadora em dois eventos ocorridos no município.

- Departamento de Apoio a Economia Solidária (DAES);
 - Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA);
 - Coordenadoria de Artes e Cultura (CAC);
 - Fundação Educacional São Carlos (FESC).
- Iniciativas de economia solidária:
 - Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp);
 - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida);
 - Associação Maria Fuxico;
 - Casa Fora do Eixo São Carlos.
- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar):
 - NuMI-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, antiga Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar (INCOOP).
- Organização da sociedade civil:
 - ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança.

A escolha da amostra de organizações participantes da pesquisa de campo se baseou na importância e envolvimento que estas possuem com a economia solidária no município, a partir de informações obtidas em pesquisa documental, do conhecimento da pesquisadora sobre a região e de conversas informais com alguns atores do movimento. Especificamente em relação aos empreendimentos, além da importância levou-se em consideração o número de membros de cada um, escolhendo-se assim dois empreendimentos de maior porte (Cooperlimp e Coopervida) e dois de menor porte (Maria Fuxico e Casa Fora do Eixo São Carlos). Outras organizações cogitadas para participar da pesquisa de campo, mas sem a concretização da entrevista foram:

- Fundação Pró-Memória;
- Secretaria Municipal de Comunicação;
- Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social;
- ONG TEIA – Casa de Criação.

Não foi possível realizar entrevistas com essas organizações, pois não houve retorno por parte do possível entrevistado ou devido à incompatibilidade das agendas do entrevistado e da pesquisadora. Em um dos casos, ficou acertado que a entrevista se daria por contato telefônico, no entanto o entrevistador descumpriu o acordado.

É importante ressaltar que a Cooperlimp é uma cooperativa que não está mais em funcionamento. Devido a um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) imposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), ela foi obrigada a paralisar suas atividades em janeiro de 2011. No entanto, optou-se por considerar a Cooperlimp na pesquisa de campo, por ela ter sido uma das cooperativas pioneiras do município e ter relativa importância no movimento da economia solidária. Sua situação será detalhada na discussão dos resultados, permitindo uma maior compreensão de sua representatividade. Neste caso, foi entrevistada uma ex-membro da diretoria da cooperativa.

A carta de apresentação entregue aos participantes da pesquisa e o roteiro utilizado nas entrevistas encontram-se respectivamente nos apêndices B e C. O Quadro 13 apresenta um resumo da pesquisa relacionando seus objetivos e os procedimentos metodológicos.

Pergunta de Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Perguntas Específicas	Técnicas de Análise	Resultados esperados
Como as redes de cooperação interorganizacionais podem contribuir para o desenvolvimento em economia solidária?	Identificar os aspectos potencializadores para desenvolvimento em economia solidária a partir da rede de cooperação do município de São Carlos.	• Identificar os atores participantes e a configuração da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos. • Identificar o contexto social e histórico da formação da rede e aproximação dos atores.	Perfil da Organização	Análise documental Análise de conteúdo	Fornecer subsídios para a formação de redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária e para a construção de uma política pública de economia solidária.
			Como e quando a questão da economia solidária surgiu no município?		
			E como você (sua organização) passou a se envolver com a economia solidária? Quando isto aconteceu?		
			Quem mais está envolvido com a economia solidária no município?		
			Sua organização se relaciona com essas outras organizações envolvidas na questão da economia solidária? Explique (quando, motivos, intermediador).		
		• Identificar o funcionamento, as principais características e ações desenvolvidas pela rede.	Quais são as atividades relacionadas à economia solidária que esse conjunto de organizações realiza? O que cada organização faz em específico?	Análise de conteúdo	
			De onde vem os recursos para realizar as atividades?		
			Qual a frequência dessas atividades? Existe alguma ação realizada em conjunto e de caráter permanente?		
			Existe um contrato formal para firmar o relacionamento entre vocês?		
			Como ocorre a associação com novas organizações?		
			Como vocês fazem para se comunicar e trocar informações? (meios, frequência, local)		
			As decisões são tomadas de que forma? Consenso, votação?		
		• Analisar os aspectos positivos e negativos da rede, bem como apontar possíveis ações a serem realizadas para fortalecimento da economia solidária no município.	Quais são os principais resultados que o conjunto de organizações vem obtendo?	Análise de conteúdo	
			Quais são os pontos positivos de se trabalhar em conjunto? E quais são os pontos negativos?		
			O que você acha que deve ser feito diferente para potencializar a atuação das organizações e melhorar os resultados em relação à economia solidária?		
			Como se faz a avaliação dos resultados das ações da rede?		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 13: Quadro resumo do projeto

6. A REDE DE COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SÃO CARLOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos na pesquisa. O município de São Carlos foi escolhido para compor o estudo de caso devido ao grau de consolidação das atividades desenvolvidas em economia solidária. Assim, o capítulo inicia com uma breve caracterização de São Carlos, seguido da contextualização de como surgiu e como se configura atualmente a economia solidária no município. Em seguida, são apresentados os atores participantes da pesquisa de campo, as características da rede e reflexões a partir dos resultados obtidos.

É válido frisar que as informações contidas neste capítulo foram coletadas em várias fontes de evidências e baseiam-se tanto em dados primários quanto secundários. Portanto, a análise da rede de cooperação é apresentada de forma sistêmica, sem separação sobre a origem das informações. A partir da união dos vários dados coletados é que foi construído um quadro geral sobre a formação, atuação, funcionamento e características da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos.

6.1. Breve descrição do município de São Carlos

O município de São Carlos localiza-se na região central do estado de São Paulo e possui dois distritos: Água Vermelha com 3.296 habitantes e Santa Eudóxia com 3.034 habitantes (PMSC, 2012c). O mapa a seguir apresenta a localização do município no estado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em DNIT (2012) e CATI (2012)

Figura 7: Localização geográfica de São Carlos

Segundo o Censo Demográfico de 2010, São Carlos possui 221.950 habitantes distribuídos em uma área de 1.137 km², o que fornece uma densidade demográfica de 195,15 hab/km², e dos quais 96% reside na área urbana e somente 4% na área rural (IBGE, 2010). A população é homogênea em relação ao gênero, contendo 49,1% de residentes do sexo masculino e 50,9% do sexo feminino (IBGE, 2010).

O PIB do município é de R\$ 4,523 bilhões, gerando um PIB per capita de R\$ 20.519, valor este superior à média nacional (IBGE, 2009). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹³ é de 0,841 próximo ao índice do estado de São Paulo de 0,820 e acima do índice brasileiro de 0,766 (PNUD, 2000). Comparando com os 645 municípios paulistas, o IDH de São Carlos confere ao município o 17º lugar (SEADE, 2012). De acordo com dados do IBGE (2009), a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade reduziu de 5,6% em 2000 para 3,7% em 2010.

O município é reconhecido nacionalmente como a capital da tecnologia por abrigar importantes universidades e centros de pesquisa, ocasionando em uma grande concentração de cientistas e pesquisadores. Estão presentes no município duas universidades públicas, sendo dois campi da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos. Conta também com o Centro Universitário Central Paulista (Unicep), a FADISC (Faculdades Integradas de São Carlos), dois centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação ParqTec, organização com o objetivo de promover o desenvolvimento do Polo Tecnológico de São Carlos (PMSC, 2012c).

Atualmente a Prefeitura Municipal de São Carlos é composta por três Coordenadorias, 17 Secretarias Municipais e quatro Fundações e Autarquias, de acordo com a estrutura administrativa do Quadro 14.

¹³ O cálculo do IDH considera além do PIB per capita do país, após correção pelo poder de compra da moeda local, outros dois componentes: a longevidade e a educação. Para longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. Para educação, avalia-se a partir do índice de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. As três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um, sendo acima de 0,8 um valor considerado alto (PNUD, 2000).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS - PMSC	
COORDENADORIAS	Artes e Cultura Meio Ambiente Orçamento Participativo e Relações Governo e Comunidade
SECRETARIAS MUNICIPAIS	Administração e Gestão de Pessoal Agricultura e Abastecimento Cidadania e Assistência Social Comunicação Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia Educação Esportes e Lazer Fazenda Governo Habitação e Desenvolvimento Urbano Infância e Juventude Obras Públicas Planejamento e Gestão Saúde Serviços Públicos Trabalho, Emprego e Renda Transporte e Trânsito
FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS	Fundação Educacional São Carlos (FESC) Progresso e Habitação São Carlos (PROHAB) Fundação Pró-Memória de São Carlos (Pró-Memória) Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)

Fonte: Adaptado de PMSC (2012f)

Quadro 14: Estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Carlos

A economia do município concentra-se na indústria e agropecuária (cana de açúcar, laranja e leite) embora o setor de serviços e comércio venha aumentando. Estão presentes na cidade desde empresas nacionais e multinacionais como Electrolux, Tecumseh, Faber-Castell, Volkswagen, Opto Eletrônica, Toalhas São Carlos, São Carlos S.A. Indústria de Papel e Embalagens, Latina Eletrodomésticos e outras.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o município apresenta números positivos de geração de emprego. O saldo acumulado de 2012, até o mês de março, é de 1.126 novas oportunidades de emprego, que somados aos últimos 12 meses, totalizam 3.041 vagas criadas na cidade gerando um crescimento de 4,43% da taxa de emprego (PMSC, 2012b).

Apesar deste cenário, São Carlos também apresenta índices de pobreza e desigualdade de renda entre a população. Para tanto, possui Programas de Enfrentamento à Pobreza e conta com programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que em 2011 atendeu 6.079 beneficiários (CGU, 2012).

6.2. Histórico da economia solidária em São Carlos

A economia solidária surge no município por meio da atuação de um grupo de professores e pesquisadores da UFSCar como resposta a um estudo de mapeamento dos bolsões de pobreza contidos na cidade. O estudo “Condições de vida e pobreza em São Carlos: a questão da pobreza – uma abordagem interdisciplinar”, iniciado em 1994 pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, serviu para identificar a segregação espacial entre os bairros com melhores e piores índices socioeconômicos da cidade (DOZENA, 2001). Com base nesse mapeamento, professores de diversos núcleos de extensão deram início a um trabalho em um dos bolsões de pobreza da cidade, o bairro Jardim Gonzaga, detectado como uma região de alta vulnerabilidade social dos moradores.

Em paralelo, o crescente movimento das ITCPs iniciado em 1995 com a pioneira criação da ITCP da COPPE/UFRJ, foi potencializado em 1997 com a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) do governo federal. Neste contexto, os professores envolvidos na intervenção no bairro Jardim Gonzaga de São Carlos, propuseram a criação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares em 1998. Juntamente com a criação da INCOOP, nasceu também a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp) e outros grupos que futuramente se tornariam a Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos (Coopercook) e a Cooperativa dos Trabalhadores em Confeções São Carlos (Costurarte). Das três cooperativas pioneiras, somente a Coopercook não passou a ser incubada pela INCOOP.

Em 2001, a prefeitura é assumida por Newton Lima Neto, ex-reitor da UFSCar, e tem início as atividades para construção de uma política pública de economia solidária por meio do “Programa de fomento à economia solidária”. Inicialmente, as atividades eram desenvolvidas sob o Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico (DDST), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia (SMDSCT). No ano seguinte, em 2002, foi criada a Seção de Fomento à Economia Solidária subordinada ao DDST.

A prefeitura teve participação importante no impulsionamento das três cooperativas precursoras do Jardim Gonzaga. Por meio de licitação pública, a Cooperlimp foi contratada para serviços de limpeza e a Coopercook para assumir a cozinha industrial para abastecimento do restaurante popular. A Coosturarte chegou a desempenhar alguma atividade para a prefeitura, no entanto, firmou parceria com uma empresa tradicional de confecção.

A proibição do acesso ao aterro sanitário municipal em 2002 serviu para contribuir na formação de duas cooperativas de coleta, a Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Ecoativa) e a Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida), ambas com infraestrutura garantida pela prefeitura. Alguns anos depois, no Jardim Gonzaga nasceu também a Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis do Jardim Gonzaga (Cooletiva), a partir de um grupo de catadores que procurou a prefeitura para regularização e apoio à mesma.

Com a reeleição do prefeito Newton, a economia solidária foi institucionalizada no município por meio da criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia pela Lei municipal nº 13.486 de 16 de dezembro de 2004. A criação do DAES permitiu um maior reconhecimento da economia solidária no município, estando de fato no organograma da prefeitura e com suas atribuições e responsabilidades definidas.

Buscando orientar e subsidiar as ações da economia solidária, a SMDSCT realizou em 2008 um levantamento do “Perfil dos Empreendimentos Autogestionários em São Carlos”. O Quadro 15 apresenta os empreendimentos participantes do mapeamento.

Nome do Empreendimento	Nº de associados declarados
Cooperlimp - Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga	260
Aartescar - Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos	60
Coopvip - Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Prestação à Vida e ao Patrimônio	46
Coopercook - Cooperativa de Prestação de Serviços em Culinária de São Carlos	29
Recriart	27
Trabalhadores da Entulheira de Resíduos de Construção e Demolição	24
Costurarte - Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos	21
Acasc - Associação do Comércio Alternativo de São Carlos	15
Aaccsc - Associação Amigo Carroceiro e Cavaleiro de São Carlos	13
Coopervida - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos	13
Ecoativa - Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos	13
Cooletiva - Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis do Jardim Gonzaga	11
Artesanato Amor & Arte	8
Grupo Maria Fuxico	8
Solaris Artesanato	8
Araucarte - Criações Artesanais	6
Grupo Frutos da Terra	3
Grupo Tecelagem	3

Fonte: PMSC (2008a)

Quadro 15: Empreendimentos de economia solidária de São Carlos em 2008

Do total de 18 empreendimentos contemplados pela pesquisa, 69% atuam no ramo do comércio (produtos artesanais, alimentos orgânicos, vestimentas) e 31% no de serviços (de limpeza, coleta de resíduos, alimentício, segurança e vigilância). Em seu conjunto, os empreendimentos contemplam cerca de 600 trabalhadores, sendo que 83,3% deles foram formados a partir do ano de 2001 (PMSC, 2008a). Os gráficos da Figura 8 apontam a situação dos empreendimentos quanto à propriedade dos recursos necessários para desempenhar suas atividades.

Fonte: PMSC (2008a)

Figura 8: Propriedade dos recursos dos empreendimentos de São Carlos

Quanto à propriedade das instalações físicas de administração, produção e comercialização, a grande maioria (94%) utiliza instalações de terceiros, enquanto nenhum empreendimento possui instalações puramente próprias. Quanto às máquinas e equipamentos, a distribuição é mais homogênea, mas ainda assim a parcela de terceiros é significativa.

Dentre outros fatores e inclusive tentando minimizar esta dificuldade dos empreendimentos em obter recursos próprios, é que foi feita a unificação das três cooperativas de coleta existentes no município: a Ecoativa, Coopervida e Cooletiva sob o nome da Coopervida no ano de 2009, pois esta possuía toda sua documentação em ordem. Atualmente a Coopervida possui contrato direto com a prefeitura devido à Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007), que permite a contratação pública sem licitação de cooperativas ou associações para realizar a coleta de materiais. Na visão do DAES, a união permitiu uma melhora qualitativa na vida dos trabalhadores com o aumento do número dos cooperados, do material coletado e consequente aumento da renda, além de otimizar a utilização dos recursos públicos, dentre galpões, equipamentos, máquinas e carrinhos.

Além da criação de um departamento exclusivo para tratar da economia solidária, o município implantou um Centro Público de Economia Solidária (CPES). O espaço foi construído através de uma parceria com a SENAES do governo federal e financiado com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB). Somente 24 municípios brasileiros possuem CPES e no caso de São Carlos, a contrapartida financeira do município foi superior aos recursos advindos da SENAES/MTE (CAPACLE, 2010).

A prefeitura é a responsável pela manutenção do espaço físico do CPES, que contém vários propósitos: (a) sede administrativa do DAES; (b) sede administrativa dos empreendimentos, em que um espaço provido de mesas e arquivos serve para realização de reuniões e arquivamento de documentos (estatutos, atas); (c) ambiente de comercialização dos empreendimentos; e (d) local para realização de eventos diversos, como encontros, conferências, cursos, reuniões, assembleias etc. A Figura 9 aponta a evolução das atividades que culminaram na inauguração do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza (Betinho) de São Carlos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Capacle (2010)

Figura 9: Histórico das ações para implantação do Centro Público Herbert de Souza

Capacle (2010) relata que no ano de 2009 foram realizados 119 eventos com a participação de aproximadamente 2500 pessoas no Centro Público Herbert de Souza. Além

disso, ali está localizado o Centro de Documentação em Economia Solidária de São Carlos (CEDOC), uma biblioteca temática que possui diversos tipos de documentação sobre economia solidária, desde livros, teses, dissertações, revistas, folhetos e está disponível para consulta de qualquer cidadão.

Em 2008, houve a eleição do novo prefeito, Oswaldo Baptista Filho (Barba), também ex-reitor da UFSCar, e com isso uma reformulação no organograma da prefeitura. Foi criada a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SMTER), cuja atribuição é “promover, coordenar e incentivar políticas públicas de geração de emprego e renda, cooperativismo e de economia solidária, e elaborar a política municipal de apoio à integração no mercado de trabalho da juventude” (PMSC, 2012f). Desde então, o DAES passa a ser vinculado a esta secretaria, conforme mostra a Figura 10.

Fonte: Elaborado pela autora com base em PMSC (2012f)

Figura 10: Organograma da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda

O Departamento de Apoio à Economia Solidária é o responsável pelas ações relacionadas à geração de trabalho e renda através de empreendimentos coletivos solidários. Em sua estrutura, está a Divisão de Ações de Inclusão Produtiva, cujo escopo é atuar com pessoas com dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho, sendo elas de vários tipos, jovens, mulheres de maior idade, egressos do sistema penitenciário etc. A Divisão do Banco do Povo fomenta o Banco do Povo Paulista, resultado de uma parceria entre a prefeitura

municipal e o governo do estado de São Paulo. Seu objetivo é conceder microcrédito a juros baixos para o desenvolvimento de pequenos negócios, formais ou informais, dentre eles cooperativas e formas associativas de produção ou trabalho. E por fim, a Divisão de Tecnologia Aplicada ao Desenvolvimento Social fornece assistência técnica e acompanhamento aos empreendimentos, de acordo com as demandas de cada um.

Além do DAES, a SMTER é composta por outros dois departamentos. O Departamento de Políticas Públicas de Emprego focado na economia tradicional através da qualificação profissional, intermediação no mercado, passe emprego etc. E o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para Juventude, que faz uma intersecção entre os outros departamentos, tentando a inclusão produtiva dos jovens tanto por meio da economia solidária quanto pela economia tradicional.

Considerada um marco da economia solidária no município, está a Lei municipal nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010 que institucionaliza o “Programa de fomento à economia solidária”. O objetivo do programa é implantar a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e deve ser executado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda (SÃO CARLOS, 2010). É tida como um marco, pois a lei esclarece os objetivos do Programa, a definição das responsabilidades de execução, implementação, monitoramento e avaliação do Programa, o alinhamento de conceitos de economia solidária e empreendimentos de economia solidária, a prescrição da criação de uma Incubadora Pública de Empreendimentos de Economia Solidária e outros. Em 11 de outubro de 2011, foi aprovada a Lei nº 15.853 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, considerados os órgãos executores da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Estes marcos regulatórios são importantes para o movimento da economia solidária em São Carlos, uma vez que passa a existir legalmente o reconhecimento do direito de organização coletiva dos trabalhadores e instrumentos públicos para apoiar e desenvolver essa forma de organização produtiva. Ao institucionalizar a política pública do setor, esta ganha legitimidade e deixa de ser uma política de governo para se transformar em uma política de Estado.

Cabe ressaltar que todos estes acontecimentos no município, criação do DAES, implantação do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, elaboração do projeto de lei, aprovação das leis municipais, contaram com a participação de parte dos empreendimentos do município, outras secretarias municipais, organizações da sociedade civil e notadamente a INCOOP/NuMI-EcoSol.

Outra fonte constante de apoio ao município e à consolidação da política pública foi a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária. A rede é composta por gestores públicos de prefeituras e governos estaduais, foi criada em 2003 e tem o objetivo de “proporcionar a interlocução, o intercâmbio, a sistematização, a proposição de políticas públicas governamentais e a realização de projetos comuns, para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, de modo a qualificar as ações desenvolvidas, a partir dos órgãos de governo voltados para este segmento” (REDE..., 2012). O coordenador e outros membros do DAES sempre fizeram parte da Rede de Gestores, sendo esta uma fonte de informações e conhecimentos que auxiliaram na construção da política pública de economia solidária em São Carlos.

Recentemente o cenário da economia solidária no município sofreu forte abalo que ocasionou o fechamento de três cooperativas pioneiras, a Cooperlimp, Coopercook e Coopvip. Em 2008, uma ação legal do Ministério Público do Trabalho e da Advocacia da União fez com que as três cooperativas assinassem Termos de Ajustamento de Conduta. A ação impedia a participação de qualquer uma das cooperativas em licitações públicas e estabelecimento ou renovação de qualquer contrato de prestação de serviço. Impossibilitadas de continuar suas atividades, a Coopvip foi transformada em empresa privada por um dos sócios logo em 2009 e a Coopercook e Cooperlimp se desfizeram, respectivamente, em janeiro de 2010 e de 2011, ao término de seus contratos, em sua maioria com a prefeitura municipal. A justificativa apresentada pelo Ministério Público é que contratação de cooperativas por órgãos públicos ou privados se configura como vínculo empregatício, devendo ser pagos e cumpridos os direitos trabalhistas. A alegação dos envolvidos com o movimento da economia solidária é que o TAC é legítimo para evitar a atuação de cooperativas fraudulentas, no entanto as cooperativas de São Carlos não se enquadram nesta situação e foram fortemente prejudicadas. Com o encerramento das atividades, cerca de 300 envolvidos direta ou indiretamente com as cooperativas perderam seus postos de trabalho e meio de geração de renda.

Diante do fechamento destas e outras cooperativas, bem como o surgimento de novos empreendimentos, o município encontra-se atualmente com 34¹⁴ empreendimentos, sendo eles apresentados na Figura 11.

¹⁴ A lista de empreendimentos foi elaborado com base nas fontes PMSC (2008a; 2012d) e Capacle (2010) e não foi validada com nenhum responsável do DAES, da prefeitura ou do município.

Aparelho Coletivo	Araucarte – Criações Artesanais	ArtenaAtiva	Artesanato Amor & Arte	Associação Amigo Carroceiro e Cavaleiro de São Carlos - Aaccs
Associação Cultural Raízes Sertanejas	Associação de Microempreendedores Individuais - AMEI	Associação do Comércio Alternativo de São Carlos - Acasc	Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos - Aartescar	Associação Maria Fuxico
Ateliê Caminho das Artes	Ateliê Coletivo	Casa Fora do Eixo São Carlos	Coletivo Terra a Terra Arquitetura	ConsumoSol – Articulação Ética e Responsável para um Consumo Solidária
Cooperativa das Artistas em trabalhos Manuais - COART'M	Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos – Coopervida	Cooperativa de Produção de Mudanças de Santa Eudóxia - COOPERMUDAS	Cooperativa de Serviços Turísticos - TURÍSTICA	Cooperativa de Trabalho Pioneira e Realizadora de Entregas Xeque-Mate de São Carlos - Cooperdex
Cooperativa dos Trabalhadores em Confecções São Carlos - Coosturarte	Grupo do Assentamento Santa Helena	Grupo Frutos da Terra	Grupo Natuararte	GRUPO “RAÍZES DO CAFÉ” – Resgate cultural do artesanato
Grupo Tecelagem	Horta Orgânica Comunitária da Cidade Aracy	Janela Aberta – Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Kooperi	Magia do Artesanato
Reciart		Solaris Artesanato	Trabalhadores da Central de Triagem de Resíduos de Construção de Demolição	Unidos pela Arte Associação Cultural dos Artesãos e Artistas de São Carlos - Uniarte

Fonte: Elaborado pela autora com base em PMSC (2008a, 2012d) e Capacle (2010)

Figura 11: Empreendimentos econômicos solidários do município de São Carlos

6.3. Os atores da rede de cooperação

Foi criada a sigla RCDES correspondente à rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária, para facilitar o desenvolvimento e fluidez do texto, não sendo então um termo mencionado pela própria rede nem obtido na literatura da área.

Nesta seção serão detalhados os atores da RCDES selecionados para compor a pesquisa de campo deste trabalho: o Departamento de Apoio à Economia Solidária; a Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar que em meados de 2011 passou a ser o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária; a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp); a Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida); a Associação Maria Fuxico; a Casa Fora do Eixo São Carlos; a Coordenadoria de Artes e Cultura; a Coordenadoria de Meio Ambiente; a Fundação Educacional São Carlos e a ONG Ramudá.

6.3.1. Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES)

A atuação do DAES se dá pela implementação do “Programa de fomento à economia solidária”. Desde sua criação em 2001, o programa é tido como uma política transversal que conta com a integração de diversas secretarias e entes municipais como as secretarias de Cidadania e Assistência Social, de Agricultura e Abastecimento, de Educação, da Infância e

Juventude, de Habitação e Desenvolvimento Urbano, a Fundação Educacional São Carlos, a Fundação Progresso e Habitação São Carlos (PROHAB), as coordenadorias de Meio Ambiente, de Orçamento Participativo, de Artes e Cultura etc.

O intuito do programa, bem como do DAES é contribuir para a construção de um ambiente favorável à ampliação da atividade econômica local, da inclusão social, da distribuição justa das riquezas geradas e da preservação dos recursos naturais, por meio de iniciativas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região através de ações de geração de trabalho e renda (DAES, s.d.). O público alvo compreende trabalhadores em situação de desemprego, de emprego precário, do setor informal e também empreendedores de pequenos negócios.

O DAES aponta que a política pública municipal de economia solidária possui quatro eixos de atuação conforme mostra Figura 12.

Fonte: Elaborado pela autora com base em DAES (s.d.)

Figura 12: Eixos da política pública municipal de economia solidária

Alinhadas aos eixos da política pública de economia solidária, foram estabelecidas as seguintes metas pelo DAES para o período de 2009 a 2012 (DAES, 2008):

- Criação da Incubadora Municipal de Economia Solidária, para oferecer qualificação profissional, formação escolar e assistência técnica, inclusão digital,

acesso à inovação tecnológica e à distribuição e comercialização dos produtos e serviços;

- Aprovação do Marco Legal adequado às necessidades dos EES do município, com a aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária;
- Atuar na manutenção e ampliação dos espaços físicos existentes para o desenvolvimento das atividades produtivas dos empreendimentos de Economia Solidária e das ações desenvolvidas junto ao Centro Público;
- Proposição na Câmara Municipal da inclusão do tema de Economia Solidária na rede municipal de educação;
- Constituição, a partir das regiões e recursos do Orçamento Participativo, de ações no âmbito do desenvolvimento territorial;
- Implementação de um cinturão verde de hortas comunitárias e familiares contribuindo para a redução de despesa, melhoria de hábito alimentar e abastecimento do mercado;
- Realização de Feiras de Troca e Feiras de Economia Solidária no município e participação na região;
- Implementação de um Centro de comércio justo, ético e solidário e estímulo ao debate sobre o consumo responsável junto à sociedade e às plenárias da Câmara Municipal;
- Constituição da Frente Parlamentar de Apoio a Economia Solidária, com atuação unificada em função de interesses comuns, independente de partido político a que pertençam.

O DAES possui orçamento e equipe próprios para desenvolvimento de suas atividades. Seu orçamento faz parte do Plano Plurianual (PPA) e a maioria destina-se à contratação de serviços de terceiros para realização de cursos de qualificação e também para fornecer assessoria aos empreendimentos (CAPACLE, 2010). O quadro atual de funcionários se divide tanto na gestão das atividades burocráticas e de funcionamento do DAES como de assessoria e apoio aos empreendimentos.

Atualmente a atuação do DAES pode ser decomposta em quatro frentes de trabalho: cultura, alimentos, construção civil e resíduos. Nessas quatro áreas, existem tanto ações em andamento quanto propostas de trabalho. Algumas destas propostas estão inseridas em projeto submetido a um edital da SENAES “Promoção de Ações Municipais Integradas de Economia

Solidária para o Desenvolvimento Local Visando a Superação da Extrema Pobreza” de 2011 em que a prefeitura de São Carlos ficou classificada em segundo lugar.

O diálogo entre a economia solidária e o ramo da cultura pode ser considerado recente no município. A aproximação iniciou quando foi inserido no 2º Festival Multimídia Colaborativo – CONTATO um debate sobre “Economia Solidária – as inovações sociais e o trabalho cooperativo”. O Festival CONTATO ocorre no município desde 2007, é organizado pela UFSCar e seu objetivo é a promoção de atividades artístico-culturais como shows e espetáculos e de conhecimento como oficinas, debates e palestras. Em 2009, no 3º CONTATO, houve uma integração maior que culminou na realização da I Feira Microrregional de Economia Solidária durante os dias do evento. Desde então, a aproximação do DAES e dos próprios empreendimentos de economia solidária com os organizadores do evento se estreitou e hoje o DAES possui uma frente de trabalho no ramo da cultura. Existem empreendimentos solidários de cultura no município e hoje o objetivo do DAES é que seja criada uma rede com estes empreendimentos. Além dos empreendimentos, São Carlos conta com Pontos de Cultura, que são “entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sociocultural em suas comunidades” (MinC, 2009). Os Pontos de Cultura recebem R\$ 180 mil ao longo de três anos, que é o prazo para desenvolvimento de suas propostas, sendo que metade dos recursos financeiros advém do Ministério da Cultura (MinC) e a outra metade da prefeitura municipal. Em 2010 foi lançado um edital pela Coordenadoria de Artes e Cultura para seleção de oito Pontos de Cultura de São Carlos e no início de 2012 foram divulgadas as entidades contempladas e que formarão a Rede de Pontos de Cultura do Município de São Carlos.

ENTIDADE/PONTO DE CULTURA	PROJETO
Associação Cultural Rochedo de Ouro	Rochedo de Ouro – Articulando Redes
Associação Formiga Verde	Formiga Verde
Associação Instituto Cultural Janela Aberta	Janela Aberta – Incubadora Solidária de Artes e Cultura
Associação Kooperi	A economia solidária vai à escola
Associação Sãocarlense de Capoeira	Menino que foi seu mestre
ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempo de mudança	Encontralhaços
ONG Visibilidade LGBT	Visibilidade cultural: arte, diversidade e cidadania
TEIA – Casa de Criação	Teia das Culturas: entrelaçando saberes

Fonte: São Carlos... (2012)

Quadro 16: Pontos de Cultura selecionados em edital municipal

Quanto à rede de alimentos, existe a iniciativa de trabalho coletivo da Horta Orgânica Comunitária da Cidade Aracy, considerada uma experiência exitosa, no entanto atualmente incapaz de atender sua demanda. Os trabalhadores envolvidos recuperaram um terreno arenoso e plantaram produtos orgânicos, permitindo a alimentação saudável e de qualidade dos moradores do bairro e a comercialização do excedente produzido. Dessa forma, a horta gera renda e ainda abastece a população do bairro. A proposta atual do DAES é criar outra Horta Comunitária para complementar e atender à demanda reprimida. Em paralelo, há o Assentamento de Agricultura Familiar Santa Helena que já produz alimentos agrícolas, derivados do leite e criação de animais. Recentemente, o Assentamento conseguiu recursos financeiros de um projeto municipal para criação de uma cozinha caipira e obteve verba advinda de um TAC do Ministério Público do Trabalho. Esta modalidade de repasse de verbas é diferenciada, pois o MPT aplicou um TAC em supermercados de Campinas e a multa paga pelos supermercados foi repassada via Gerência Regional do Trabalho e prefeitura municipal para o Assentamento Santa Helena de São Carlos.

No caso da construção civil, também houve repasse de recursos por meio de um TAC aplicado em uma empresa privada pelo Ministério Público para cumprimento de compensação ambiental. No caso, foi doada à prefeitura de São Carlos uma máquina de triturar galhos. Esta máquina será integrada à cooperativa Central de Resíduos da Construção Civil, ainda em formalização e que terá foco no tratamento de resíduos de madeira. Na Cidade Aracy já existe um empreendimento de resíduos da construção civil e que passará a atuar em conjunto com a Central de Resíduos. Além disso, está em andamento o projeto “Mulheres de São Carlos Construindo Autonomia”, oriundo de uma parceria entre as Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Cidadania e Assistência Social com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal. O objetivo do projeto é a capacitação de aproximadamente 200 mulheres para atuar como pedreiras, pintoras, carpinteiras, encanadoras, azulejistas e assentadoras de tijolos, e a partir disto a incorporação delas em uma das duas cooperativas a serem criadas, a carpintaria estrutural e prestação de serviços na construção civil ou a Central de Trabalhadoras Autônomas (CTA). A CTA será uma intermediadora entre o mercado de trabalho e estas trabalhadoras autônomas, com foco na prestação de serviços de pequenas reformas. Existem como propostas a inauguração (já em construção) do Centro Público de Produção em Economia Solidária no bairro Santa Felícia para abrigar os empreendimentos solidários da construção civil e a criação de uma rede de oito Eco Pontos para entrega de resíduos da construção civil em vários bairros da cidade. A

integração desses empreendimentos e atividades constituirá a rede solidária de empreendimentos na construção civil.

Por fim, há a frente de trabalho de resíduos. O município contém empreendimentos de coleta e o intuito é articular e integrar os vários tipos de resíduos, recicláveis, de compostagem, de poda, da construção civil, domiciliares e eletroeletrônicos, construindo assim uma Cadeia de Resíduos e focando também na verticalização dos processos produtivos. Recentemente, a prefeitura conseguiu recursos da Fundação Banco do Brasil para a aquisição de caminhões e outros equipamentos para os empreendimentos.

Nota-se que o foco do trabalho no município é a construção de redes e/ou cadeias de produção e distribuição estando alinhada às proposições de Mance (1999, 2002, 2003). No caso da cultura, alimentos e construção civil, as atividades em andamento ou propostas objetivam a criação de redes solidárias. Atuando em conjunto os empreendimentos reduzem sua fragilidade e vulnerabilidade individual e realizam trocas e comercialização conjunta de forma colaborativa. Já na outra frente de trabalho, o objetivo é a formação de uma cadeia de resíduos, em que ocorra a integração dos empreendimentos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços, unindo toda a cadeia produtiva desde a coleta de materiais até o consumidor final.

6.3.2. Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol)

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar foi criada em 1998 iniciando o movimento da economia solidária no município. Em meados de 2011, a INCOOP passou a ser o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária. O processo de transição da INCOOP para o NuMI-EcoSol ainda está ocorrendo e não significa apenas uma mudança de nome, mas sim na sua estrutura e principalmente na fonte de recursos. A INCOOP até então era ligada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), não tendo orçamento próprio e dependente de diversos editais para financiamento de suas atividades. Enquanto NuMI-EcoSol, o vínculo é diretamente com o gabinete da Reitoria da UFSCar e a partir de 2013 o núcleo passa a ser considerado no orçamento da universidade.

O Quadro 17 apresenta as estratégias de atuação adotadas pelo NuMI-EcoSol durante seus 14 anos de existência.

ESTRATÉGIA DE 1998 A 2006
Incubação de empreendimentos econômicos e solidários de natureza popular.
Atendimento de demanda em diferentes municípios do estado de São Paulo, com diferentes tipos de parceiros e diferentes tipos de atividades econômicas.
Atuação isolada em vários municípios/diferentes territórios.
NOVA ESTRATÉGIA A PARTIR DE 2007
Realizar intervenções voltadas para o desenvolvimento territorial por meio do fortalecimento e da expansão de iniciativas de Economia Solidária em regiões habitadas por populações precarizadas, articulando diferentes atores sociais, sensibilizando e capacitando para a criação de redes de colaboração, em consonância com princípios da economia solidária.
Consolidar empreendimentos solidários já existentes nos territórios, preparando seus membros como protagonistas deste processo.
Atuação concentrada, buscando desenvolver uma região inteira, de modo que as iniciativas se fortaleçam e se sustentem. O território de atuação é o Bairro Jardim Gonzaga e entorno.

Fonte: Elaborado pela autora com base em NuMI-EcoSol (s.d.)

Quadro 17: Estratégias de atuação da INCOOP/NuMI-EcoSol

O trabalho de intervenção do núcleo é pautado em nove condições essenciais para o processo de incubação (NuMI-EcoSol, 2012b):

1. Formação contínua e permanente para o cooperativismo;
2. Formação contínua e permanente para a autogestão como centralidade em todas as situações que envolvem o processo de incubação (na prática e não apenas em situações formais);
3. Caracterização dos envolvidos no processo de incubação (do grupo, condições de renda, cadeia produtiva, parcerias) para definição dos procedimentos de trabalho;
4. Estudos para definição de atividade econômica: estudo da viabilidade produtiva, exame da cadeia produtiva e do mercado;
5. Busca pela viabilidade econômica de maneira contínua e permanente;
6. Capacitação técnica para o serviço/produção ofertado pelo empreendimento;
7. Capacitar para a autonomia administrativa;
8. Buscar a propriedade dos bens de produção;
9. Promover estatuto e regimento interno de maneira participativa, contemplando princípios da economia solidária e cooperativismo (buscando a consolidação de um processo mais preventivo para condutas favoráveis e menos punitivo).

E essas condições essenciais são praticadas em seis frentes de trabalho mostradas na Figura 13.

Os empreendimentos incubados se distribuem nas frentes de trabalho conforme seu tipo de atividade e para cada frente de trabalho existe um corpo técnico responsável do núcleo. A equipe completa do NuMI-EcoSol é composta por um estagiário (vinculado à UFSCar); um auxiliar técnico de assuntos educativos (vinculado à PROEX); alunos de graduação, de pós-graduação e da ACIEPE¹⁵ (Atividade Curricular de Integração Ensino,

¹⁵ A ACIEPE é similar a uma disciplina de graduação, no entanto articula ensino, pesquisa e extensão e busca viabilizar e estimular o relacionamento dos envolvidos (técnicos, alunos e professores) com diferentes segmentos da sociedade. Pode ser oferecida por qualquer departamento da UFSCar e é aberta ao público, inclusive alunos de outras universidades. É uma atividade complementar que pode ser inserida no histórico escolar do aluno de graduação, com duração semestral de 60 horas e 4 créditos. O departamento interessado preenche um formulário e este passa por uma comissão que irá aprovar ou não o oferecimento da ACIEPE (PROEX, 2012).

Pesquisa e Extensão); professores e técnicos contratados com recursos de projetos ou da própria universidade (por meio de editais).

Fonte: Elaborado pela autora com base em NuMI-EcoSol (s.d.)

Figura 13: Frentes de trabalho do NuMI-EcoSol

Desde sua criação, as fontes de financiamento dos recursos necessários ao funcionamento da INCOOP/NuMI-EcoSol tem sido diversas. Uma delas é um projeto de desenvolvimento territorial contemplado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em parceria com a Fundação Banco do Brasil por meio da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que teve início em 2008 e atualmente encontra-se em estágio de encerramento, com a elaboração dos relatórios finais. O projeto, “Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos/SP” foi implantado em três fases: (1) elaboração de um projeto junto com parceiros; (2) definição de diretrizes para políticas públicas e preparação dos envolvidos para implantar diretrizes e (3) implementação das políticas públicas indicadas no projeto NuMI-EcoSol (s.d.). Outra fonte de recursos é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) através do PRONINC e de chamadas públicas para projetos específicos. E por fim, os recursos oriundos de edital anual lançado pela própria PROEX da UFSCar que é financiada pelo Ministério da Educação (MEC).

A substituição da INCOOP pelo NuMI-EcoSol procura minimizar duas dificuldades enfrentadas até então. Uma delas, como dito anteriormente é a fonte de recursos. A UFSCar fornece o espaço físico da incubadora bem como água, luz, telefone, salários e materiais de

consumo. O restante é oriundo de projetos de diversas instituições, não sendo uma fonte estável e que gera dificuldades na administração e planejamento das atividades. Outra questão é a alta rotatividade da equipe de incubação, uma vez que a maioria do corpo técnico é composta de alunos ou técnicos contratados com recursos de projeto. Desta forma, o NuMI-EcoSol é visto como uma institucionalização da INCOOP gerando uma perspectiva de maior estabilidade do pessoal e expansão das atividades realizadas. Com a criação do núcleo espera-se:

criar oportunidades de estágios remunerados; criar oportunidades de bolsas de pesquisas em diversos níveis; implantar estrutura adequada para cursos, incubação / suporte aos grupos (criação de espaço transitório para incubação de EES), para pesquisa, em termos de equipamentos, acervo bibliográfico etc. (NuMI-EcoSol, s.d., p.14-15).

Em sua maioria, as ações do NuMI-EcoSol estão alinhadas com as do Departamento de Apoio à Economia Solidária da prefeitura municipal. A perspectiva de articulação de empreendimentos econômicos solidários em redes e/ou cadeias também prevalece. Além disso, as frentes de trabalho de ambos os atores também sofrem intersecção. Além de atuação no ramo da cultura, alimentos, construção civil e resíduos, outros projetos estão em andamento ou em fase de articulação: de limpeza, de diferentes tipos de serviços (cuidados de pessoas, logística de distribuição de produtos e documentos), de melhoria de infraestrutura urbana (viveiro de mudas, pequenos objetos de madeira, painéis de madeira para sistema de cobertura residencial, turismo e educação ambiental), de finanças solidárias, de reciclagem, focado para usuários de saúde mental e outras (INCOOP, 2008).

Além da atuação direta com os empreendimentos econômicos solidários, o núcleo possui interação com outros atores do município, desde universidade, ONGs, secretarias municipais, igrejas e outros agentes de fomento. As parcerias vão desde convênios formais até acordos informais e pontuais.

Desde seu surgimento, a INCOOP faz parte da Rede de ITCPs buscando a troca de conhecimentos e experiências com outras incubadoras do país. Para isso, possui um membro responsável por essa articulação e procura participar ativamente nos encontros regionais e nacionais da Rede. Outra questão importante é sua representação em fóruns, tanto municipal, paulista e brasileiro, que varia conforme o período e disponibilidade.

6.3.3. Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga (Cooperlimp)

Um pouco da história da Cooperlimp já foi exposta no contexto de surgimento da economia solidária no município e da criação da incubadora. A cooperativa foi criada por mulheres que optaram trabalhar com a prestação de serviço de limpeza, pois era uma tarefa

que todas sabiam desempenhar. Juntamente com os professores da UFSCar foram realizadas atividades de formação em economia solidária e autogestão, oficinas para capacitação em serviços de limpeza, encontros para elaboração do estatuto da cooperativa, levantamento de informações sobre a demanda potencial e assembleia para criação da cooperativa.

Antes de firmar contrato com a prefeitura, com a ajuda da INCOOP, a Cooperlimp conseguiu estabelecer um contrato com a UFSCar de oito postos de trabalho. Na época, os critérios de escolha das trabalhadoras que ocupariam os postos de trabalho foram definidos por consenso, sendo eles: mais tempo de desemprego, mais filhos e sem nenhuma renda.

Com o tempo, novos contratos foram surgindo, em sua maioria com a prefeitura por meio de editais públicos para trabalhar em prédios públicos. Em 2008, a Cooperlimp já contava com 250 sócios, aproximadamente 200 postos de trabalho, sede administrativa e veículo próprio. Todo o trajeto da Cooperlimp foi acompanhado pela incubadora, na realização de assembleias, criação de comitês, apoio jurídico, contábil e administrativo, discussão de problemas e propostas de atividades.

Diante da paralisação das atividades da cooperativa devido ao TAC do Ministério Público, parte dos trabalhadores foi absorvida por empresas terceirizadas, outros buscaram trabalho em outras atividades, a maioria se mantém desempregada, principalmente aqueles com mais idade ou pouca escolaridade e apenas duas pessoas estão tentando criar outro empreendimento solidário, de fabricação de produtos de limpeza e ainda contam com apoio do atual NuMI-EcoSol.

6.3.4. Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis de São Carlos (Coopervida)

A Coopervida é resultante da união com as cooperativas Ecoativa e Cooletiva. Atualmente ela conta com cerca de 60 sócios e é a responsável pela coleta seletiva no município recolhendo o material “porta a porta” e cobrindo aproximadamente 80% da área de São Carlos (MILENA, 2010). Além da coleta “porta a porta”, existem cinco Ecopontos espalhados pela cidade para recebimento de resíduos da construção civil (entulho, resto de podas de árvores, móveis indesejados e recicláveis). Em cada Ecoponto ficam alocados dois cooperados e cada material recebido possui um destino, sendo os materiais recicláveis levados à Coopervida. Após a coleta de materiais, estes vão para a Central de Triagem de Materiais Recicláveis “João Batista Baumgartner”, onde são separados, beneficiados e comercializados. A venda dos materiais é feita para empresas de papel, plástico, vidro e metais.

A receita da Coopervida advém do serviço de coleta dos materiais prestado à prefeitura e da venda destes materiais para as empresas de reciclagem. O pagamento da

prefeitura é equivalente à quantidade de material coletado no mês e o das empresas é equivalente à tonelada vendida. Para a apuração da quantidade coletada, foi feita uma parceria com a empresa São Carlos S.A. Indústria de Papel e Embalagens, que disponibiliza sua balança de caminhões. A cada pesagem é emitido um comprovante e ao final do mês a cooperativa entrega os comprovantes à prefeitura junto com o relatório de coleta. Em média, a receita líquida recebida por cada catador é um salário mínimo ou superior, além de recolhimento de INSS, retenção de fundos que garante o pagamento de 13º e férias, e regularização tributária e fiscal do empreendimento (SÃO CARLOS..., 2010).

Desde março de 2010, passou a ser adotado um novo modelo de coleta seletiva no município. O projeto “Revitalização da Coleta Seletiva”, desenvolvido em conjunto pelo DAES e Coordenadoria de Meio Ambiente, estabelece um incentivo financeiro aos catadores. A cada mês que for superado a meta de 100 toneladas de material coletado, um valor fixo de R\$ 8 mil é pago à cooperativa, além de mais R\$ 130 por tonelada vendida que exceder a meta de 60 toneladas (PMSC, 2010c).

Em novembro de 2010, a Coopervida teve um projeto aprovado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no valor de R\$ 200 mil destinados à construção e ampliação de galpões de triagem e à aquisição de equipamentos. Foram mais de 200 inscrições, no entanto somente 78 entidades tiveram seus projetos aprovados, sendo que a meta da Funasa era contemplar, no mínimo, 112 associações e cooperativas (PMSC, 2010b). Na época de elaboração da presente pesquisa, o processo de aquisição e repasse dos equipamentos ainda estava em tramitação entre a Funasa e a cooperativa.

Tanto a reformulação do modelo de coleta seletiva do município quanto o desenvolvimento do projeto aprovado pela Funasa contaram com diversas parcerias, dentre elas o DAES, a Coordenadoria de Meio Ambiente, a INCOOP/NuMI-EcoSol e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil) (PMSC, 2010c).

Um sinal de que a Coopervida está em crescimento e aumentando suas atividades é a necessidade de inserção de novos cooperados em seu quadro social. Em abril de 2012, a cooperativa estava divulgando a seleção de trabalhadores interessados em atuar na coleta seletiva de recicláveis (PMSC, 2012g). Além disso, a própria Coopervida ressaltou a necessidade de aumentar o galpão utilizado para separação e prensa dos materiais devido ao aumento do material coletado.

6.3.5. Associação Maria Fuxico

A formação do grupo que se tornou a Associação Maria Fuxico ocorreu em 2002 a partir de um curso de artesanato para mulheres. Deste curso, três mulheres se organizaram para dar continuidade à produção e em 2003 foram procuradas pela ONG Ramudá, que intermediou um financiamento da Fundação Banco do Brasil, o qual permitiu a compra de duas máquinas de costura industrial (NuMI-EcoSol, 2012a).

Desde então, o grupo passou a ser incubado pelo NuMI-EcoSol e foi se ampliando. Em 2005, a Maria Fuxico foi contemplada pelo projeto SACOLECO, desenvolvido pelo grupo Articulação Ética e Solidária Para um Consumo Responsável (ConsumoSol), com o apoio da INCOOP/NuMI-Ecosol e outras entidades. O principal objetivo do projeto era a confecção e incentivo ao uso de sacolas duráveis visando à geração de renda e conservação ambiental. O projeto teve a Maria Fuxico como principal fornecedora de sacolas retornáveis, que eram confeccionadas a partir de tecidos e lonas de outdoors ou banners.

Depois do projeto, a Associação ganhou certa visibilidade e passou a ser procurada pela organização de vários eventos da cidade como o Festival CONTATO e conferências de economia solidária para a confecção de bolsas ecológicas personalizadas para integrar o kit de inscrição entregue aos participantes dos eventos. Com o apoio do NuMI-EcoSol, algumas parcerias foram firmadas para doação ou venda a custo baixo de matéria prima, principalmente lonas e retalhos de tecido para confecção do fuxico.

Atualmente, a Maria Fuxico contém 6 sócios e produz sacolas duráveis, realiza bordados e silk em vestimentas e acessórios e confecciona produtos artesanais diversos como enfeites, chaveiros, imãs de geladeira, acessórios para cabelo etc.

6.3.6. Casa Fora do Eixo São Carlos

A Casa Fora do Eixo São Carlos é um dos coletivos, junto com o Aparelho Coletivo, provenientes do Massa Coletiva – Núcleo Cooperativo de Comunicação e Cultura. O Massa Coletiva surgiu no município em 2008 a partir do Circuito Fora do Eixo, que é “uma rede colaborativa de coletivos de cultura distribuídos pelo Brasil e pautados em conceitos de Economia Solidária” (FDE, 2012). A rede Fora do Eixo foi

(...) concebida por produtores culturais das regiões centro-oeste, norte e sul no final de 2005. Começou com uma parceria entre produtores das cidades de Cuiabá (MT), Rio Branco (AC), Uberlândia (MG) e Londrina (PR), que queriam estimular a circulação de bandas, o intercâmbio de tecnologia de produção e o escoamento de produtos nesta rota desde então batizada de "Circuito Fora do Eixo" (FDE, 2012).

A rede conta com aproximadamente 90 coletivos que estão presentes em 25 unidades federativas. Os coletivos e organizações participantes da rede são chamados Pontos Fora do Eixo e de acordo com o Fora do Eixo (2012) podem ser:

- **Casas Fora do Eixo:** são coletivos responsáveis por dar suporte às demandas da rede, laboratórios de vivências socioculturais que funcionam como moradia, escritório, fruição e hospedagem solidária, responsáveis por articular e receber constantemente agentes culturais de todo o país e América Latina, interessados em trocar experiências e conhecimento.
- **Pontos de Articulação:** são coletivos responsáveis por mediar toda e qualquer ação ligada ao Circuito Fora do Eixo. Cabe ao Ponto de Articulação conectar novos agentes interessados em participar da rede, bem como desenvolver medidas estruturantes capazes de gerar e estabelecer Pontos de Linguagem e Pontos Parceiros.
- **Pontos de Linguagem:** são coletivos que participam da Rede Nacional e que podem se caracterizar como Pontos de Música, Pontos de Audiovisual, Pontos de Pesquisa etc. Os Pontos de Linguagem devem estar devidamente conectados ao Ponto de Articulação Fora do Eixo.
- **Pontos Parceiros:** são organizações e pessoas de qualquer natureza que atuam como parceiros da rede em qualquer instância.
- **Colegiado Regional:** equipe regional formada por 12 membros de Pontos de Articulação, que tem a responsabilidade de ajudar na gestão da região onde estão inseridos, visando desenvolver a rede em sua mais variada forma.
- **Ponto de Articulação Nacional:** de carácter consultivo e deliberativo. Formado pelos Colegiados Regionais e Estaduais do Circuito Fora do Eixo, e se reúne todos os sábados para debater temas gerais relacionados ao projeto.

O Massa Coletiva, como um Ponto Fora do Eixo de São Carlos, realizava as seguintes atividades culturais: produção e agenciamento de bandas locais; atividades de comunicação e divulgação do movimento de economia solidária; editoria de Web Rádio, Web TV e Redação do Portal Fora do Eixo; espetáculo multimídia voltado para o público infantil; atividades de formação com oficinas nas áreas de produção de eventos, produção radiofônica, produção audiovisual, cineclubismo e software livre; realização de shows musicais em diversos espaços da cidade; realização de projetos integrados de formação cultural para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva da música (UFSCAR, s.d.). Além da produção de um

programa semanal transmitido pela Rádio UFSCar, a organização do Festival Grito Rock e a participação na organização do Festival CONTATO.

O Grito Rock é um festival simultâneo e integrado de música independente, que teve origem em Cuiabá em 2002 e passou a ser realizado em âmbito nacional a partir de 2007. Foi uma proposta do coletivo Espaço Cubo do Fora do Eixo e desde 2008 passou a ser realizado em São Carlos pelo Massa Coletiva. No segundo ano de evento, o Grito Rock contou com o apoio da prefeitura municipal, com destaque para o DAES, e foi realizada a 1ª Feira de Cultura e Economia Solidária. A feira foi um diferencial ao fornecer um espaço público para a integração de coletivos culturais, empreendimentos de economia solidária e a população local (PMSC, 2009). Em 2012, o festival atingiu números recordes, sendo sediado em 200 cidades de 10 países (GRITO ROCK, 2012).

Em março de 2010, o Massa Coletiva passou a ser responsável pelo Ponto de Cultura Independência ou Marte – Conexões Solidárias, para o desenvolvimento de ações audiovisuais focadas no Jardim Gonzaga e no distrito de Água Vermelha. Além deste, o coletivo foi contemplado por um projeto nacional para “contribuir para a organização e desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Música em São Carlos/ SP, por meio da constituição de Arranjo Produtivo Local (APL)” (USFCar, s.d.), elaborado em parceria com a INCOOP/NuMI-EcoSol.

No início de 2011, o Massa Coletiva optou por se dividir em dois coletivos: a Casa Fora do Eixo São Carlos e o Aparelho Coletivo. A Casa Fora do Eixo, atualmente com três pessoas, seguiu com o projeto de Ponto de Cultura, enquanto o Aparelho Coletivo, com cinco pessoas, passou a focar no audiovisual e música, se tornando um Ponto de Linguagem e responsável por levar adiante o projeto de Arranjo Produtivo Local da cadeia da música.

Proveniente do Massa Coletiva, a Casa Fora do Eixo utiliza o Sistema Marciano de Trocas, sistema de moeda social baseado no conceito de Finanças Solidárias. O uso da moeda solidária é uma prática adotada no Circuito Fora do Eixo para facilitar e estimular a troca de serviços entre os coletivos. Por enquanto, a moeda social é utilizada somente na cadeia produtiva da cultura, que envolve os coletivos do Fora do Eixo, grupos de produtores de audiovisual e alguns estudantes do curso Imagem e Som da UFSCar. No entanto o objetivo é expandir seu uso em estabelecimentos comerciais do município, como restaurantes, aumentando assim a rede de trocas solidárias.

6.3.7. Coordenadoria de Artes e Cultura (CAC)

A Coordenadoria de Artes e Cultura tem como atribuições:

implantar a política de cultura do Município; coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, instituições, empreendimentos e iniciativas de natureza artística; permitir à população acesso aos equipamentos e bens culturais; organizar e administrar a infraestrutura artística e cultural do Município (PMSC, 2012f).

Sua estrutura organizacional, além da Assessoria Cultural, contém:

- Divisão de Ação Cultural:
 - Seção de Atividades Culturais;
 - Seção de Difusão Cultural;
- Divisão de Artes Cênicas;
- Divisão de Artes Visuais;
- Divisão de Áudio Visual;
- Divisão de Eventos Culturais: Seção de Apoio Administrativo e Financeiro.

A Coordenadoria é parceira do Festival CONTATO desde sua primeira edição e também tem participação na Feira da Estação Cultura. A feira ocorre desde 2010 no segundo sábado do mês na antiga estação FEPASA (Ferrovia Paulista) e originou de uma ideia da CAC e da Fundação Pró-Memória de São Carlos, responsável pelo patrimônio histórico do município, e ambas sediadas na própria estação. A proposta era criar atividades que utilizassem o espaço público de forma mais constante e daí a ideia da feira mensal. Para isso, fez-se uma busca de grupos que teriam interesse e a Unidos pela Arte (UNIARTE) – Associação Cultural dos Artesãos e Artistas de São Carlos aceitou participar. Desde então, a feira é promovida em conjunto pela Fundação Pró-Memória, a UNIARTE, o Departamento de Apoio à Economia Solidária e pontualmente a Coordenadoria de Artes e Cultura.

O relacionamento da Coordenadoria de Artes e Cultura com a economia solidária se dá de forma mais pontual e específica. A maior interação ocorre com os empreendimentos da cultura e quando alguma organização os procura para apoio em alguma atividade. Assim, sua atuação se dá pelo reconhecimento do movimento e apoio pontual conforme a demanda externa e a disponibilidade da coordenadoria.

Recentemente, houve uma iniciativa de maior aproximação com a realização da 1ª Pré-Conferência Municipal de Cultura e Economia Solidária em novembro de 2011, cujo objetivo era a elaboração de propostas e metas para o Plano Municipal de Cultura (PMC) a partir da perspectiva da economia solidária e também a discussão e preparação para a Conferência Municipal de Economia Solidária realizada no início de 2012 (SÃO CARLOS..., 2011). Os organizadores do evento foram a Coordenadoria de Artes e Cultura e o Departamento de Apoio à Economia Solidária.

6.3.8. Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA)

A coordenadoria do Meio Ambiente tem como atribuições:

executar as políticas públicas ambientais, em conjunto com órgãos estaduais, federais e com a sociedade civil; colaborar na elaboração de políticas públicas para o meio ambiente local e regional, em conjunto com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; promover, através de diferentes processos de integração, a internalização da temática ambiental, no âmbito de cada unidade administrativa municipal; estimular a sociedade civil organizada, empresas e população em geral a defender o ambiente local, regional e global; propor normas, critérios e procedimentos necessários para o adequado cumprimento da legislação ambiental; fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental no âmbito Municipal, em articulação com a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; elaborar estudos e projetos para proteção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental local e regional; participar de órgãos colegiados, comitês, associações, em todos os âmbitos, que visem a proteção ambiental; realizar o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegados pelo Estado; definir critérios de exigibilidade, detalhamento e complementação de informações para o licenciamento no âmbito municipal de atividades efetiva ou potencialmente degradadoras; coordenar o sistema de administração de qualidade ambiental e proteção aos recursos naturais; planejar e propor a criação de áreas de proteção e preservação ambiental (PMSC, 2012f).

Em sua estrutura organizacional estão duas divisões: a Divisão de Educação Ambiental contendo a Seção de Informações Ambientais, e a Divisão de Fomento à Redução e Controle de Resíduos Sólidos.

Até a eleição do prefeito Barba e a reformulação no organograma da prefeitura, a instância responsável pelas políticas de meio ambiente no município era o Departamento de Política Ambiental, até então vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia, a mesma que abrigava o Departamento de Apoio à Economia Solidária. A Figura 14 apresenta o organograma da secretaria de 2001 a 2008.

Quando o acesso ao aterro sanitário foi proibido, houve uma articulação entre o DAES e o Departamento de Política Ambiental, no intuito de criar um programa de coleta seletiva municipal que pudesse incluir os catadores que trabalhavam no aterro. A articulação do programa em 2002 permitiu às três cooperativas de catadores uma atuação mais forte no município e desde então elas contam com o apoio tanto do DAES quanto do Meio Ambiente.

Em 2008, com a reformulação na estrutura administrativa da prefeitura, ficou estabelecida a criação da Coordenadoria de Meio Ambiente, mantendo e dando continuidade ao relacionamento estabelecido quando os departamentos pertenciam à mesma secretaria.

Na visão da CMA, o aspecto ambiental não pode ser dissociável do aspecto social. Para que os problemas ambientais possam ser enfrentados e solucionados, deve haver a participação das pessoas e uma forma unir esses dois aspectos é a articulação entre o DAES e a coordenadoria na criação e fortalecimento das cooperativas, principalmente de catadores.

Essas cooperativas contam com o apoio do DAES no que se refere à organização interna e para questões externas contam com a Coordenadoria de Meio Ambiente

Fonte: INCOOP (2008)

Figura 14: Organograma SMDSCT

6.3.9. Fundação Educacional São Carlos (FESC)

A Fundação Educacional São Carlos foi criada em 1971 e sua missão é “promover a educação de jovens e adultos em sua função qualificadora ou permanente, objetivando assegurar a cidadania, entendendo-a como o exercício pleno e indissociável dos direitos civis, políticos, econômicos e sócio-culturais” (FESC, 2012).

Sua estrutura administrativa é composta pelo Departamento de Gestão Administrativa, Departamento de Gestão Educacional e Superintendência Executiva da TV Educativa, subordinados ao Diretor Presidente.

As principais atividades da FESC são os programas educacionais, a oferta de cursos profissionalizantes, de informática e a gestão (programação e transmissão) da emissora pública TV Educativa. Os cinco programas educacionais oferecidos são:

- 1) **Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI):** tem por objetivo a inclusão social de pessoas adultas e idosas (acima de 40 anos), por meio de processos formativos nas áreas de saúde, cultura, esportes/lazer e cidadania/trabalho.
- 2) **Universidade Aberta do Trabalhador (UNITrabalhador):** voltado para a inclusão social de trabalhadores, através de cursos de capacitação profissional de temáticas variadas do mundo ocupacional e com apoio de convênios firmados com órgãos públicos, privados e organizações não-governamentais. Os cursos buscam desenvolver três tipos de habilidades: básicas (comum a todas as profissões), específicas (de acordo com a ocupação) e de gestão (organização do trabalho).
- 3) **Programa de Inclusão Digital (PID):** cursos de informática como Windows, Internet (navegação, pesquisas, e-mail, MSN, Facebook, Skype, download) e MS Office (Word, Excel e PowerPoint) voltados para toda a população.
- 4) **Escola Municipal de Governo (EMG):** cursos, treinamentos e outras ações educativas formais voltadas para os servidores públicos municipais buscando melhoria em sua qualificação profissional. A programação é anual e os cursos são oferecidos em horário de trabalho, tendo os participantes a autorização de seus dirigentes municipais.
- 5) **Universidade Aberta do Brasil (UAB):** prioriza a formação de professores para a Educação Básica através da metodologia da educação à distância e parcerias com instituições públicas de ensino superior objetivando o acesso à cursos e programas de educação superior de camadas da população que estão excluídas do processo educacional. A UAB faz parte do Sistema Universidade Aberta Brasil, criado pelo Ministério da Educação em 2005.

A FESC possui duas sedes, sendo o campus 1 localizado na área central da cidade e o campus 2 inaugurado no bairro Vila Prado em 2005, onde concentram-se as atividades dos programas UATI, UNITrabalhador e PID. Também se encontram espalhados pelo município e nos distritos de Santa Eudóxia e Água Vermelha, 32 Telecentros responsáveis por fornecer aulas de computação à população. O primeiro Telecentro foi implantado em 2004 no campus 1 da FESC e desde então já ganhou o prêmio Telecentros de Informação e Negócio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Dentre a população atendida pelos Telecentros estão os empreendimentos filiados ao DAES.

Em outubro de 2008 a FESC lançou o projeto “Inclusão Produtiva na Terceira Idade” em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na tentativa de unir os programas UATI e PID e também como resposta a uma demanda dos

alunos da UATI. Os próprios alunos solicitaram à FESC um espaço para exposição e comercialização de seus produtos desenvolvidos nas aulas, possibilitando assim um incremento em suas rendas. O projeto iniciou com 32 participantes e cursos de capacitação, oficinas e palestras culminando na 1ª Feira do Empreendedorismo na Maturidade no próprio espaço da FESC. A feira conta com produtos artesanais como peças em macramé, tricô, crochê, roupas indianas, bolsas, camisetas, trabalhos artísticos de pintura em tela, em tecido, origami, patchwork, pedraria e produtos alimentícios como doces caseiros, pão de mel, bolos, macarrão caseiro e comidas integrais.

Na sequência, o projeto foi submetido ao concurso Talentos da Maturidade do Banco Santander e ficou entre os cinco ganhadores sendo contemplado com uma verba que permitiu a aquisição de infraestrutura necessária às feiras como barracas, cadeiras, mesas, *notebook*, projetos, câmara fotográfica, filmadora e a contratação de profissionais como psicólogo e professores para as diversas capacitações em empreendedorismo, gestão, vendas, finanças, qualidade do produto etc. No ano de 2010, o projeto foi submetido para renovação, sendo contemplado mais uma vez com uma verba que permitiu a aquisição de um carro para o transporte dos equipamentos para as feiras. As feiras acontecem todo mês, sendo dois dias no campus 1 e um dia no campus 2, além da participação nas Feiras da Estação Cultura e em eventos pontuais conforme calendário festivo da cidade.

Dentre as capacitações realizadas com os participantes do projeto, que atualmente são 37 sendo 6 deles desde o início, foi realizado um curso de associativismo e cooperativismo e um de trabalho em equipe, o “Juntos somos fortes” oferecido pelo SEBRAE. Neste contexto, o projeto tem hoje como um dos objetivos o “fomento a criação de um grupo de empreendimento coletivo autogestionário de Economia Solidária” (PEDRAZZANI et al., 2012, p.25). No entanto, o processo de sensibilização para criação do empreendimento ainda está em fase inicial. O intuito é que a vontade de criação do empreendimento seja uma iniciativa dos participantes do projeto e não algo imposto pela FESC. Assim, o trabalho ainda encontra-se em fase de sensibilização e fortalecimento do grupo, por meio do conhecimento das práticas e conceitos da economia solidária.

6.3.10. ONG Ramudá – Ramos que brotam em tempos de mudança

A ONG Ramudá – Ramos que Brotam em Tempos de Mudança é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos, fundada em 2001 e reconhecida de utilidade pública¹⁶ municipal em 2007.

Sua missão é “promover valores de desenvolvimento sustentável através de atividades de educação ambiental, da difusão de bens culturais e educativos, pesquisar, conservar e defender o meio ambiente, o patrimônio histórico e artístico-cultural” (RAMUDÁ, 2012). A Ramudá realiza projetos socioambientais e culturais de forma a valorizar o fortalecimento das organizações comunitárias e a melhoria da qualidade socioambiental.

A ONG localiza-se em uma chácara na região urbana e central da cidade e ali são realizadas diversas oficinas, encontros e também é a sede do Teatro Descalço, um grupo criado em 2006 por membros e ex-membros da ONG e público em geral, que utilizam as peças teatrais como instrumento educativo. O teatro contém cerca de 10 pessoas e atualmente é um das fontes de renda da ONG, complementando o que vêm de projetos e parcerias.

A Ramudá procura participar em Conselhos Municipais como de Desenvolvimento, de Defesa do Meio Ambiente, de Turismo, de Cultura e outros. Além disso, sua atividade principal é o desenvolvimento de projetos, oficinas e produtos como vídeos e documentários, em parceria com entidades públicas, privadas, do terceiro setor e até pessoas físicas.

A Ramudá teve participação no surgimento de duas cooperativas no município, a Maria Fuxico e uma das cooperativas de catadores, agindo como uma ponte entre os grupos e o DAES e a INCOOP/NuMI-EcoSol. Atualmente, sua função é atuar como mediadora em convênios e repasses de verba para cooperativas. Está em processo de elaboração um projeto em parceria com o DAES para expansão da Horta Orgânica Comunitária da Cidade Aracy. A função da Ramudá é desenvolver ações que fortaleçam os grupos da horta existente e fazer o levantamento de possíveis áreas para expansão.

6.4. Características da rede de cooperação

Vale novamente ressaltar que a denominação rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária se refere ao total de atores que atuam em conjunto no município de São Carlos para promover o desenvolvimento local através da economia

¹⁶A Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935, alterada pela Lei nº 6.639 de 8 de maio de 1979 determina as regras pelas quais as sociedades são declaradas de utilidade pública. « As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á colectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos: a) que adquiriram personalidade jurídica; b) que estão em effectivo funcionamento e servem desinteressadamente á colectividade; e c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados. » (BRASIL, 1935, p.1).

solidária. No entanto, para sua análise, foi selecionada apenas uma amostra de dez atores considerados importantes e representativos da rede.

A RCDES pode ser considerada uma rede de compromisso social perante a classificação de Inojosa (1999), pois seu foco é a geração de trabalho e renda para pessoas desempregadas e marginalizadas do mercado formal de trabalho, sendo este um desequilíbrio da sociedade que demanda ações coletivas e solidárias. Além disso, pela economia solidária se configurar como uma proposta de “outra economia” na sociedade, naturalmente ela enfrenta diversas dificuldades e fortes barreiras culturais, sendo necessária a mobilização constante de um grande número de atores para sua expansão e fortalecimento.

A RCDES também se enquadra no conceito de rede de política pública por suas ações estarem alinhadas à formulação e implementação da política pública de economia solidária no município. Apesar da rede de cooperação ter sua origem antes mesmo da implantação do “Programa de fomento à economia solidária” pela prefeitura municipal, atualmente ela se configura como tal devido a três principais características percebidas no estudo:

- A maior parte dos processos decisórios relativos à política pública consideram a participação do conjunto de atores e suas relações formais e informais;
- Os atores tem consciência e reconhecem que existe no município um significativo movimento de economia solidária e para seu fortalecimento existe a cooperação e criação de constantes parcerias entre os atores envolvidos;
- Os atores da rede possuem o objetivo comum de fomentar um desenvolvimento mais humano no município, levando-os a atuar em rede para a expansão e fortalecimento da economia solidária.

A análise da rede foi feita com base no conceito de imersão social de Granovetter (1985), no qual se faz necessária uma compreensão do contexto social de formação e desenvolvimento da rede. Em razão disso e alinhada ao embasamento teórico da pesquisa, foram criados sete categorias para melhor compreensão da rede, complementando as informações já expostas na caracterização dos atores participantes da pesquisa de campo:

- 1) Configuração da rede;
- 2) Aproximação dos atores;
- 3) Tempo de associação dos atores;
- 4) Comunicação na rede;
- 5) Presença de intermediador;
- 6) Ações desenvolvidas pela rede;
- 7) Mecanismos de coordenação.

6.4.1. Configuração da rede

A partir dos dados coletados, foi feita uma representação gráfica da rede utilizando os programas UCINET (BORGATTI et al., 2002) e NETDRAW (BORGATTI, 2002) desenvolvidos para auxiliar a análise e a visualização de redes sociais. É importante ressaltar que a representação inclui somente os atores informados pelos entrevistados e sabe-se que ela não contém todos os envolvidos na rede. A identificação de todos os atores de uma rede é inclusive uma limitação própria dos estudos sobre redes conforme levantado por Zancan (2008). Isto porque a dimensão, as constantes mudanças e as ramificações, características próprias de uma rede, dificultam a identificação de seus limites. Apesar disso, o esforço empreendido foi relevante e permitiu a observação de questões importantes.

Foram construídas a Figura 15 e Figura 16. As siglas utilizadas para identificação dos atores e que não foram mencionadas até agora no trabalho são:

- APASC – Associação de Proteção Ambiental de São Carlos;
- ENAP – Escola Nacional de Administração Pública;
- OP – Orçamento Participativo (prefeitura municipal);
- PROHAB – Progresso e Habitação São Carlos;
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SESC – Serviço Social do Comércio;
- SESI – Serviço Social da Indústria;
- UNESP – Universidade Estadual Paulista;
- UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

A Figura 15 contém todos os atores identificados na presente pesquisa com destaque (cor vermelha) para os atores participantes da pesquisa de campo. A partir da representação, é visível uma concentração de vínculos (setas) ao redor do DAES e do NuMI-EcoSol. Esta questão será mais bem discutida em tópico futuro. É possível perceber também a ramificação da rede, ou seja, redes menores incorporadas na rede maior, que são formadas a partir de alguns atores, como por exemplo, a Coordenadoria de Meio Ambiente. Esta observação está em concordância com a teoria de Mance (1999), em que as redes expandem a partir de novas redes criadas pelos atores e seu leque de relacionamentos. Segundo Granovetter (1973), esta expansão da rede se dá pela presença de laços fracos entre os atores, que permitem a conexão de grupos que não tem ligações entre si, mas que podem possuir interesses em comum.

Na Figura 16 foi feita uma diferenciação entre os atores da rede conforme seu enquadramento nos tipos de atores do movimento da economia solidária segundo definições da Senaes (2006), de França Filho (2007) e do FBES (2011b). Os quatro tipos existentes são:

- 1) Os próprios empreendimentos econômicos solidários – cor azul;

- 2) Entidades de apoio e fomento que realizam atividades de capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, assistência técnica e de gestão, fomento a crédito etc. – cor verde;
- 3) Formas de auto-organização política representadas pelas redes e fóruns de economia solidária – cor rosa;
- 4) Gestores públicos e outras instâncias políticas do Estado (secretarias, diretorias ou departamentos) envolvidas na construção de políticas públicas de economia solidária em governos municipais ou estaduais – cor laranja.

Em geral, o grau de profundidade dos vínculos entre os atores da rede é de **cooperação** e em alguns casos específicos de **colaboração** e de **associação**, segundo as definições de Rovere (2003). Devido à complexidade das redes, é natural que existam vínculos de diferentes intensidades entre os atores. Na rede de São Carlos, o nível de **cooperação** predomina, pois a maioria dos sujeitos continua centrada em suas respectivas atividades, no entanto chegam a compartilhar atividades e recursos para concretização de algumas atividades relacionadas à economia solidária. O nível de **colaboração**, anterior à cooperação também é presente na rede e consiste de ações mais específicas de ajuda e apoio mútuo entre os atores. E por fim, algumas relações, como por exemplo, entre o DAES e a Coordenadoria de Meio Ambiente, já atingiram o nível de **associação** em que são desenvolvidos projetos que cada ator separadamente não seria capaz de realizar.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 15: Configuração da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos¹⁷

¹⁷ **Legenda:** cor preta – atores da rede de São Carlos identificados nas entrevistas | cor vermelha – atores participantes da pesquisa de campo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 16: Classificação dos atores da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos¹⁸

6.4.2. Aproximação dos atores

Devido à pesquisa de campo ter se restringido a uma amostra de dez atores participantes da rede, este tópico detalha como ocorreu a aproximação entre esses atores, mas não considera a totalidade da rede. Para fazer tal análise, seria necessária uma pesquisa com todos os atores participantes da rede e a consequente validação dos dados. Como este não é o foco principal do estudo, apresenta-se o contexto de aproximação dos atores entrevistados apenas para dar subsídios à compreensão e entendimento da rede de forma geral.

O próprio contexto de surgimento da economia solidária no município caracteriza o início da formação da rede. A INCOOP/NuMI-EcoSol nasceu juntamente com três empreendimentos, dentre eles a Cooperlimp, dando início às atividades de economia solidária no município. Alguns anos depois, a prefeitura é inserida neste grupo quando passa a implantar o “Programa de fomento à economia solidária” e posteriormente cria o Departamento de Apoio à Economia Solidária. Tanto a Coopervida (antes da união das três cooperativas) quanto a Associação Maria Fuxico foram constituídos em meio à atuação conjunta desses atores e incluindo também a ONG Ramudá, que foi importante para aproximar as mulheres que iniciariam a Maria Fuxico com a prefeitura e a incubadora.

As Coordenadorias de Artes e Cultura e de Meio Ambiente, por serem do próprio poder público acompanharam o planejamento e desenvolvimento da política pública de economia solidária. A transversalidade contida na proposta de governo do prefeito Newton, e permanecida na do prefeito Barba, foi outro fator que contribuiu para o reconhecimento da economia solidária por parte das coordenadorias e o desenvolvimento de algumas atividades em conjunto. Antes de assumir a Coordenadoria de Artes e Cultura, a coordenadora era professora do curso de Imagem e Som da UFSCar, o que também possibilitou uma aproximação com os professores criadores da INCOOP. O Massa Coletiva, genitor da Casa Fora do Eixo São Carlos, foi criado por alunos da UFSCar e nasceu com o auxílio de um dos coordenadores da INCOOP/NuMI-EcoSol e já familiarizado com a atuação da CAC.

A posição no organograma da prefeitura na mesma secretaria intensificou a aproximação da Coordenadoria de Meio Ambiente e do DAES, que juntos desenvolveram o programa de coleta seletiva do município, cujo escopo buscava fomentar a atuação das cooperativas existentes de catadores. Além da união institucional, outro fator estimulante para a aproximação destes dois atores foi a própria identificação ideológica entre os coordenadores das organizações.

A FESC iniciou seu contato com a rede através do Programa de Inclusão Digital, que atende as cooperativas e associações filiadas ao DAES. Devido à sua participação nas Feiras

da Estação Cultura, estreitou seu relacionamento com o DAES e se aproximou da Coordenadoria de Artes e Cultura.

6.4.3. *Tempo de associação dos atores*

Assim como o tópico anterior, a informação a respeito do tempo de associação entre os atores foi possível apenas para a amostra de atores entrevistados, já que seria necessária uma pesquisa mais ampla e detalhada para compreender a totalidade de atores da rede.

No entanto, a partir do contexto de aproximação das organizações entrevistadas, percebe-se que seu tempo de associação corresponde praticamente ao tempo de existência das mesmas, com exceção da Coordenadoria de Artes e Cultura e da FESC, criadas anteriormente. A Coopervida, Maria Fuxico e Cooperlimp foram criadas por intermédio da INCOOP/NuMI-EcoSol, do DAES ou ambos. No caso da Maria Fuxico houve intermédio da ONG Ramudá. A Coordenadoria de Meio Ambiente e o DAES foram criados sob a mesma secretaria municipal. A Casa Fora do Eixo desde o início mantém atividades com a INCOOP/NuMI-EcoSol e a Coordenadoria de Artes e Cultura. A FESC ainda está se inserindo na rede mantendo um contato maior com o DAES e a CAC. Todas estas interações se iniciaram a partir de 1998 e se intensificaram por volta de 2004 com a criação do DAES e a consolidação da maioria dos atores. A Figura 17 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta uma linha do tempo com o ano de criação dos atores entrevistados e a consequente evolução da formação da rede.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 17: Linha do tempo da criação dos atores entrevistados

Vale ressaltar que várias organizações sofreram alterações de nome e de estrutura ao longo do tempo. O DAES só foi constituído em 2004, no entanto suas ações já eram realizadas anteriormente por meio da Seção de Fomento à Economia Solidária, criada em 2002, e mesmo antes da Seção com a criação do "Programa de fomento à economia solidária"

em 2001. A Coordenadoria de Meio Ambiente só foi criada em 2008, sendo representada anteriormente pelo Departamento de Política Ambiental. A Casa Fora do Eixo é procedente da separação do Massa Coletiva que foi criado em 2008 e desde então já iniciou sua articulação com os atores da rede. De forma oposta, a Coopervida é resultado da união de três cooperativas distintas, cada qual com uma realidade diferente. Considerou-se o ano de 2002 como o marco de sua inserção na rede, pois duas das cooperativas que compõe a Coopervida surgiram neste ano e já se relacionando com a prefeitura municipal (equivalente hoje ao DAES e à CMA) e com a INCOOP/NuMI-EcoSol. E por fim, sem alteração de função ou pessoas, a INCOOP que em 2011 passou a ser o NuMI-EcoSol.

6.4.4. Comunicação na rede

A principal forma de comunicação entre as organizações da rede é pela internet através de e-mails e dependendo da situação e do ator envolvido, o contato se dá via telefone ou por meio de visitas presenciais. O canal de comunicação com capacidade de atingir todos os atores da RCDES é uma página na internet (economiasolidariasaoCarlos.blogspot.com.br) criada em 2010 destinado a “democratização das discussões, ações, agenda de eventos e reuniões do movimento de economia solidária desenvolvidos pelos empreendimentos, gestores e entidades de fomento atuantes no município” (ECOSOL, 2012). No entanto, alguns empreendimentos levantaram a dificuldade de acessar a internet por não possuírem computador, e com isso, não usufruem das informações divulgadas no *site*. Além disso, o *site* tem a finalidade maior de divulgação e repasse de informações do que propriamente um canal de discussão e troca de informações.

Existem dois espaços públicos para estimular e facilitar a comunicação entre todos os atores da rede: o Fórum Municipal de Economia Solidária e a Conferência Municipal de Economia Solidária. No entanto, não são todos os envolvidos que participam regularmente no Fórum e a Conferência, instituída por uma lei municipal em 2011, teve sua primeira edição somente no início de 2012. Ambas as iniciativas podem ser vistas como impulsionadores da comunicação da RCDES. Mas, vale ressaltar a importância de tais reuniões serem periódicas e envolverem o máximo de atores da rede, visto que a falta de comunicação geralmente é uma dificuldade a ser enfrentada pelas redes (PECI; COSTA, 2002) e também percebida na rede em estudo.

Além do Fórum e da Conferência, existem reuniões específicas para tratar da Feira de Economia Solidária e outros assuntos, conforme a demanda, que ocorrem no Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza. O próprio espaço físico é aberto a todo o público e

uma de suas finalidades é sediar reuniões e eventos de economia solidária, buscando a integração dos atores.

6.4.5. Presença de um intermediador

Na rede de desenvolvimento em economia solidária de São Carlos há dois principais atores: o Departamento de Apoio à Economia Solidária e o Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, antiga INCOOP. Eles são considerados principais, pois o principal objetivo de ambos é o desenvolvimento da economia solidária no município. Assim sendo, são os que possuem o maior número de relacionamentos com os atores da rede e são os maiores responsáveis pela expansão da rede ao necessitar e firmar novas parcerias com outras organizações. Com isso, esses dois atores possuem um papel significativo e imprescindível na contínua formação e desenvolvimento da rede e do fortalecimento da economia solidária. Cada qual com sua especificidade e foco de atuação, complementam as atividades um do outro e são as organizações que possuem maior contato com os empreendimentos.

Por outro lado, apesar da importante atribuição de ambos os atores, o DAES, enquanto representante do governo, assume o papel de intermediador da rede. É um intermediador da rede, no sentido de ser um ponto focal da rede. Enquanto poder público, possui maior visibilidade que os outros atores, além de seu objetivo de existência ser exclusivamente o apoio à economia solidária. Para Klijn e Koppenjan (2000), esta posição normalmente é ocupada por atores públicos, devido aos recursos únicos que o governo dispõe como orçamento e pessoal próprios, acesso aos veículos de massa e legitimidade democrática. O próprio Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, também sede administrativa do DAES, serve como um concentrador de atividades de economia solidária, apesar de ser aberto ao público em geral, e assim confere ao DAES uma maior visibilidade que o diferencia dos outros atores. Diante destas características, o DAES atua como intermediador entre os diversos atores ainda que de forma não intencional e não formalmente reconhecida.

O DAES não se enquadra no conceito de intermediador enquanto concentrador de poder e controle da rede. O departamento não é tido como um organizador de novos entrantes na rede, pois como visto a configuração da rede é dinâmica e cresce conforme cada ator estabelece relações com outros atores assim criando redes dentro da própria rede. O DAES não é o determinador das regras e normas da rede, pois a rede não possui esse grau de institucionalização e formalidade estabelecida, conforme será discutido em outro tópico específico. O que ocorre, como esperado, é o DAES possuir maior influência nos rumos da

economia solidária no município, já que é o único ator que trata diretamente da política pública municipal. No entanto, para minimizar tal influência, o DAES possui como princípio e prática o envolvimento dos atores do movimento da economia solidária na construção da política pública por meio de fóruns específicos e espaços de deliberação.

6.4.6. Ações desenvolvidas pela rede

Na caracterização dos atores participantes da pesquisa de campo, representantes da rede de desenvolvimento em economia solidária de São Carlos, já foram expostas algumas realizações específicas da rede. No entanto, nem todas as organizações da rede participam de todas as ações desenvolvidas por ela. Essa é uma das vantagens de se ter heterogeneidade entre os participantes (POWELL et al., 2005), pois demonstra que ela possui significativa abrangência, perpassando por diversos setores da sociedade, ao mesmo tempo que se fortalece por contar com organizações com diferentes conhecimentos e habilidades.

Desde que vem se constituindo como tal, a rede de desenvolvimento em economia solidária de São Carlos já possuiu diferentes feições e graus de intensidade relacional. No entanto, algumas ações podem ser consideradas como as principais realizações da rede, especialmente por contarem com o envolvimento e suporte da maior parte dos atores.

Encontro Municipal de Economia Solidária

O I Encontro Municipal de Economia Solidária aconteceu em 2004 com o objetivo de integrar os atores até então existentes e incentivar o envolvimento de outros aumentando assim a participação da comunidade no processo de desenvolvimento da economia solidária. O evento foi realizado durante dois dias nas dependências da UFSCar e sua programação contou com mesas-redondas, exposições de painéis e grupos de trabalho para formular as diretrizes e ações a serem desenvolvidas no município.

Em 2005, ocorreu o II Encontro com cerca de 80 participantes de diversos segmentos, empreendimentos, poder público, universidade, organizações da sociedade civil e também com representantes dos Fóruns Paulista e Brasileiro de Economia Solidária (PMSC, 2005). Dos debates deste encontro, ficou constituído o Fórum de Economia Solidária de São Carlos, “um espaço de reflexão, de debate democrático de idéias, troca de experiências, de formulação de propostas, implementação e monitoramento de ações de fomento” composto de dos vários integrantes do movimento (PMSC, 2005).

No III Encontro, realizado em 2006, é que foi deliberada a elaboração de uma lei municipal para garantir os direitos econômicos, a autogestão e a democracia das iniciativas de economia solidária.

Como consequência, o IV Encontro Municipal de Economia Solidária teve como tema o “Marco Legal e a Organização Política e Social da Economia Solidária”. Realizado em 2009 e nas dependências do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza, houve a discussão e aprovação do projeto de lei para definição do marco legal da economia solidária, que posteriormente culminou na Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Feira de Economia Solidária

As Feiras de Economia Solidária são espaços para comercialização dos bens e serviços produzidos pelos empreendimentos e para realização de oficinas, seminários, feiras de trocas e atividades culturais, destinadas aos empreendimentos e público em geral. Elas ocorrem todo ano no município desde 2009.

A “I Feira de Economia Solidária: semeando práticas solidárias em São Carlos e Região” nasceu de uma iniciativa dos próprios empreendimentos da cidade e que convidaram empreendimentos de outras regiões próximas como Araraquara, Rio Claro, Itirapina, Matão, Bauru, Itapeva, Descalvado e Assis (CONTATO, 2012). A feira foi realizada durante o 3º Festival CONTATO e contou com o suporte do DAES.

Em 2011, na 3ª edição da feira houve representantes do estado de São Paulo, Paraná e Tocantins, totalizando 34 empreendimentos, além de 43 barracas de alimentação e artesanato (PMSC, 2011). A 4ª edição da feira será no segundo semestre de 2012 e as primeiras reuniões para estabelecimento das regras e organização da feira estão ocorrendo desde junho. Um dos critérios para exposição na feira é a participação dos empreendimentos nas reuniões de concepção do evento, tornando coletivo o processo de construção da feira. Assim, as feiras também são tidas como “processos organizativos do movimento de economia solidária, realizadas de forma participativa, coletiva e autogestionária, desde a elaboração do projeto inicial do evento até a avaliação propriamente dita” (PMSC, 2012e).

Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária

Foi aprovada em 2010 a Lei municipal nº 15.196, que institucionaliza o “Programa de fomento à economia solidária”. Para construção e aprovação do projeto de lei, foi necessária uma ampla e extensa articulação dos envolvidos com o movimento. A Figura 18 resume a

sequencia de ações que culminaram na publicação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Martins (2010)

Figura 18: Histórico de ações para aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária

Nota-se que foram quatro anos de movimentação e realização de atividades conjuntas para discussão da proposta de lei. Os eventos eram abertos a todos os participantes, sabendo-se que cada um participou conforme seus interesses e disponibilidade. Os assuntos sempre discutidos em conjunto e as decisões tomadas de forma democrática, considerando o ponto de vista de cada organização e sendo natural o embate entre elas devido às diferentes perspectivas do que deveria ser a proposta de lei.

Em junho de 2012 ocorreu a posse do Conselho Municipal de Economia Solidária, órgão a executar a política pública municipal de economia solidária, previsto pela Lei municipal nº 15.853 de 2011. Os representantes da sociedade civil foram eleitos por votação na I Conferência Municipal de Economia Solidária, sendo 3 representantes das Entidades de Fomento, Assessoria e Apoio e 7 representantes dos empreendimentos, dos segmentos de resíduos, alimentação, cultura, produção, serviços e artesanato (ECOSOL, 2012).

Fórum de Economia Solidária de São Carlos

A constituição do Fórum de Economia de São Carlos teve origem nos debates do II Encontro Municipal de Economia Solidária em 2005. No entanto, sua continuidade não foi exitosa. Em 2009, com a I Feira de Economia Solidária, o fórum foi rearticulado como um

espaço de discussão democrática e deliberação dos rumos do movimento no município e desde então vem acontecendo com mais frequência e participação dos atores.

Conferência Municipal de Economia Solidária

Em 2011 foi aprovada a Lei municipal nº 15.799, que institui a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária, considerada “um foro de debates aberto a todos os setores da sociedade, que tem como objetivo avaliar, discutir e propor medidas e ações sobre os vários temas referentes à questão da economia solidária no Município, definindo prioridades, estratégias e metas” (SÃO CARLOS, 2011).

De acordo com a lei, a conferência deve ser organizada e coordenada pelo DAES e realizada a cada dois anos. Assim, foi realizada em maio de 2012, a I Conferência Municipal de Economia Solidária “Participação e Controle Social: eleição do Conselho Municipal de Economia Solidária”. Na conferência, foram eleitos os representantes da sociedade civil a compor o Conselho Municipal de Economia Solidária. O evento contou com a participação de 110 pessoas de diversos segmentos e foi um resultado da articulação dos envolvidos no movimento, em específico das discussões dos quatro Encontros Municipais realizados em 2004, 2005, 2006 e 2009 (PMSC, 2012a).

Além da Conferência Municipal, está também a organização e participação nas Conferências Estaduais e Regionais preparatórias para a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a I CONAES aconteceu em 2006 e a II CONAES em 2010, ano em que foi realizada a Conferência Regional de Economia Solidária em São Carlos, compreendendo os municípios de São Carlos, Franca, Ribeirão Preto e Araraquara (PMSC, 2010a).

6.4.7. Mecanismos de coordenação

Um dos principais desafios das redes de cooperação é a coordenação entre os interesses individuais e coletivos. De forma geral, na rede de cooperação de São Carlos, não existe um acordo formal que articula todos os atores e estabeleça as regras e normas da rede, sendo o principal mecanismo de coordenação a confiança entre os atores. Em alguns casos específicos, como formulação de projetos para concorrer em editais públicos e convênios para repasse de verbas de uma instituição à outra, ocorre uma formalização entre as partes. No entanto, a maior parte das ações, como a própria incubação dos empreendimentos e a

organização de eventos ocorre sem vínculo formal, e pautada na confiança, solidariedade e reciprocidade, para coordenar os diferentes pontos de vista dos atores.

Peci e Costa (2002) também ressaltam a comunicação e transparência das ações como mecanismos de coordenação e gestão das redes. Conforme visto, a rede de cooperação de São Carlos vem criando espaços de integração e discussão que estimulem e permitam a troca de informações e a construção conjunta das ações da rede. No entanto, esses mecanismos ainda são pontuais, de acordo com necessidades específicas como reuniões preparatórias de eventos, e não são capazes de agregar diversos atores da rede.

6.5. Reflexões e aprendizados da rede de cooperação

Neste tópico, é feita uma reflexão sobre alguns aspectos da rede de cooperação de São Carlos tidos como aprendizados. São considerados aprendizados, pois merecem uma atenção e um possível tratamento para não prejudicar a atuação da rede e sim contribuir para seu fortalecimento. A maioria dos aspectos é vista sob duas perspectivas, uma positiva e uma negativa. São tidos como positivos por terem favorecido de alguma forma para o sucesso da rede, mas também são negativos, pois em certo grau dificultam seu funcionamento e atuação.

Dimensão da rede

Considerando o porte do município de São Carlos, a quantidade de atores envolvidos com a economia solidária e o número de empreendimentos existentes demonstra a forte atuação da rede de cooperação. Para que a rede atingisse esta dimensão, algumas características do próprio município foram facilitadoras como o princípio da transversalidade nas políticas públicas locais e a presença de potenciais parceiros. Em 11 anos de administração pública, o princípio da transversalidade permitiu a inserção da economia solidária em várias instâncias públicas. Certamente algumas com mais e outras com menos intensidade, no entanto, essa capilaridade facilitou a aproximação e atuação conjunta de diferentes atores. Ademais, o município conta com diversas organizações com alto potencial de se tornarem parceiros como universidades, organizações da sociedade civil e centros de pesquisa como SEBRAE e Embrapa. Dentro das universidades, especialmente as públicas, estudantes e professores se articulam em torno de causas comuns e são criadas instituições de diferentes objetivos e interesses. Exemplos são as empresas Jr., movimento estudantil, programas como o USP Recicla, grupos de pesquisa como o HABIS-USP (Habitação e Sustentabilidade) e outros que facilitam a criação de parcerias e o surgimento de redes de cooperação.

A dimensão da rede é tida como um aspecto positivo, pois (i) fortalece o movimento da economia solidária na medida em que envolve um maior número de atores da sociedade; (ii) possibilita um maior intercâmbio de capital intelectual entre as organizações; (iii) disponibiliza mais recursos a serem combinados; e (iv) facilita a expansão da própria rede.

Por outro lado, percebeu-se que a dimensão da rede proporciona dificuldades de coordenação e atuação em conjunto. Alguns atores se envolvem de forma superficial e pontual e não participam efetivamente das decisões e das atividades. Essa situação gera sobrecarga de trabalho para alguns atores, em específico os mais envolvidos que são o DAES e o NuMI-EcoSol, e pode levar ao não cumprimento dos objetivos a que a rede se propõe devido à diluição das responsabilidades, conforme ressalta Fleury (2005).

Diversidade entre os atores

A presença de atores de diferentes segmentos na rede aumenta sua robustez (POWELL et al., 2005). Fatores diversos, tanto externos quanto internos, podem influenciar determinado grupo de organizações e a presença de diferentes laços dentro da rede concede a ela menor vulnerabilidade a essas mudanças. Um exemplo foi o envolvimento da rede de cooperação com a Campanha da Fraternidade da Cáritas Brasileira. Houve a construção de um projeto conjunto, no entanto este não se concretizou, fazendo com que o envolvimento da Igreja católica com a rede diminuísse. Apesar desta “perda de parceria”, o impacto na rede de cooperação não foi significativo, ela se manteve e deu continuidade às suas atividades. Com atores diversificados, a troca de conhecimentos é mais rica, já que cada ator possui habilidades específicas. Isso também se reflete no apoio diversificado aos empreendimentos, uma vez que o leque de conhecimentos é ampliado para atender suas necessidades. A diversidade também contribui no enriquecimento dos debates e atividades da rede, uma vez que estão envolvidos diferentes pontos de vista e interesses individuais.

Por outro lado, a composição da rede por participantes diversos advindos do setor público, privado, terceiro setor e outros pode também se tornar uma dificuldade a ser enfrentada visto que cada organização possui propósitos, infraestrutura, recursos, cobranças, interesses e necessidades particulares e às vezes divergentes. Para tratar essa questão é importante que haja a definição e compreensão do papel de cada ator. Enquanto poder público, o DAES possui ações que estão inseridas em programas de governo, com recursos específicos, em um ambiente de cobranças, busca de resultados, prestação de contas, presença de forças opositoras e outras particularidades. No caso dos empreendimentos, na maioria dos casos, encontram-se em situações emergenciais com necessidades imediatas, já que envolvem

trabalhadores em situações de alta vulnerabilidade social. A INCOOP/NuMI-EcoSol, enquanto universidade, tem que equilibrar o tripé extensão, ensino e pesquisa, ou seja, ao mesmo tempo que incuba e assessora os empreendimentos, tem as atribuições de formação dos alunos e desenvolvimento de pesquisas.

A diversidade da rede também ocasiona outro aspecto negativo que é a falta de conhecimento da atuação do outro. Não a total ausência, mas percebeu-se certo desconhecimento dos atores sobre o que os outros atores da rede de fato realizam ou não realizam. Isso dificulta a atuação da rede, pois causa julgamentos equivocados, e que podem abalar a confiança e a reciprocidade entre os atores. Neste caso, uma intensa comunicação e diálogo entre os atores se faz necessária a fim de minimizar esse cenário e aumentar a compreensão das capacidades e limites de cada um.

Presença e atuação de atores centrais

O fato de a rede possuir entre seus atores, duas organizações cujo objetivo principal é voltado para a economia solidária, o DAES e o NuMI-EcoSol, pode ser tanto um aspecto positivo quanto negativo. Somente a existência destes dois importantes atores no município não seria suficiente. É necessário que haja uma articulação e convergência de interesses e ações entre eles, como foi o caso em São Carlos. A primeira vantagem é que ambos contribuem para a expansão da rede ao formar suas redes individuais e compartilhar seus parceiros. Em segundo, encontra-se a consequência para os empreendimentos e a economia solidária como um todo. O NuMI-EcoSol trabalha com a incubação dos empreendimentos e está envolvido com um número menor de empreendimentos em relação ao total existente no município. No entanto, seu apoio é mais focado e seu acompanhamento se dá de forma mais próxima ao empreendimento. O núcleo trata da assessoria em questões administrativas, contábeis, jurídicas e até interpessoais dos empreendimentos, além da captação de recursos e capacitação técnica. Já o DAES, por trabalhar com uma escala maior de empreendimentos, com foco em todo o município, acaba tendo uma relação com os empreendimentos diferente da incubadora. Em alguns aspectos, são convergentes, uma vez que o DAES também fornece assessoria, capacitação técnica e desenvolve projetos para captação de recursos, no entanto, o DAES lida com questões mais amplas relacionadas à sustentabilidade e interação de todos os empreendimentos do município. Assim, seu objetivo de criação de redes solidárias e cadeias produtivas envolve questões como o financiamento das atividades, a concessão de espaços públicos para os empreendimentos, o desenvolvimento de projetos transversais com outras secretarias, a institucionalização da economia solidária para que esta não dependa apenas do

governo em vigência, entre outras. Assim, percebe-se uma complementariedade entre a ação dos atores.

Por outro lado, a presença de dois atores centrais também possui efeitos negativos. Há momentos em que os dois principais atores da rede possuem opiniões e/ou atitudes divergentes, gerando um impacto na rede e em específico nos empreendimentos solidários. Devido à importância e centralidade que ambos os atores possuem e por se tratarem de organizações com particularidades distintas, pode-se dizer que a rede fica “polarizada”. Não se trata de rivalidade nem de competitividade para ter seus objetivos atingidos ou o respaldo da maioria, mas sim de opiniões divergentes e que influenciam os outros atores da rede pelo peso que cada ator possui. Desta forma, ao mesmo tempo em que um complementa a ação do outro, em alguns momentos ocorre uma desarticulação nas ações ou mesmo um distanciamento entre eles, gerando consequências que impactam a rede de maneira prejudicial.

Relação com agentes e fatores externos

Em sua trajetória, a rede de cooperação de São Carlos se aproximou e contou com o apoio de diversos outros movimentos ou redes, facilitando o intercâmbio de informação e o próprio fortalecimento da rede. As principais interfaces da rede foram com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, o Circuito Fora do Eixo, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, o Festival CONTATO e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Mas, da mesma forma em que a rede se beneficia com o apoio externo, ela também sofre influências negativas do meio externo. Apesar de sua dimensão e força, ela não é inteiramente robusta e a ocasião de fechamento das três cooperativas devido ao TAC do Ministério Público é um exemplo de que ela não está imune a alguns fatores externos. A situação mostrou que independente da atuação da rede, ela pode entrar em conflitos com outros organismos e que neste caso, amparados pela legislação, tiveram maior influência e poder.

Disponibilidade de espaço físico

Apesar do Centro Público de Economia Solidária Herbert de Souza ser vinculado ao DAES, o mesmo é um espaço físico que está à disposição para o público em geral e em específico os atores do movimento da economia solidária. Dessa forma, a existência de um

local acessível e com esta finalidade estimula o acontecimento de eventos de integração e facilita a comunicação entre os atores da rede.

A economia solidária no município lida com uma população de baixa renda e em sua maioria sem acesso a computadores e/ou internet. Com isso, a disponibilidade de um local físico é muito importante para permitir a troca de informações, em específico com os empreendimentos. Apesar da expansão da era digital e os espaços virtuais possuírem diversas vantagens como rapidez, acesso remoto e simultâneo, ela não permite o contato direto entre os indivíduos. Dessa forma, o espaço físico permite o estreitamento das relações pessoais entre os membros das organizações e o consequente aumento de confiança entre eles.

Falta de autoavaliação

Um aspecto negativo percebido na rede é a falta de uma autoavaliação sistemática e ampla das realizações da rede. Este fator está alinhado ao fato de não haver na rede uma organização tida como “gestora da rede”, focada em agrupar, orientar e fazer valer as regras estabelecidas entre os atores. Como colocado, o DAES e a INCOOP/NuMI-EcoSol são atores centrais e o DAES é um intermediador no sentido de ser um ponto focal e concentrador de atividades. As análises realizadas são isoladas e feitas individualmente por cada ator, de acordo com seus objetivos e realizações. No entanto, não há uma avaliação que contemple a atuação conjunta dos atores e de suas interações, que sirva de subsídios para a própria rede. Neste caso, o papel do “gestor da rede” seria o de criar instrumentos que facilitem e permitam uma avaliação sistemática das atividades de toda a rede.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tratou de analisar uma rede de cooperação existente no município de São Carlos envolvida com a economia solidária. Para embasar teoricamente a pesquisa foram explorados temas contemporâneos e de grande complexidade. Tanto o fenômeno da economia solidária quanto de redes encontram-se em processo de consolidação na literatura. No caso da economia solidária, a maior parte dos estudos consiste na descrição e análise de experiências existentes, havendo uma lacuna de quadros analíticos para facilitar e permitir análises cruzadas entre os diferentes estudos. Quanto às redes de cooperação voltadas para questões públicas, existe uma carência significativa de estudos práticos, dificultando até mesmo a compreensão de seu significado.

Apesar do desafio de lidar com temas complexos e interdisciplinares, o estudo da rede de cooperação para desenvolvimento em economia solidária de São Carlos permite tecer algumas considerações relevantes segundo a percepção da pesquisadora. A primeira consiste na dificuldade de limitar e conhecer todos os atores compreendidos na rede. As relações que se estabelecem entre os atores são complexas e variadas e como visto redes menores são formadas dentro da própria rede. Por ser uma rede composta de diferentes atores, cada um em sua natureza possui um leque de relacionamentos que influenciam e são influenciados pela rede. Como consequência desta complexidade, os próprios atores da rede não possuem o conhecimento preciso de quem são os participantes e quais são as relações existentes entre eles.

O surgimento da rede de São Carlos ocorreu praticamente concomitante com o surgimento da economia solidária no município. Isto porque a criação da INCOOP/NUMI-EcoSol se deu juntamente com as primeiras cooperativas do município. Assim, a incubadora, uma organização voltada para o desenvolvimento da economia solidária, para a incubação de empreendimentos solidários, já se tornou uma concentradora de atividades e passou a buscar e ser procurada por outros parceiros para a consolidação de suas atividades. O fortalecimento da rede se dá com a criação do Departamento de Apoio à Economia Solidária em 2004 devido à eleição do prefeito Newton em 2001 e à criação do “Programa de fomento à economia solidária”. Daí passa a existir na rede um braço institucional, uma organização voltada especificamente para a economia solidária e que possui maior legitimidade e alcance na sociedade, características próprias do poder público. A presença desses dois atores foi fundamental para a formação e o desenvolvimento da rede, ao passo que ambos vêm atuando em paralelo e em conjunto, um complementando a ação do outro, apesar de algumas divergências naturais.

Outra questão na gestão da rede é o elemento comunicação. De certa forma, a rede de cooperação de São Carlos conta com ambientes para discussão e troca de informações que são os Fóruns e as Conferências Municipais de Economia Solidária, além de uma página na internet que serve como um canal para divulgação de informações. São iniciativas recentes, que demonstram a preocupação da rede em se criar canais de comunicação para facilitar e estimular a aproximação dos atores, no entanto ainda tem suas fragilidades, principalmente em relação à baixa adesão dos atores.

Foi identificado que na RCDES o Departamento de Apoio à Economia Solidária atua como um intermediador da rede. O DAES é tido como um ponto focal e concentrador de atividades, já que possui maior visibilidade e especificidades por se tratar de um ator do poder público. Esta posição confere ao DAES uma maior influência nos rumos da economia solidária no município, no entanto o próprio departamento reconhece tal fato e busca envolver o máximo de atores na construção da política pública por meio de fóruns específicos e espaços de deliberação. Esta atuação da prefeitura envolvendo a participação cidadã está alinhada à vertente de administração pública societal de Paes de Paula (2005) e afeta positivamente a economia solidária. O controle social das ações públicas contribui para transformar a política pública municipal de economia solidária em uma política de Estado, que não oscile e dependa do partido vigente. A participação da sociedade cria um sentimento de apropriação e faz com que ela se envolva nas tomadas de decisão e direcione as ações públicas, reduzindo assim o controle único do governo em questão. Este é um diferencial do município de São Carlos em termos de avanço na economia solidária. Isto porque o município reúne por um lado o reconhecimento do poder público da importância de uma gestão social e por outro a própria proatividade e envolvimento dos atores da rede de economia solidária.

As principais realizações da rede estão alinhadas com a construção e implementação conjunta da política pública municipal de economia solidária. Dentre elas, destacam-se a criação de espaços de discussão e deliberação como os encontros, fóruns e conferências municipais de economia solidária. Além disso, a elaboração conjunta e aprovação da Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária permitiram grande avanço na institucionalização e reconhecimento dos direitos e deveres dos empreendimentos. A soma destas e outras realizações expostas ao longo do trabalho e outras que não puderam ser percebidas nesta pesquisa conferem ao município destaque no movimento nacional da economia solidária.

Apesar dos avanços, também foram percebidas algumas fragilidades como: a sobrecarga de trabalho para alguns atores devido à dimensão da rede, o desconhecimento parcial de alguns autores sobre o que os outros atores de fato realizam ou não realizam, a

esporádica “polaridade” na rede quando os dois atores principais possuem opiniões ou atitudes divergentes, a falta de uma autoavaliação sistemática e ampla das realizações da rede e a vulnerabilidade a forças externas de ordem maior como legislação estadual e federal, tendo como exemplo o caso do fechamento das três cooperativas devido ao TAC do Ministério Público.

Buscando atender ao objetivo proposto do trabalho, foram elencados alguns aspectos da rede de cooperação de São Carlos interpretados como potencializadores para o desenvolvimento em economia solidária:

- **Heterogeneidade da rede:** a união de representantes da prefeitura municipal, de universidades, de centros de pesquisa, de ONGs, de empreendimentos de economia solidária, do governo federal, de igreja e outros. Esse aspecto permite maior troca de conhecimentos, ampliação e enriquecimento das discussões, compartilhamento de recursos e fortalecimento perante fatores externos.
- **Presença e atuação do poder público:** existência de um departamento específico para tratar da economia solidária. O departamento possui recursos próprios e estáveis, legitimidade perante a maior parte da população, influência direta em outras instâncias da prefeitura municipal e facilidade para captação de recursos de órgãos federais.
- **Transversalidade da política pública:** inserção da economia solidária em outras instâncias públicas, fazendo com que surjam novas possibilidades de projetos e atuação conjunta.
- **Presença e atuação da incubadora:** existência de uma organização apta a fornecer um apoio mais focado e próximo aos empreendimentos. Em seu organograma estão contidas pessoas com capacidade técnica e disponibilidade para assessorar o dia a dia dos empreendimentos.
- **Envolvimento com agentes externos:** aproximação com outras redes e movimentos que contribuem para aumentar a capilaridade da economia solidária.
- **Espaços de discussão:** realização de encontros, fóruns e conferências municipais para facilitar e estimular a troca de informações.
- **Espaços de divulgação:** as feiras permitem não só a troca e comercialização dos bens e serviços dos empreendimentos, como a divulgação da economia solidária para todo o município. Esta divulgação desperta a atenção para o fenômeno, permitindo a aproximação e a inserção de novos atores no movimento e na rede.

- **Disponibilidade de espaço físico:** existência do Centro Público de Economia Solidária, tido como um centro de referência para a população em geral e, além disso, um ambiente que facilita a realização de eventos para integração dos atores.
- **Participação dos empreendimentos:** há um forte trabalho para que os empreendimentos se apropriem e participem das ações desenvolvidas, realizando reuniões entre eles e estabelecendo parcerias com outros atores. Assim, os empreendimentos aumentam sua autonomia e o controle social das ações públicas.

Diante dos resultados e discussões até então apresentados, conclui-se com a pesquisa que a rede de cooperação de São Carlos encontra-se em um estágio embrionário e com alto potencial de consolidação e que ela possui significativa influência no desenvolvimento da economia solidária no município, apesar de sua complexidade e particularidades. Considera-se em estágio embrionário porque ela ainda é caracterizada pela criação de parcerias pontuais para se atingir objetivos específicos. Tem-se o objetivo maior de desenvolvimento da economia solidária, no entanto sob uma postura mais de reconhecimento da importância do fenômeno e de se contribuir para tal. No entanto, não estão definidas metas e atividades específicas para se atingir em conjunto, com o envolvimento de todos os atores. O potencial de consolidação da rede aponta para um estágio em que haja uma formalização dos objetivos a serem atingidos pela rede e as responsabilidades e papéis de cada um. Este passo certamente deve ser ponderado e discutido com os envolvidos para que se tenha convicção que será positivo e trará benefícios a todos e em específico à economia solidária. Neste caso, devido à posição atual do DAES, ele poderia assumir o papel de “gestor da rede”. Suas funções seriam estabelecer as regras e funcionamento da rede, definir os participantes, seus papéis e responsabilidades, organizar novos entrantes, criar ferramentas de comunicação, organizar fóruns periódicos para discussão, gerir mecanismos para tomada de decisão coletiva e outras a serem definidas de acordo com a necessidade da rede, buscando, desta forma, a institucionalização da rede. Para que a rede se torne institucionalizada, um importante passo já está sendo tomado que é a própria institucionalização da economia solidária e a formalização dos atores participantes, principalmente os empreendimentos. A busca pela regularização e criação de estatuto e regimento interno dos empreendimentos é uma das bases para uma futura institucionalização da rede em que envolveriam acordos mais formais. Com base nos preceitos de Duarte jr. (2004) elevar a rede à uma instituição corresponde em torná-la legítima perante a sociedade, o que permite em um estágio futuro o estabelecimento de padrões de comportamentos coletivos e a disseminação de sentimentos de cooperação.

Por fim, mesmo com dificuldades e questões complexas, a rede é uma forma bastante inovadora de tratar as questões sociais atuais, em específico a economia solidária, que é um fenômeno complexo e com diversos desafios e dificuldades. A rede é também uma tentativa de recuperação e reestabelecimento de uma cultura de cooperação na sociedade, em que as ações são pensadas em conjunto, as necessidades de todos são consideradas e as decisões são tomadas de forma democrática. Essa interação só fortalece o sentimento de confiança entre os indivíduos e contribui para recuperar o sentimento republicano e de protagonismo cidadão perdidos nas sociedades atuais.

Apesar do esforço, sabemos que a presente pesquisa apresenta algumas limitações. A primeira consiste na pequena amostra de participantes da rede em relação à sua total dimensão. Devido à falta de disponibilidade tanto da pesquisadora quanto de alguns entrevistados, não foi possível realizar entrevistas com um número maior de atores. A segunda consiste em uma fragilidade da técnica da entrevista para coleta de dados. Por ser uma técnica bastante flexível, nem sempre as informações necessárias são coletadas. Primeiro porque não se tem certeza que o entrevistado é de fato a pessoa mais indicada ou que possui o maior conhecimento sobre o assunto a ser tratado. Segundo, a entrevista pode causar certos desconfortos e os entrevistados podem fornecer informações não totalmente condizentes com a realidade. Por outro lado, as entrevistas permitiram a coleta de informações que não seriam encontradas em nenhuma outra fonte de dados.

Algumas sugestões de pesquisas futuras incluem o estudo da evolução da rede ao longo do tempo conforme indicam Powell et al. (2005). Aqui, foi empreendido um esforço para compreender como se deu a aproximação dos atores entrevistados, no entanto vários outros participantes da rede não foram contemplados e ainda assim, não se focou a evolução longitudinal de desenvolvimento da rede. Outra questão importante a ser aprofundada em estudos futuros é focar na percepção e nas necessidades dos empreendimentos. Por serem os beneficiários diretos da atuação da rede, seria importante compreender como a rede leva em conta as necessidades e demandas dos empreendimentos.

O esforço de pesquisa aqui empreendido buscou atender aos preceitos da produção científica, enquanto contribuição para as áreas de conhecimento envolvidas e alinhado ao esperado papel da academia. Buscou também contribuir para o desenvolvimento e a superação de problemas da sociedade, enquanto construção de tecnologias sociais para a emancipação cidadã brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGRANOFF, R.; MCGUIRE, M. Big questions in public network management research. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v.11, n.3, p.295-326, 2001.
- ALBUQUERQUE, P. P. de. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n.23, p.261-286, jun. 2001.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento local. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.
- ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>>. Acesso em 20 de junho de 2011.
- ARANHA, J.A. **Interfaces**: a chave para compreender as pessoas e suas relações em um ambiente de inovação. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, v.50, n.3, p.499-533, set. 2007.
- ÁVILA, V. F. de. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.8, n.13, p.133-140, set. 2006.
- AZAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, v.11, n.21, p.282-317, jan./jun. 2009.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JR., E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v.14, n.3, p.458-477, maio/jun. 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- BATISTA JR., P. N. Mitos da “globalização”. **Estudos Avançados**, v.12, n.32, p.125-186, 1998.
- BEGNIS, H. S. M.; PEDROZO, E. A.; ESTIVALETE, V. F. B. Cooperação enquanto estratégia segundo diferentes perspectivas teóricas. In: XXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Brasília, set., 2005.
- BORGATTI, S. P. **Netdraw Network Visualization**. Analytic Technologies: Harvard, MA, 2002.

_____.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **UCINET for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies. 2002. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>>. Acesso em 10 de junho de 2012.

BÖRZEL, T. **Qué tienen de especial los policy networks?** Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea, 1997. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/redes/redes.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

BOVAIRD, T. Beyond Engagement and Participation: user and community coproduction of public service. **Public Administration Review**, v.67, n.5, p.846-860, set./out. 2007.

BRASIL. Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0091.htm>. Acesso em 15 de maio de 2012.

CAPACLE, C. **A política social da economia solidária: um estudo de caso do município de São Carlos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/new/imgs/af8b3437791171a9fdf66104ae36f6ee.jpg>>. Acesso em 20 de maio de 2012.

CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CGU – Controladoria-Geral da União. **Portal da transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em 03 de junho de 2012.

CONTATO, 2012. **I Feira de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.contato.ufscar.br/i-feira-de-economia-solidaria/>>. Acesso em 13 de maio de 2012.

CORRÊA, G. N. **Proposta de otimização da integração de parceiros na formação e gerência de empresas virtuais**. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: A favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, p.147-163, 2003.

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. 2002. Campinas: arquivo eletrônico. Disponível em <<http://www.ucpel.tche.br/nesic/contribuicaocriticapolpublicas.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2012.

CUNHA, J. A. C. da.; PASSADOR, J. L.; PASSADOR, C. S. Categorizações e recomendações para a pesquisa sobre redes interorganizacionais. In: VI Encontro de Estudos

Organizacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Florianópolis, maio, 2010.

DAES – Departamento de Apoio à Economia Solidária. Formulário para apresentação do projeto básico. Publicação eletrônica (e-mail pessoal). s.d.

_____. **Política Pública de Economia Solidária em São Carlos**. Apresentação power point. Arquivo pessoal, 2008.

DELAZARI, L. S.; KAUCHAKJI, S. Análise de redes no campo das políticas de proteção social em Curitiba: utilização da informação espacial como estratégia metodológica. In: XXXII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2008.

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, 2012. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/mapas-multimodais>>. Acesso em 20 de maio de 2012.

DOZENA, A. **São Carlos e seu “desenvolvimento”**: contradições urbanas de um pólo tecnológico. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DOWBOR, L. Globalização e tendências institucionais. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (orgs). **Desafios da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **O Desenvolvimento local e racionalidade econômica**. Artigos Online, fev. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

DOZ, Y. L.; HAMEL, G. **A Vantagem das Alianças**: a arte de criar valor através de parcerias. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

DUARTE, A. L. P.; HANSEN, P. B. Redes interorganizacionais no setor público: análise da produção acadêmica no Brasil de 2000 a 2009. In: XXXIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2010.

DUARTE JR., J. F. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 10ed, (1ª edição: 1984).

EBERS, M. **The formation of interorganizational networks**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997.

ECOSOL – Economia Solidária São Carlos, 2012. Disponível em: <<http://economiasolidariasaoCarlos.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-05-10T12:31:00-07:00&max-results=7>>. Acesso em 13 de junho de 2012.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.3, p.90-100, 1994.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n.35, p.73-111, 1995.

FARLIE, E.; FITZGERALD, L.; McGIVERN, G.; DOPSON, S.; BENNETT, C. Public policy networks and 'wicked problems': a nascent solution?. **Public Administration**, v.89, n.2, p.307-324, 2011.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Farejador da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215>. Acesso em 20 de junho de 2011a.

_____. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3748&Itemid=215>. Acesso em 20 de junho de 2011b.

FDE – Circuito Fora do Eixo. **Institucional**. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/institucional>>. Acesso em 10 de abril de 2012.

FESC – Fundação Educacional São Carlos. **Sobre Nós**. Disponível em: <<http://www.fesc.saocarlos.sp.gov.br/arquivos/paginas.aspx?id=2>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

FLEURY, S. **Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública**. Administração em Diálogo, n.7, p.77-89, 2005.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, n.15, v.45, p.219-232, 2008.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, v.7, n.1, p.155-174, Jan./Jun., 2007.

_____. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, n.12, v.1, p.9-19, 2002.

_____.; CUNHA, E. V. Incubação em Redes de Economia Solidária. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

_____.; DZIMIRA, S. Economia Solidária e Dádiva. **Organizações & Sociedade**, v.6, n.14, p.141-183, jan/abr., 1999.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Política e Sociedade**, n.2, p.175-187, abr. 2003a.

_____. Governança urbana e redes sociais: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. In: XXVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Atibaia, set. 2003b.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v.24, n.4, p.483-486, out./dez. 2004.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, n.39, p.181-211, Jul./Dez., 2003a.

_____. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

_____. (org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, v.16, n.2, 1995.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v.78, n.6, p.1360-1380, maio, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v.91, n.3, p.481-510, nov. 1985.

GRITO ROCK, 2012. **Sobre o Grito Rock**. Disponível em: <<http://gritorock.com.br/sobre-o-grito-rock/>>. Acesso em 11 de junho de 2012.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HAIR JR., J. F. (org); WALFINBARGER, M.; BUSH, R. P.; ORTINAU, D. J. **Fundamentos de pesquisa de marketing**. São Paulo: Bookman Editora, 2010.

HALINEN, A.; TÖRNROOS, J. A. Using case methods in the study of contemporary business networks. **Journal of Business Research**, v.58, n.9, p.1285-1297, set. 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2009. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Disponível em 14 de maio de 2012.

_____. **Censo Demográfico**, 2010. Acesso em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Disponível em 14 de maio de 2012.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares. Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – FAPESP: Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e

Monte Carlo – São Carlos – SP. Apresentação utilizada em I Seminário Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial. 2008.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, v.33, n.5, p.115-141, set./out. 1999.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**. set. 2006.

JESUS, P. de; TIRIBA, L. Cooperação. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

JOÃO, B. do N. Redes em subsidiárias de multinacionais: um estudo de caso com análise de redes sociais de inventores de patentes. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1037-1066, set./out. 2009.

KLIJN, E. H.; KOPPENJAN, J. F. M. Public Management and policy networks: foundations of a network approach to governance. **Public Management**, v.2, n.2, p.135-158, 2000.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1007-1035, set./out. 2009.

MANCE, A. E. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANDELL, M. P. The impact of collaborative efforts: changing the face of public policy through networks and network structures. **Policy Studies Review**, v.16, n.1, p.4-17, 1999.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o Desenvolvimento Local. **Ciência da Informação**, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004.

MARTES, A. C. B. (org.) **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MARTINS, G. **Audiência Pública debate Lei Municipal de Economia Solidária para a cidade de São Carlos (SP)**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 10 fev. 2010. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5005&Itemid=62>. Acesso em 20 de junho de 2011.

MEIRELLES, H. P. **Direito municipal brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MILENA, L. **Remuneração de catadores amplia reciclagem**. 2010. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/remuneracao-de-catadores>>. Acesso em 15 de abril de 2012.

MILLER, H. T. Post-progressive public administration: lessons from policy networks. **Public Administration Review**, v.54, n.4, jul./ago. 1994.

MinC – Ministério da Cultura. **Ponto de Cultura**, 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>> Acesso em 23 de maio de 2012.

MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1147-1180, set./out. 2009.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. (orgs). **Dicionário Internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

MUSSE, R. Marx e a sociologia. **CULT**, edição especial, n.3, p.14-16, jan., 2011.

NALLE JR., C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**: o caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

NASCIMENTO, L. C. do; CKGNAZAROFF, I. B. Rede de política pública: estudo de caso no âmbito do Sistema Único de Saúde do estado de Minas Gerais/SUS-MG. In: XXXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2007.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, n.43, v.15, p.83-100, set./dez. 2001.

NOHRIA, N. Introduction: is a network perspective a useful way for studying organizations? In: _____; ECCLES, R. G. (orgs.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.

NuMI-EcoSol – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária. Apresentação power point. Arquivo pessoal, s.d.

_____. **Maria Fuxico**. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/empreendimentos/maria-fuxico>>. Acesso em 02 de junho de 2012a.

_____. **Método de Incubação da INCOOP**. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/pasta/metodo-de-incubacao-da-incoop>>. Acesso em 02 de junho de 2012b.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. A formação de redes de cooperação e clusters em países emergentes: uma alternativa para PMEs no Brasil. In: AMATO NETO, J. (org.). **Redes**

entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional. São Paulo: Atlas, 2005.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública:** limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PASSADOR, C. S.; FERREIRA, V. da R. S.; PASSADOR, J. L. Produção acadêmica sobre redes no Brasil. In: XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Gramado, out. 2006.

_____.; NALLE JR., C. Uma proposta de desenvolvimento: capital humano, capital social, territorialidade, cidadania e sustentabilidade. In: PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. (orgs). **Gestão Pública e desenvolvimento no século XXI.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

PASSADOR, J. L.; CUNHA, J. A. C. da. A formação de alianças e redes interorganizacionais. In: PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. (orgs). **Gestão Pública e desenvolvimento no século XXI.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

PECI, A.; COSTA, F. J. L. da. Redes para implementação de políticas públicas: obstáculos e condições de funcionamento. In: XXVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Salvador, set. 2002.

PEDRAZZANI, E. S; MATHEUS, M. D. G.; CARDOSO, R. K.; PURQUERIO, M. C. V. Projeto Inclusão Produtiva na Terceira Idade - “Fui moço... agora sou empreendedor”. **Revista Portal de Divulgação**, n.19, mar. 2012.

PINTO, A. M. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1091-1116, set./out. 2009.

PMSC – Prefeitura Municipal de São Carlos. **Barba participa da Conferência de Economia Solidária**, 08 maio 2012a. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2012/161972-barba-participa-da-conferencia-de-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **CAGED confirma crescimento econômico de São Carlos**, 20 abr. 2012b. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2012/161862-caged-confirma-crescimento-economico-de-sao-carlos.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Conheça São Carlos.** Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012c.

_____. **Conferência Regional de Economia Solidária.** São Carlos: PMSC, 2010a.

_____. **Cooperativas.** Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/trabalho-emprego/115309-cooperativas.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012d.

_____. **COOPERVERDA tem projeto de R\$ 200 mil aprovado pela FUNASA**, 19 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias/2010/158436-coopervida-tem-projeto-de-r-200-mil-aprovado-pela-funasa.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Cultura e economia solidária se juntam em feira durante o carnaval em São Carlos**, 2009. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2009/153870-r-cultura-e-economia-solidaria-se-juntam-em-feira-durante-o-carnaval-em-sao-carlos.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Encontro debateu os rumos da economia solidária**, 09 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2005/147598-encontro-debateu-os-rumos-da-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **II Conferência de Economia Solidária: Semeando práticas solidárias em São Carlos e região**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/component/content/article/823-eventos-2010/157830-ii-feira-de-economia-solidaria.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012e.

_____. **Perfil dos Empreendimentos Autogestionários em São Carlos 2008** / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia. São Carlos: PMSC, 2008a. 52p.:il.

_____. **Prefeitura**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prefeitura.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012f.

_____. **Prefeitura e Coopervida realizam cadastramento para interessados em atuar na coleta seletiva**, 20 abr. 2012g. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2012/161856-prefeitura-e-coopervida-realizam-cadastramento-para-interessados-em-atuar-na-coleta-seletiva.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Projetos&Parcerias: Resultados de Projetos de Parceria da Prefeitura Municipal de São Carlos com Universidades e Instituições de Pesquisa 2005-2008**. São Carlos: PMSC, 2008b.

_____. **São Carlos implanta novo modelo de coleta seletiva**, 16 abr. 2010c. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2010/156881-sc-implanta-novo-modelo-de-coleta-seletiva.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **São Carlos realiza 3ª Feira de Economia Solidária neste final de semana**, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160867-sao-carlos-realiza-3o-feira-de-economia-solidaria-neste-final-de-semana.html>>. Acesso em 02 de junho de 2012.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Urbano**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH.aspx>>. Acesso em 13 de junho de 2012.

POWELL, W. W.; SMITH-DOERR, L. Networks and economic life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (orgs.). **The handbook of economic sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

_____.; WHITE, D.R.; KOPUT, K.W.; OWEN-SMITH, J. Network Dynamics and Field Evolution: The Growth of Interorganizational Collaboration in the Life Sciences. **American Journal of Sociology**, v.110, n.4, p.1132-1205, 2005.

PRATES, A. A. P. Redes sociais em comunidades de baixa renda: os efeitos diferenciais dos laços fracos e dos laços fortes. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1117-1146, set./out. 2009.

PROCOPIUCK, M.; FREY, K. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. **Revista de Sociologia Política**, v.17, n.34, p.63-83, out. 2009.

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão. **ACIEPE**. Disponível em: <<http://www.proex.ufscar.br/site/menu-1/aciepes>>. Acesso em 15 de maio de 2012.

RAMUDÁ. **Entidade**. Disponível em: <<http://www.ramuda.org/docus/entidade.php>>. Acesso em 23 de maio de 2012.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REDE de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. **A Rede**. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_gestores/>. Acesso em 26 de maio de 2012.

REDE ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Disponível em: <<http://www.redeitcps.com.br>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, XLIV, p.652-667, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. **São Paulo em Perspectiva**, n.14, v.4, p.83-90, 2000.

ROVERE, M. **Gestión de calidad de los posgrados en salud pública: adecuación crítica en un mundo en cambio**. Organización Panamericana de la Salud, jan. 2003.

SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, v.19, n.2, p.151-161, maio/ago. 2008.

SÃO CARLOS. Lei nº 15.196, de 26 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de São Carlos**, São Carlos, SP, 27 fev. 2010. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2010/DO_270210_certificado.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2012.

_____. Lei nº 15.779, de 5 de agosto de 2011. Institui no município de São Carlos a realização da Conferência Municipal de Economia Solidária. **Diário Oficial [da] Prefeitura Municipal de São Carlos**, São Carlos, SP, 9 ago. 2011. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/diario_oficial_2011/DO_090811_certificado.pdf>. Acesso em 03 de março de 2012.

SÃO CARLOS AGORA. **Prefeitura lança Rede Municipal de Pontos de Cultura**. São Carlos, 7 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2012/03/07/27487/prefeitura-lanca-rede-municipal-de-pontos-de-cultura/>>. Acesso em 23 de junho de 2012.

SÃO CARLOS DIA E NOITE. **Coopervida receberá Prêmio Chico Mendes**, 2010. Disponível em: <http://www.saocarlosdiaenoite.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=11919>. Acesso em 15 de junho de 2012.

SÃO CARLOS OFICIAL. Prefeitura realiza Pré-Conferência Municipal de Cultura e Economia Solidária. 8 nov. 2011. Disponível em: <http://www.saocarlosoficial.com.br/noticias/?n=Prefeitura+realiza+Pre-Conferencia+Municipal+de+Cultura+e+Economia+Solidaria_P5EIE7YNFZ>. Acesso em 25 de maio de 2012.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>>. Acesso em 27 de maio de 2012.

SECRETARIA Especial de Economia Solidária: Documento propositivo para implantação e estruturação. Brasília, 23 de dezembro, 2010.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

_____. **Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acesso em 20 de junho de 2011.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SORDI, J. O. de; PICCHIAI, D.; COSTA, M. A. M. da C.; SANCHES, M. A. **Competências críticas ao desenvolvimento de mapas cognitivos de redes interorganizacionais**. Revista de Administração Pública, v.43, n.5, p.1181-1206, Set./Out., 2009.

SOUZA, M. C. de A. F. de; AZEVEDO, A. de; OLIVEIRA, L. J. R. de; BALDEÓN, N. T. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. **Revista Iberoamericana de Ciência, Teconologia, Sociedad e Innovación**, n.6, 5, maio/ago. 2003.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPOSATI, A. Globalização: um novo e velho processo. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (orgs). **Desafios da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

STIGLITZ, J. **Moral Bankruptcy**. Mother Jones, jan./fev. 2010. Disponível em: <<http://motherjones.com/politics/2010/01/joseph-stiglitz-wall-street-morals>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

TEIXEIRA, E. B.; VITCEL, M. S.; BEBER, M. C. Cooperação estratégica, redes de cooperação e desenvolvimento regional: O caso Unijuí/SEDAI. **Desenvolvimento em Questão**, v.5, n.10, p.187-2190, jul./dez. 2007.

TSAI, W. Social Structure of “coopetition” within a Multiunit Organization: coordination, competition and intraorganizational knowledge sharing. **Organization Science**, v.13, n.2, p.179-190, mar./abr., 2002.

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Constituição de Arranjo Produtivo Local dentro da Cadeia Produtiva da Música - Município de São Carlos/ SP. s.d. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/preview?id=1jxn1idi-PU5N7CmYX2R031fPLanPessdx4ciooynNSc&pli=1>> <<https://docs.google.com/document/pub?id=1aN1DCwFQzk13z0fIjZe3j6wQHpbN-RKSzOb0-nI-3AA>>. Acesso em 10 de abril de 2012.

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e pesquisas sobre o Trabalho. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em 20 de junho de 2011.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERSCHOORE, J. R.; BALESTRIN, A. Fatores relevantes para o estabelecimento de redes de cooperação entre empresas do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, v.12, n.4, p.1043-1069, out./dez. 2008.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Elementos da história da ANTEAG. **ORG & DEMO**, v.5, n.2, p.267-272, 2004.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, v.43, n.5, p.1067-1089, set./out. 2009.

WWF – World Wide Fund for Nature. **O que é Desenvolvimento Sustentável?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em 20 de junho de 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANCAN, C. As contribuições teóricas da análise de redes sociais aos estudos organizacionais. In: XXXII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2008.

ZUKIN, S.; DiMAGGIO, P. J. **Structures of capital: the social organization of the economy**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PROTOCOLO PARA ESTUDO DE CASO

<p>A. O presente estudo de caso será desenvolvido para compreender uma rede de organizações do município de São Carlos, envolvida na promoção de desenvolvimento local utilizando a economia solidária. Este protocolo servirá de guia para a pesquisadora na coleta dos dados.</p>
<p>A1. As questões do estudo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Qual o contexto social e histórico da formação da rede? ➤ Quais as características das organizações participantes da rede? ➤ Quais são as atividades desenvolvidas pela rede e como elas se caracterizam quanto à gestão dos recursos, definição de responsabilidades, comunicação, tomada de decisão e outras? ➤ De que forma as necessidades dos empreendimentos de economia solidária influenciam o processo de planejamento e tomada de decisão da rede? ➤ Quais os efeitos da rede no município e nos empreendimentos de economia solidária? ➤ Quais são os pontos positivos e negativos de se atuar em conjunto nesse caso?
<p>B. Procedimentos da coleta de dados</p>
<p>B1. Locais a serem visitados: prefeitura, centro público de economia solidária, incubadora da UFSCar, empreendimentos de economia solidária, organizações da sociedade civil, igreja.</p> <p>B2. O tempo estimado para cada entrevista é de 1 hora e meia.</p> <p>B3. Os materiais necessários são: gravador, prancheta, roteiro das entrevistas e caneta.</p> <p>B3. Antes das visitas, solicitar documentos como estudos prévios, atas de reuniões, planejamento de atividades e outros documentos que possam ser disponibilizados e contribuam para entender o funcionamento da rede.</p>
<p>C. Categorias que compreendem as questões do estudo de caso</p>
<p>C1. Perfil de cada organização participante da rede</p> <p>C2. Formação da rede</p> <p>C3. Organização da rede</p> <p>C4. Ações desenvolvidas pela rede</p> <p>C5. Resultados das ações da rede</p>

APÊNDICE B: APRESENTAÇÃO E CONVITE PARA ENTREVISTA

Bom dia/Boa tarde prezado(a) senhor(a),

Estamos realizando uma pesquisa sobre a promoção do desenvolvimento no município de São Carlos, em específico as ações das organizações envolvidas na disseminação da economia solidária.

O interesse de estudar o município é resultado da importância que este vem dando ao fortalecimento da economia solidária há alguns anos. Para tanto, se destacam as ações da prefeitura municipal e de outras organizações como a incubadora (INCOOP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Os resultados da pesquisa irão compor a dissertação de mestrado de Bianca Polotto Cambiaghi, pesquisadora vinculada à Universidade de São Paulo. Além da questão acadêmica, o objetivo do trabalho é também contribuir para o fortalecimento da economia solidária por meio da divulgação das ações desenvolvidas pelo município de São Carlos, para que possam servir de base para outros municípios e organizações.

Neste sentido, gostaríamos de solicitar sua colaboração participando de entrevistas com a pesquisadora e compartilhando seu conhecimento e informações. Ressaltamos que as respostas fornecidas não serão utilizadas para outros fins que não a composição do trabalho em desenvolvimento, sendo assim garantidos o anonimato dos participantes e o sigilo das respostas.

Acrescentamos que o trabalho final será disponibilizado aos participantes das entrevistas e que estes podem se retirar do estudo a qualquer momento sem prejuízo ou constrangimentos.

Desde já agradecemos sua valiosa contribuição e nos colocamos inteiramente à disposição para qualquer esclarecimento e apoio necessários.

Bianca Polotto Cambiaghi (pesquisadora)
Contato: bia_polotto@yahoo.com.br ou
telefone (16) 8807-2521

Prof. Dr. João Luiz Passador (orientador)
Contato: jlpassador@usp.br ou
telefone (16) 3602-3937

APÊNDICE C: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Data:	Local:	Entrevista nº:
Entrevistado(a):		Idade:
Local de nascimento:		
Organização a que pertence:		
Cargo na organização:		
Tempo na organização:		

PARTE 1 – PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

Número de pessoas envolvidas:
Principais atividades:
Ano de fundação:
Observações:

PARTE 2 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Formação da rede

- 1) (contexto social e histórico) Como e quando a questão da economia solidária surgiu no município?
- 2) (contexto social e histórico) E como você (sua organização) passou a se envolver com a economia solidária? Quando isto aconteceu?
- 3) (atores) Quem mais está envolvido com a economia solidária no município?
- 4) (atores) Sua organização se relaciona com essas outras organizações envolvidas na questão da economia solidária? Explique (quando, motivos, intermediador).

Organização e gestão

- 5) (ações) Quais são as atividades relacionadas à economia solidária que esse conjunto de organizações realiza? O que cada organização faz em específico?
- 6) (recursos) De onde vem os recursos para realizar as atividades?
- 7) (frequência) Qual a frequência das atividades? Existe alguma ação realizada em conjunto e de caráter permanente?
- 8) (formalização) Existe um contrato formal para firmar o relacionamento entre vocês?
- 9) (abertura) Como ocorre a associação com outras organizações?
- 10) (comunicação) Como vocês fazem para se comunicar e trocar informações? (meios, frequência, local).
- 11) (decisões) As decisões são tomadas de que forma? Consenso, votação?

Resultados da rede

- 12) (resultados) Quais são os principais resultados que o conjunto de organizações vem obtendo?
- 13) (avaliação) Quais são os pontos positivos de se trabalhar em conjunto? E quais são os pontos negativos?
- 14) (lições aprendidas) O que você acha que deve ser feito diferente para potencializar a atuação das organizações e melhorar os resultados em relação à economia solidária?
- 15) (avaliação) Como se faz a avaliação dos resultados das ações da rede?